



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

**(Re) Qualificação de um Bairro Periférico de uma Cidade Africana em Crescimento
Urbano Acelerado. O Caso do Bairro Militar em Bissau**



Ana Maria Neta Baptista dos Santos de Andrade
(Licenciada em Geografia e Planeamento Regional)

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em:
ESTUDOS URBANOS EM REGIÕES MEDITERRÂNICAS
REABILITAÇÃO DA ARQUITECTURA E DE NÚCLEOS URBANOS

Orientadora científica: Professora Doutora Arqt^a. Isabel Simões Raposo
Co-Orientadora científica: Professora Doutora Cristina Delgado Henriques

Júris

Presidente: Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Vogais: Doutor Carlos Sangreman Proença

Doutor José António Tenedório

Doutora Isabel Simões Raposo

Doutora Cristina Delgado Henriques

Lisboa, Maio de 2011

Dissertação desenvolvida com o apoio do Programa Erasmus Mundus
Programa de bolsas de alto nível da União Europeia para países terceiros e no
quadro da articulação do Master Erasmus Mundus EURMed (Estudos Urbanos em
Regiões Mediterrânicas) com o Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e de
Núcleos Urbanos.

Resumo

O crescimento urbano não planificado das periferias das cidades africanas, é na maioria dos casos agravado pela ausência de infra-estruturas físicas sociais. Este crescimento acelerado não é acompanhado de políticas públicas nem instrumentos de planeamento de gestão urbana. No caso de Bissau para além da falta de políticas públicas e o não cumprimento do Plano Geral Urbanístico de Bissau por ausência de fiscalização e a carência de recursos financeiros, levou com que a população vinda das áreas rurais e de alguns bairros mais próximas do centro, procure de uma forma “ilegal” construir a sua própria habitação. Como consequência a maioria da população vive nos bairros periféricos onde as habitações são de uma forma geral precárias.

Procurou-se com esta pesquisa perceber a transformação ocorrida num espaço periférico de um bairro de Bissau, o Bairro Militar, caracterizado por um crescimento urbano acelerado, tendo em conta os actores e as respectivas acções que intervêm na produção do espaço do bairro. Abordou-se ainda a requalificação do bairro onde se tentou delinear algumas propostas de intervenção com vista a sua qualificação e o seu desenvolvimento sustentável.

A dissertação partiu da hipótese de que a requalificação do bairro com vista a um desenvolvimento sustentável só é possível envolvendo as organizações Comunitárias de Base e também as autoridades locais, nomeadamente a Câmara Municipal de Bissau. De facto o esforço das Organizações Comunitárias de Base, sobretudo da ONG AIFA PALOP com melhorias significativas e impactes positivos no bairro, não tem sido suficiente para a requalificação do bairro, pelo que se considera fundamental que a Câmara Municipal assuma a sua responsabilidade.

Palavras-chaves: Crescimento urbano acelerado em África, requalificação urbana, Bairro Militar, actores de desenvolvimento, periferias.

Abstract

African cities non-planned urban growth, is in most cases aggravated by the absence of physical and social infrastructures. This accelerated growth normally is not accompanied by a public policy nor urban management planning. On the case of Bissau the lack of public policies and the non-following of Bissau's General Urban Plan due to absence of inspection among other issues, as well as a financial resources deficit, made the population who came from rural areas or from the surroundings of Bissau find an “illegal” way to build their own house. Consequently the majority of the population lives on peripheral neighbourhoods where housing is precarious.

This research goal is to understand the transformation that occurred on a periphery area, the Bairro Militar, characterized by an accelerated urban growth, taking into account the actors and their own actions which influence on this neighbourhood. This research also approached this neighbourhood's re-qualification showing some proposals of intervention looking forward to its qualification and sustainable development.

This neighbourhood re-qualification towards a sustainable development is only possible involving base community organizations and local authorities, namely the City Council of Bissau. In fact, the effort of base community organizations, mainly NGO AIFA PALOP with significant improvement and positive impact on this neighbourhood, as not been sufficient for its re-qualification, so it is important than the City Council takes its own responsibility.

Key-words: accelerated urban growth in Africa, urban re-qualification, Bairro Militar, development actors, peripheries.

Agradecimentos

Antes de mais agradeço à Comissão Europeia que financiou esta dissertação, e ao consórcio Erasmus Mundus EURMed.

Agradeço a todas as pessoas que directa ou indirectamente me apoiaram:

À minha orientadora Professora Doutora Isabel Raposo por ter acreditado desde o início neste projecto, e pela disponibilidade e sugestões importantes.

À minha Co-orientadora a Professora Doutora Cristina Henriques por todo o apoio prestado desde o início principalmente no que se refere aos SIGs.

À Professora Isabel de Medeiros pelos incentivos.

Ao Professor Daniel Pinson e aos funcionários do IUAR em especial à madame Ledgam pelo apoio durante o tempo que estive em Aix-en-Provence.

Aos meus colegas de mestrado em especial ao Walid, Rachid, Fernanda e à Luciane pelo companheirismo e pelo apoio na revisão do texto e no tratamento das imagens.

Ao Júlio de centro de Cartografia da Faculdade de Arquitectura pelo apoio prestado na digitalização e tratamento das imagens aéreas.

Aos meus cunhados Maria dos Anjos e Marcelino Martins por todo o apoio na estadia durante o período do trabalho de campo em Bissau.

Aos técnicos do Ministério das Infra-estruturas, antigo Ministério das Obras Públicas da Guiné-Bissau em particular a Arquitecta Ana Paula Sanches e ao arquitecto Adolfo Ramos pelas informações importantes sobre a cidade de Bissau.

Ao Dr. Iancuba Indjai da ONG AIFA PALOP, cujo profundo conhecimento e engajamento no Bairro Militar foi um contributo decisivo para a compreensão do terreno e para a metodologia seguida.

A todas as pessoas entrevistadas e a todos os participantes no workshop de discussão cuja opiniões permitiram o enriquecimento desta dissertação. Um muito obrigado.

À minha família de Marselha em especial ao Jean Pierre, à Madó, à Therèse e ao ton ton Louis por me terem acolhido e apoiado durante a minha estadia em Aix-en-Provence.

Às minhas irmãs Tina, Nela e Nhanha, cunhados e sobrinhos que me apoiaram durante estes dois anos.

À minha mãe que esteve sempre presente em todos os momentos da minha vida.

Ao meu marido pela paciência e pela compreensão.

Aos meus filhos Elénio e Patrícia que são a razão da minha existência.

Obrigada😊

Índice Geral

Índice de quadros.....	viii
Índice de figuras.....	ix
Glossário de siglas e abreviaturas.....	xi
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Enquadramento teórico.....	9
1.1 Expansão urbana aplicada aos países em desenvolvimento.....	9
1.2 Requalificação urbana.....	12
1.2.1 Requalificação urbana ou melhoramento dos bairros periféricos em África. Experiência em alguns países da África lusófona.....	15
1.3 Desenvolvimento Humano sustentável.....	17
1.3.1 Desenvolvimento Humano.....	18
1.3.2 Desenvolvimento Sustentável.....	22
1.3.3 Actores de Desenvolvimento.....	25
Capítulo 2 Breve enquadramento da cidade de Bissau.....	27
2.1 Guiné-Bissau. Contexto histórico/político-militar.....	27
2.2 Aspectos físicos.....	32
2.2 População e habitação em Bissau.....	34
2.3 Aspectos sócio – económico.....	42
2.4 Análise das infra-estruturas básicas.....	45
2.5 Histórico do crescimento Urbano da cidade de Bissau.....	46
2.6 Histórico das habitações da cidade de Bissau.....	52
2.7 Políticas urbanas e instrumentos de planeamento e gestão territorial.....	56
2.7.1 Luta de libertação e investimento colonial.....	56
2.7.2 Governo independente e planeamento territorial.....	59
2.7.3 Nacionalização da terra.....	60
2.7.4 Projectos de melhoramento dos bairros de Bissau.....	61
2.7.5 Outros projectos e programas.....	63
2.7.6 O Plano Geral Urbanístico de Bissau.....	64
2.8 Governação da Cidade de Bissau.....	65
Capítulo 3 Bairro Militar.....	67
3.1 Breve enquadramento.....	67
3.2 População.....	68
3.3 Aspectos sócio – económicos.....	72

3.4 Análise dos equipamentos públicos, serviços redes viárias e transportes.	76
3.5 Infra-estruturas básicas: água e saneamento.....	85
3.6 Crescimento habitacional e tipo de construção.....	88
3.7 Malha urbana e uso do solo.....	93
3.8 Papel dos actores intervenientes no bairro e resultados/avaliação das suas acções.....	95
Capítulo 4 Construção de uma estratégia para o Bairro Militar.....	100
4.1 Diagnóstico SWOT participada.....	100
4.2 Eixo estratégico, medidas e acções a desenvolver no Bairro Militar	106
4.4 Fichas de acções para a qualificação do Bairro Militar.....	110
Considerações finais.....	121
Bibliografias.....	124
Anexos.....	133
1 Limite da cidade de Bissau segundo PGUB.	134
2 Limite da cidade de Bissau Segundo PGUB (adaptação da autora)	135
3 População de bairros de Bissau segundo delimitação do INEC.....	136
4 Bairros de Bissau segundo delimitação do INEC (adaptação da autora)	138
5 Levantamento Fotográfico.....	139
6 Listagem de pessoas entrevistadas.....	143

Índice de quadros

Quadro1 Número de habitantes entre 1960 e 2009.....	34
Quadro 2 Taxa de variação da população do país e da capital entre 1960 e 2009.....	36
Quadro 3 Comparação entre a população de país e da capital entre 1960 e 2009.....	37
Quadro 4 Comparação entre a densidade populacional do país e da capital entre 1960 e 2009.....	38
Quadro 5 População por faixa etária.....	43
Quadro 6 Percentagem de nível de instrução dos adultos (com 15 ou mais) em 2002.	43
Quadro 7 Percentagem da população activa e desempregada em 2002.....	43
Quadro 8 Percentagem da população da Guiné-Bissau por ramo de actividade em 2002.....	45
Quadro 9 Acesso da população de Bissau à electricidade e saneamento em 2002.....	45
Quadro 10 Síntese da evolução da cidade de Bissau.....	55
Quadro 11 Evolução da população de 1979 a 2008.....	71
Quadro 12 Equipamentos de ensino.....	77
Quadro 13 Equipamentos e serviços de saúde no Bairro Militar em 2008.....	79
Quadro 14 Diagnóstico da situação e propostas de melhoramento resultantes da reunião de bairro	103
Quadro 15 Diagnóstico prospectivo.....	105
Quadro 16 Comparação dos itens utilizados nas fichas de acção da iniciativa bairros críticos no bairro da Cova da Moura e nas fichas do Bairro Militar.....	106

Índice de figuras

FIG 1 Localização.....	32
FIG 2 Limite da cidade de Bissau.....	33
FIG 3 Evolução da população de Bissau.....	35
FIG 4 Repartição da população do país por regiões em 2002.....	37
FIG 5 População por grupos etários e por sexo em Bissau em 1991.....	38
FIG 6 Distribuição da população por grupos etários na Guiné-Bissau e 2002.....	39
FIG 7 Número de alojamentos nos bairros de Bissau em 1991	40
FIG 8 Ocupação do solo em 2009.....	41
FIG 9 Exemplos de tipos de habitação em Bissau.....	42
FIG 10 Mulheres horticultoras.....	44
FIG 11 Morança tradicional.....	47
FIG 12 Planta de Bissau em 1920.....	48
FIG 13 Tendências de expansão de Bissau.....	49
FIG 14 Plano Director de Bissau em 1948.....	50
FIG 15 Vista aérea de Bissau 1966.....	51
FIG 16 Avenida Amílcar Cabral.....	51
FIG 17 Bissau Velho.....	53
FIG 18 Exemplo de algumas áreas planeadas.....	54
FIG 19 Bairros periféricos de Bissau em 1973.....	58
FIG 20 Localização do Bairro Militar no contexto da cidade de Bissau.....	68
FIG 21 População da cidade de Bissau em 1979,1991 e 2008 indicando o Bairro Militar segundo os limites da população.....	70
FIG 22 Evolução da população de 1979 a 2008.....	71
FIG 23 Nível de instrução da população em 2001 no Bairro Militar.....	72
FIG 24 Bideiras.....	73
FIG 25 Principais profissões no Bairro Militar em 2001.....	74
FIG 26 Mulheres horticultoras.....	75

FIG 27 Religiões praticadas pelos habitantes do Bairro Militar em 2001.....	75
FIG 28 Tipos de equipamentos de ensino.....	77
FIG 29 Equipamentos de ensino.....	78
FIG 30 Equipamentos de saúde.....	78
FIG 31 Distribuição espacial das principais equipamentos no Bairro Militar em 2009	81
FIG 32 Principais vias da cidade de Bissau	82
FIG 33 Distribuição espacial dos principais infra-estruturas no Bairro Militar	83
FIG 34 Avenida principal do Bairro Militar.....	86
FIG 35 Abastecimento de água.....	85
FIG 36 Abastecimentos de água	86
FIG 37 Tipos de saneamento existentes no Bairro Militar em 2001.....	87
FIG 38 Estado de algumas vias.....	87
FIG 39 Evolução urbana do Bairro Militar em 1976, 1989 e 2009.....	89
FIG 39 Material de construção das habitações no Bairro Militar.....	90
FIG 40 Tipo de cobertura das habitações.....	90
FIG 42 Tipo de pavimentos das habitações no Bairro Militar	91
FIG 43 Tipologia de habitação predominantes no Bairro Militar	96
FIG 44 Latrinas exteriores	96
FIG 45 Tipologias habitacional predominantes no sub-bairro de Penha.....	97
FIG 46 Malhas urbanas.....	98
FIG 47 Sede social da AIFA PALOP e Centro de saúde de São Paulo.....	101
Anexo1 Limite da cidade de Bissau do PGUB.....	132
Anexo 2 Limite da cidade de Bissau PGUB (adaptação da autora)	133
Anexo 5 Levantamento fotográfico.....	137

Glossário de siglas e abreviaturas

ACOBAM Associação de Mulheres Comerciantes do Bairro Militar

AIFA PALOP Associação para a Investigação da Formação Orientada de Natureza Participativa das Associações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

AJUPRODEBE Associação Juvenil para o Desenvolvimento do Bairro de Bsaque

AMABBE Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Bsaque

AMBM Associação dos Moradores do Bairro Militar

ASDI Agência Sueca para o Desenvolvimento Integrado

CMB Câmara Municipal de Bissau

CNUMAD Conferencia das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento

DGOTDU Direcção Geral de Ordenamento do Território Desenvolvimento e Urbanismo

ESSOR Soutien - Formation - Réalisation

FCFA Franco CFA

IEPALA Instituto de Estudos Políticos para a América Latina e África

ILAP Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza na Guiné-Bissau

INEC Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

INEP Instituto nacional de Estudos e pesquisas

IPAD Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

MOPCU Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo

PGUB Plano Geral Urbanístico de Bissau

PMBB Projecto de Melhoramento dos Bairros de Bissau

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAB Sector Autónomo de Bissau

SOMEK Sociedade Metropolitana de Construções S.A

SNV Agencia Holandesa de Desenvolvimento

Introdução

A recente situação de crescimento urbano acelerado nos países em desenvolvimento, sobretudo na África Subsáariana, difere muito da situação nos países desenvolvidos. A elevada taxa de crescimento urbano é resultado de forte êxodo rural mas também de uma alta taxa de natalidade e uma baixa taxa de mortalidade (Santos, 2008). De um lado, percebe-se um movimento de abandono das áreas rurais devido à falta de oportunidade de emprego, a falta de acesso às infra-estruturas físicas e sociais básicas assim como uma forte expectativa de melhoria das condições de vida. Expectativas que poucas vezes se concretizam, acentuando ainda mais o ciclo de pobreza.

Apesar da África ser o continente menos urbanizado (com cerca de 62% da população viver nas áreas rurais), a taxa de crescimento urbano é de cerca de 4% (United Nations Population Division, 2001).

O ritmo de crescimento populacional nas cidades africanas subsárianas é cada vez mais preocupante, uma vez que o desenvolvimento da economia não tem acompanhado o crescimento populacional das cidades e a sua expansão, como referem vários autores (entre outros, Sousa Santos, 1994; Jenkins, Smith e Wang, 2007; Oppenheimer e Raposo, 2002; Davis, 2004 e Raposo 2010). Por outro lado, existe um desequilíbrio grave na rede urbana destes países. A maior parte dos movimentos migratórios dirige-se para um número reduzido de cidades que são sobretudo as suas capitais (Medeiros, 2006), tendo algumas cerca de um terço da população total do país.

Esta situação tem por consequência uma forte concentração populacional, onde o caso de Bissau não é excepção.

Fundada na segunda metade do século XVII, a cidade de Bissau foi o centro administrativo da colónia portuguesa, Guiné-Bissau, e sempre assumiu um papel preponderante no processo de comunicação com outros centros secundários do país. Entre 1961 e 1974, durante o período da luta de libertação, Bissau passou por um crescimento populacional significativo causado pelo êxodo rural e pelos refugiados vindos das áreas atingidas pela guerra de libertação nacional.

Nos primeiros anos da independência, as dificuldades com que o governo do PAICG – Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo-Verde – se deparou e as medidas que tomou não lhe permitiram controlar o êxodo rural. O comércio foi concentrado em Bissau, capital de Guiné-Bissau independente, sob o monopólio do Estado – caso dos

armazéns do povo e do Socomin¹ –, o que contribuiu ainda mais para a função da capital como o principal pólo urbano do país, favorecendo também assim o seu rápido crescimento populacional (Acioly, 1993).

Porém este crescimento não se reduziu com a descolonização. A cidade de Bissau, assim como as outras cidades capitais da África subsaariana, continua a crescer de forma acelerada, do ponto de vista demográfico e urbano, assistindo-se nos últimos anos à sua rápida expansão. Segundo dados do último recenseamento, realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC 2009), a cidade conta com 384.960 habitantes², para uma população total da Guiné-Bissau de 1 548 159, o que significa que cerca de um quarto da população do país vive na cidade de Bissau, sendo a sua taxa de crescimento anual de 4,5%.

Este crescimento acelerado não foi acompanhado de políticas públicas de implementação de infra-estruturas básicas, e estas infra-estruturas e equipamentos existentes estão repartidos de forma desigual no espaço da capital. Desta forma, cerca de setenta por cento destes cidadãos vivem no que vulgarmente se chama “bairro de lata”, bairros espontâneos, favelas (no Brasil), bidonvilles, Slums, musseques (em Angola) ou “caniço” (em Moçambique). A zona antiga denominada núcleo colonial ou zona histórica, concentra quase a totalidade dos equipamentos e serviços enquanto que nos bairros periféricos da cidade onde se instala a maior parte da população vinda das áreas rurais, de condições de vida mais precárias, a sua ausência é evidente. O Bairro Militar não foge à regra.

Criado nos anos 1960 do século XX, através do programa do general Spínola “Por uma Guiné melhor”. Este bairro serviu para albergar os comandos féis ao governo colonial. Depois da independência, houve uma mudança de residentes, tendo as casas passado a ser habitadas pelos militares que participaram na luta de libertação nacional, em substituição dos antigos comandos.

Actualmente, o Bairro Militar é, em termos sócio-urbanísticos, um dos bairros mais problemáticos de Bissau pois representa uma das zonas da cidade onde houve maior crescimento populacional nas últimas décadas, tendo passado de 3 013 habitante em 1979 para 26 713 em 1991. Segundo dados preliminares do último recenseamento populacional (INEC 2009), o bairro conta hoje com uma população de cerca de 88 754 habitantes,

¹ Armazéns do povo: resultam da fusão da casa Gouveia, uma das maiores empresas na época colonial nacionalizada depois da independência, com as estruturas comerciais das zonas libertadas. Socomin é uma empresa pública que resultou da nacionalização da antiga empresa ultramarina.

² Dados preliminares do Recenseamento de 2009.

correspondendo a 23% da população da cidade de Bissau (com 384 960 habitantes) e segundo os limites definidos pelas organizações do bairro.

Em todo continente africano, estes bairros, à exemplo dos outros países pioneiros, têm sido apontados como futuros objectos de acções de requalificação visando a melhoria das condições de vida dos residentes assim como a sua integração na cidade formal.

Na linha de outros autores (Acioly, 1990 e 1993, Forjaz 2005, Raposo 2007 e Davis 2004) o presente trabalho reflecte sobre o crescimento urbano acelerado e defende a requalificação dos bairros periféricos autoconstruídos como base para o desenvolvimento humano sustentável, tendo como estudo empírico a cidade de Bissau e como estudo de caso o Bairro Militar, aposta-se no seu melhoramento tendo em conta a participação da população e uma interacção activa do poder público em particular a Câmara Municipal de Bissau.

Objecto de estudo motivações e objectivos

O **objecto** de estudo desta investigação é a análise das formas de produção, transformação e requalificação do espaço do Bairro Militar, em Bissau, um caso de estudo que consiste num exemplo típico de bairro peri-urbano de uma cidade africana. Para desenvolver este trabalho, ter-se-ão em conta os actores e as respectivas acções que intervêm na produção, transformação e requalificação deste território e tomar-se-á como referência teórica o conceito emergente de requalificação urbana (Guerra *et al.* e Pinho 2005) participativa aplicado à realidade presente nos bairros peri-urbanos das cidades africanas com vista a um desenvolvimento humano sustentável.

As **motivações** e os factores que estiveram subjacentes à escolha deste objecto do estudo e deste estudo de caso foram vários, os quais não são somente resultado do meu percurso universitário, mas também do meu percurso pessoal. Habituada a conviver com a pobreza urbana nos bairros periféricos de Bissau, onde nasci, desde cedo me interessei pelo estudo dos problemas inerentes ao crescimento acelerado das periferias das cidades africanas, o que me levou a investir numa licenciatura em geografia, e posteriormente de continuar os estudos ao nível de mestrado.

A oportunidade de obter uma bolsa no Programa Europeu *Master Erasmus Mundus* permitiu-me escolher como tema de dissertação esta problemática e eleger como estudo de caso um bairro da periferia de Bissau. Tendo residido no Bairro Militar dos 12 anos até à minha vinda para Portugal, a minha visão ao mesmo tempo interior e exterior, contribuirá do ponto de

vista científico para o entendimento desta realidade e motiva-me a propor linhas de acção capazes de contribuir para a melhoria deste bairro.

Desta forma, enumeram-se como **objectivos gerais** ao estudo:

- i) Identificar princípios, práticas e intervenções de qualificação nos bairros periféricos das cidades africanas,
- ii) Contribuir para a reflexão sobre formas de intervir mais apropriadas com vista à qualificação e ao desenvolvimento sustentável dos bairros peri-urbanos da cidade de Bissau.

E como **objectivos específicos** relativos ao Bairro Militar:

- i) Identificar os factores que estiveram subjacentes ao crescimento urbano/populacional acelerado do Bairro Militar e que provocaram a sua degradação física,
- ii) Identificar as políticas que têm sido levadas a cabo para a qualificação do bairro e avaliar o seu impacto na melhoria da qualidade de vida dos habitantes,
- iii) Identificar quais os actores intervenientes, o seu papel e o impacto das suas acções no bairro,
- iv) Delinear algumas propostas de intervenção no bairro com vista à sua qualificação e o seu desenvolvimento sustentável.

Para a concretização dos objectivos propostos, abordaram-se os seguintes conceitos: expansão urbana acelerada, requalificação urbana e desenvolvimento humano sustentável, melhor definidos no capítulo de enquadramento teórico.

Questões e hipótese

A problemática desta investigação pode ser resumida na seguinte questão:

Até que ponto o crescimento urbano acelerado, sem planeamento, das periferias urbanas africanas constitui apenas um factor de deterioração ou pode também constituir um factor de desenvolvimento dos bairros periféricos?

E especificamente, no que respeita ao Bairro Militar, colocam-se as seguintes questões:

- i) Poderá o crescimento acelerado tornar-se numa mais valia para o desenvolvimento do bairro ou constitui apenas obstáculo ao seu desenvolvimento?
- ii) Que políticas têm sido implementadas pela autarquia e qual o seu impacto no desenvolvimento do bairro?
- iii) Qual o previsível impacto do Plano Geral de Urbanização de Bissau (PGUB) no bairro?
- iv) Qual a contribuição dos actores locais (Caritas, ONG AIFA PALOP, Associações locais, e outros privados) no desenvolvimento do bairro e qual o impacto das suas acções?
- v) Quais são os principais agentes e recursos necessários para a requalificação do bairro?
- vi) Qual o nível desejável e possível de qualificação com vista a um desenvolvimento sustentável?

Formulamos a hipótese que a qualificação do Bairro Militar só é possível se envolver não só as organizações da sociedade civil, que têm sido intervenientes activos mas também as autoridades locais, que têm estado ausentes.

Metodologia e estrutura do trabalho

Para dar cumprimento aos objectivos propostos, recorreu-se à recolha e análise de informações de carácter quantitativo (dados estatísticos e cartográficos) e qualitativo (recolha e análise de bibliografia de referência, entrevistas, reuniões, ensaio de metodologia participativa). Assim, a pesquisa seguiu os seguintes passos:

- 1- Análise bibliográfica sobre conceitos e teorias.
- 2- Análise documental sobre a cartografia, dados estatísticos existentes sobre o estudo de caso.

3- Elaboração de uma base de dados através da recolha e análise de documentação recolhida sobre a Guiné-Bissau e sobre a cidade de Bissau especificamente em matéria de Planeamento Urbano. Esta etapa foi complementada com o resultado de um trabalho de campo em Bissau³ desenvolvido em Abril de 2009 e seguindo as seguintes etapas:

- i) Recolha de documentação adicional e entrevistas junto de entidades e instituições responsáveis pelo planeamento do território e gestão urbana: Câmara Municipal de Bissau e o Ministério das Infra-estruturas;
- ii) Entrevistas com os Actores locais: ONG AIFA PALOP, Caritas, privados. Esta etapa teve como objectivo perceber o seu papel no processo de desenvolvimento do bairro;
- iii) Entrevistas com os Actores técnicos, responsáveis do planeamento do território e gestão urbana e com os políticos locais. Esta etapa visou conhecer as suas opiniões e a percepção destes actores face aos diferentes problemas da cidade e do Bairro Militar, bem como a sua perspectiva sobre a resolução dos actuais constrangimentos;
- iv) Entrevistas e reuniões através das dinâmicas⁴ de grupos focais com associações e residentes. Foram especificamente organizadas: (i) uma pequena reunião com os antigos combatentes residentes no sub-bairro Militar, (ii) outra com o Comité do bairro e (iii) uma reunião maior, organizada pela ONG AIFA PALOP, na qual participaram várias organizações do bairro, desde as associações juvenis, associações de mulheres comerciantes, associações de moradores do bairro;
- v) Observação directa e recolha fotográfica na cidade de Bissau assim como no Bairro Militar com vista à obtenção de informações complementares sobre a organização e o uso do espaço.

4 – Criação de uma base de dados georreferenciada com recurso aos sistemas de Informação Geográfica (SIG) a partir da documentação recolhida (cartas, imagens aéreas, censos, trabalho de campo, etc.).

³ Note-se que existe uma grande lacuna em termos de informação bibliográfica e particularmente sobre a questão urbana desta capital.

⁴ Estas dinâmicas tiveram por objectivo de identificar as perspectivas dos diferentes grupos sobre os principais problemas/necessidades do bairro, a organização do espaço do bairro e a sua articulação com a cidade,

Para o desenvolvimento deste trabalho em ambiente SIG, utilizámos os seguintes recursos cartográficos e estatísticos:

- i) Carta Militar Bissau 1:50 000 de 1950;
- ii) Fotografias aéreas de 1976 e de 1989⁵ e de 2009 da cidade de Bissau;
- iii) Cartografia com os limites da cidade do Plano Geral Urbanístico de Bissau (PGUB);
- iv) Censos de 1979 e 1991 e Projecção da População de 2008 (INEC).

No que respeita aos dados censitários, utilizámos os dados da população residente por bairros da cidade de Bissau em 1979 e em 1991, bem como das unidades de alojamento em 1991. Esta análise comparativa tem como objectivo mostrar a evolução da população por bairros assim como a evolução das unidades de alojamento. No que respeita à evolução de unidades de alojamentos, devido a falta de dados estatísticos de 1979, recorreremos à leitura das fotografias aéreas de 1976.

Para a análise sócio-espacial recorreremos aos dados do Inquérito Ligeiro para avaliação da Pobreza 2002, realizado pelo Ministério da Economia e Finanças e pelo INEC.

Para o tratamento dos dados, utilizamos o software ArcGIS 9.2 e estruturámos a informação através do cruzamento de vários tipos de informação geográfica o que nos permitiu uma visão geral do território. Este procedimento pode ser melhor entendido através das etapas seguintes:

- i) Digitalização das fotografias aéreas e a sua respectiva georreferenciação com base na carta Militar de Bissau à escala 1:50.000;
- ii) Recolha de imagens do aéreas de 2009, que integrámos no SIG, servindo de base para a produção de cartografia temática;
- iii) Na ausência do mapa do recenseamento, utilizamos os limites do Plano Geral Urbanístico de Bissau. Os limites dos bairros no PGUB não são coincidentes com os dados dos censos, pelo que tivemos que agrupar alguns bairros contíguos;
- iv) Elaboração de uma carta de ocupação de solo para 2009 baseada em três classes: área inundável, outras áreas naturais e áreas edificadas. A primeira classe diz respeito a áreas de cultivo de arroz (bolanhas), aos

⁵ Cedidas pelo Dr. Luís Catarino do Instituto de Investigação Científica e Tropical

braços dos rios e mangais (tarrafes); a segunda é composta por áreas ocupadas por vegetação e árvores de frutos como por exemplo cajueiros; e a terceira engloba áreas residenciais, áreas de equipamentos e de infra-estruturas;

- v) Elaboração da carta da evolução da população por bairros da cidade de Bissau entre 1979 e 2008;
- vi) Elaboração da carta de número de alojamentos por bairros da cidade de Bissau em 1991;
- vii) Elaboração da carta dos principais equipamentos existentes no Bairro Militar;
- viii) Elaboração da carta das principais vias do bairro.

Tendo em conta a falta de dados sobre Bissau foi necessário um trabalho prévio de recolha e tratamento de dados complementares.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos. Assim, o primeiro capítulo apresenta os conceitos e as referências teóricas relevantes para a pesquisa empírica. O segundo capítulo faz uma breve apresentação da cidade de Bissau, do seu crescimento formal e informal, assim como das políticas urbanas e instrumentos de planeamento e de gestão levadas a cabo para a cidade baseados na análise bibliográfica e nos nossos dados recolhidos. O terceiro capítulo, diz respeito ao estudo de caso, o Bairro Militar e faz um diagnóstico da situação do bairro. O quarto e último capítulo apresenta as nossas principais conclusões e assim como as estratégias propostas para a qualificação do bairro. Uma conclusão final relata as dificuldades encontradas na execução do trabalho e as sugestões para aprofundamentos ou trabalhos complementares.

Com este trabalho, espera-se contribuir para a reflexão sobre intervenções em bairros informais de cidades africanas com características similares ao Bairro Militar, caracterizado por um crescimento urbano acelerado e grandes problemas sócio-urbanísticos, sabendo que toda a intervenção está dependente de decisões políticas e da vontade dos outros actores.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico

Neste capítulo pretendemos reflectir sobre as referências teóricas relevantes para esta pesquisa, nomeadamente os conceitos de expansão urbana, nomeadamente nos países africanos, requalificação urbana, desenvolvimento humano sustentável. Pretende-se abrir a discussão em direcção aos actores de desenvolvimento.

1.1. Expansão Urbana aplicada aos países em desenvolvimento

O fenómeno de urbanização começou à escala mundial com a revolução industrial, com o desenvolvimento tecnológico e dos meios de transportes e com a expansão da economia de mercado (Oppenheimer e Raposo, 2002, 2007). Na Europa e na América do Norte o crescimento urbano iniciou com a revolução industrial enquanto que nos chamados países em desenvolvimento o crescimento urbano intensificou-se sobretudo depois da Segunda Grande Guerra, com ritmos diferente de país para país.

Nos países da África ao Sul do Sahara este fenómeno foi tardio, mas muito rápido e multiforme (Medeiros, 2006, Santos, 2008). A intensificação do crescimento urbano acelerado nas últimas décadas nestes países, como referem Oppenheimer e Raposo (2002), não corresponde a um desenvolvimento industrial e económico. Ele ocorre sobretudo em contexto de grave crise económica e social agravada com as políticas económicas neoliberais a nível mundial e a aplicação desajustada de políticas de ajustamento estrutural impostas pelas agências multilaterais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional).

Também Ilídio do Amaral (1983) sublinha as diferenças fundamentais entre os processos de urbanização nos países desenvolvidos e nos ditos em desenvolvimento: nos primeiros o crescimento urbano esteve sempre ligado ao desenvolvimento industrial e às suas consequências, salvo em raras excepções, enquanto nos segundos, ele resultou sobretudo de uma excessiva afluência de população que foge da pobreza das regiões rurais.

Nessa óptica, Davis (2004) considera que este fenómeno, a que ele chama de superurbanização, não está relacionado com a oferta de emprego nas grandes cidades mas sim com as consequências da conjuntura de ajustamento estrutural, desvalorização da moeda e redução do papel do Estado, que têm por consequência a redução do nível de emprego urbano, originando cada vez mais a pobreza urbana e a proliferação dos bairros informais.

Como recordam Oppenheimer e Raposo (2002), o rápido crescimento urbano resulta da conjugação de dois factores: a repulsão do mundo rural e a atracção do mundo urbano, lá está, relacionado com as transformações das economias mundiais e nacionais.

Paul Bairoch (1985) indica quatro factores determinantes para explicar o crescimento urbano acelerado:

- i) O aumento da população e utilização intensiva da terra agrícola empobrecendo solos, obrigam muitos camponeses a abandonar o campo em direcção à cidade;
- ii) Os níveis de rendimento mais elevados nas cidades são um factor de atracção da população rural pela cidade;
- iii) A generalização do acesso ao ensino básico: os jovens do campo pelo facto de saberem ler e escrever reclamam ocupações fora da agricultura e muitos pretendem prosseguir os seus estudos, o que só é possível nas cidades;
- iv) Os saldos demográficos elevados quer do crescimento natural quer do migratório.

Para Harris e Todaro (1970), o principal motivo porque as pessoas decidem migrar do campo para as cidades é a diferença entre o rendimento rural e o que se espera obter na cidade. Segundo os mesmos autores, o rendimento urbano é estimado de acordo com as informações sobre os salários possíveis na cidade e considerando a possibilidade de se conseguir um emprego. Neste sentido as políticas de criação de emprego nas cidades fazem com que haja ainda mais diferença entre a cidade e o campo, o que tem como consequência, mais migração para a cidade, crescimento urbano acelerado e maior desemprego urbano.

Santos (2008) considera que a atracção para a cidade é sobretudo psicológica, pois o migrante acredita que irá encontrar condições de vida na cidade melhor do que o que é provável.

Alguns governos tomaram medidas radicais para controlar a afluência à cidade. Foi o caso de Moçambique que tomou várias medidas nesse sentido (criação do sistema guia de marcha, criação de comissão encarregue de travar o êxodo rural, operação produção), mas

o crescimento urbano não abrandou em Maputo e continuou cada vez mais intenso (Oppenheimer e Raposo 2002).

David Drakakis Smith (1987), citado por Carneiro (1990), considera que as políticas repressivas para impedir o afluxo às cidades, são improdutivas porque: tendem a ser ignoradas pela população; são geradoras de violência e muitas vezes originam fenómenos de corrupção.

Os países da África Subsariana continuam a debater-se com a mais alta taxa de crescimento urbano. A rede urbana apresenta-se cada vez mais desequilibrada, as cidades capitais continuam a crescer de forma rápida, concentrando-se aí grande parte da população. É o caso da Guiné-Bissau, em que aproximadamente um terço da população vive na sua capital, em Bissau.

Como afirma Isabel de Medeiros (2006), a construção dos novos Estados e a sua ligação com a ordem global apoiou-se nas cidades capitais, locais de concentração e afirmação de novos poderes, políticos, económicos, sociais. A maior parte das infra-estruturas e indústrias foram aí instaladas atraindo a maioria dos fluxos migratórios sobretudo caracterizados por uma população jovem em idade fértil. Nas últimas décadas, a percentagem da população que reside nas cidades capitais tem vindo a aumentar relativamente à população urbana total. De acordo com Ferreira (2008), este indicador traduz outros (des) equilíbrios sociais, culturais, económicos e administrativos que são, de certa forma, a imagem de um país.

O crescimento urbano intensivo em África que se processa sem desenvolvimento industrial e económico, é acompanhado pelo aumento da pobreza urbana. A estrutura física da cidade não está preparada para acolher estes grandes contingentes de população. Devido ao crescimento urbano acelerado e não planificado, os bairros periféricos das urbes africanas densificam-se e expandem-se e com a ausência de intervenção pública os problemas de infra-estruturas agravam-se (Raposo e Salvador, 2007).

Os governos incapazes de controlar o crescimento urbano acelerado e a inerente pobreza urbana apostam nas ajudas internacionais e na realização de programas de redução da pobreza urbana (Frias, 2006) sem impactos efectivos.

Desta forma, acções visando requalificar estas áreas mostram-se o único caminho real para a melhoria das condições de vida dos habitantes das cidades africanas. Estas acções, conhecidas como requalificadoras, são distintas e diferem caso a caso, como demonstraremos a seguir.

1.2 Requalificação Urbana

A *requalificação* urbana visa a melhoria da qualidade de vida das populações das cidades através de intervenções urbanísticas. É um conceito abrangente na medida em que todos os outros conceitos relacionados e a seguir descritos (reabilitação, revitalização, renovação, restauração) têm como objectivo final a requalificação.

O termo *reabilitação* teve a sua origem nos anos 1960, e surgiu da necessidade de defesa e salvaguarda do património cultural mas rapidamente ultrapassou esse campo de acção para responder aos problemas de ordem sócio-cultural, económica e ambiental. As primeiras discussões sobre a reabilitação surgiram em 1963 durante a Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu que se ocupou da preservação dos núcleos antigos e históricos, considerando urgente e necessário a resolução dos seus problemas. A maior novidade é o alargamento do conceito do património até então limitado a monumentos arquitectónicos e históricos, para abranger também os edifícios urbanos e rurais que com o tempo adquiriram significado cultural. Defendeu-se também a necessidade de preservar as envolventes dos monumentos, nos termos referidos no Artigo 6^o *“Sempre que o espaço envolvente tradicional subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas”* (Pinho, 2005: 3).

Em 1975 – Ano Europeu do Património Arquitectónico – surge o conceito de conservação integrada, associado à reabilitação, como resposta à degradação física, social e económica dos tecidos antigos. Este conceito tem como principal objectivo a integração destes tecidos e edifícios na vida contemporânea, dando-lhes uma função actual e socialmente útil, preservando ao mesmo tempo os elementos de interesse cultural (Pinho, 2005).

Em 1976, é definido o conceito de reabilitação pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, na sua Resolução (76) 28, visando a integração dos monumentos e edifícios antigos – em especial os habitacionais – no ambiente físico da sociedade contemporânea, “através da renovação e adaptação da sua estrutura interna às necessidades da vida contemporânea, preservando ao mesmo tempo, cuidadosamente, os elementos de interesse cultural” (Pinho, 2005).

⁶ Texto aprovado no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de Maio de 1964.

A reabilitação urbana contempla sobretudo bairros antigos ou bairros históricos, mas aplica-se também ao seu tecido urbano mais recente. É possível também aplicar o conceito aos bairros informais ou “bairros de lata” ou “favelas” embora nestes casos o tipo de operação aplicada seja mais frequentemente o de qualificação urbana, ou mesmo de renovação. Para Pereira (1987) a reabilitação urbana diz respeito a toda a cidade e não apenas ao seu centro histórico ou às áreas com valor patrimonial, abordando a autora os procedimentos para sua preservação.

Segundo a DGOTDU (2005), a reabilitação urbana é um processo de transformação do espaço urbano, compreendendo a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com o objectivo de melhorar as suas condições de uso e habitabilidade, conservando porém o seu carácter fundamental. O conceito de reabilitação pressupõe o respeito pelo carácter arquitectónico dos edifícios, não devendo no entanto confundir-se com o conceito de restauro, que implica a reconstituição do traçado original em particular de fachadas e coberturas. O objectivo principal da reabilitação urbana é conservar e proteger o existente, demolindo apenas o que não pode ser mantido. O custo das operações de reabilitação urbana é geralmente menor que o custo das operações de restauro, bem como das acções de demolição e reconstrução inerentes às operações de renovação urbana.

De acordo com a definição da DGOTDU (2005), a *renovação urbana* engloba um conjunto de operações urbanísticas que visam a reconstrução de áreas urbanas sobreocupadas ou degradadas, às quais não se reconhece valor como património arquitectónico ou conjunto urbano a preservar, com deficientes condições de habitabilidade, de salubridade, de estética ou de segurança, implicando geralmente a substituição dos edifícios existentes.

A renovação assenta na ideia de destruição do edificado existente e na sua substituição por uma nova construção em geral com características morfológicas e tipológicas diferentes da anterior ou com novas actividades económicas adaptadas ao processo de mudança urbana. A renovação urbana tem implicações sociais e económicas significativas. O resultado é geralmente a penetração de actividades económicas de alto valor financeiro e a ocupação das habitações por extractos sociais de maiores recursos segundo um processo de elitização ou “gentrification”. Este tipo de operação assenta na expulsão para a periferia dos grupos sociais de menores recursos.

A *revitalização urbana*, é definida pela DGOTDU (2005), como um conjunto de operações destinadas a articular as intervenções pontuais de recuperação dos edifícios existentes em áreas degradadas, com as intervenções mais gerais de apoio à reabilitação das estruturas

sociais, económicas e culturais locais, visando a melhoria da qualidade de vida nessas áreas ou conjuntos urbanos degradados. Ou seja, a revitalização diz respeito às acções destinadas a impulsionar a vida social e económica de uma cidade ou parte dela que se encontre em decadência. Este tipo de operação diz mais respeito a equipamentos e actividades e menos a edifícios habitacionais.

Segundo a UNESCO (2007), a revitalização pressupõe um balanço positivo entre as necessidades dos habitantes e o valor atribuído a cidade, como bem público, e as leis de desenvolvimento económico. Os aspectos económicos, ambientais patrimoniais e sócio-culturais não devem entrar em conflito mas sim complementarem-se. A revitalização requer a responsabilidade dos governantes e a concertação dos actores de diversas áreas.

A *reestruturação urbana* consiste na intervenção numa área da cidade ou num bairro com carências, ou onde predomina um determinado grupo social. A intervenção processa-se ao nível da estrutura urbana e das infra-estruturas mais que dos edifícios habitacionais.

A DGOTDU (2005), define a reestruturação urbana é uma operação urbanística que consiste no melhoramento de uma determinada área residencial, ou residencial-comercial, através da demolição dos elementos degradados, da melhoria do sistema viário, dos espaços verdes, e, de um modo geral, de todos os seus equipamentos.

A *requalificação urbana* tem como principal objectivo a melhoria do ambiente urbano. Implica acções de reimplantação de antigas funções, como habitação, comércio, serviços e cultura, de acordo com a definição de “reanimação”, de Merlin e Choay (1988), de reutilização do património existente; implica também o desenvolvimento do turismo e do lazer; e implica ainda a preocupação com as possibilidades de optimização dos espaços, de acordo com o conceito de “revitalização” de Del Rio (1994).

A requalificação, todavia, está menos ligada à ideia de perda anterior de vitalidade que a revitalização e reforça a ideia de acréscimo de actividades geradoras de ganhos económicos e de melhoria da qualidade dos espaços públicos e privados. Pode aplicar-se a situações de alteração das características físicas e da composição social e económica de áreas ainda ocupadas. Nestes casos envolve processos de gentrificação através do estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos espaços, com vista a um melhor desempenho económico⁷.

De acordo com Guerra *et al.* (2005), a requalificação urbana é sobretudo um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e

⁷ http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/magalhaes_01.pdf

recuperação de equipamentos e infra-estruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica. Procura a (re) introdução de qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área.

Este tipo de intervenção origina em geral mudanças na zona ou área intervencionada não só ao nível físico mas também ao nível económico, cultural, social e ambiental.

1.2.1 Requalificação urbana/melhoramento dos bairros periféricos em África.

Experiência em algumas cidades da África lusófona

As dificuldades e os problemas que as periferias dos centros urbanos em África enfrentam são actualmente um dos principais desafios para as políticas públicas neste continente. A maior parte desses bairros periféricos nasceu da necessidade de albergar a população pobre vinda sobretudo das áreas rurais.

A extensão das habitações informais ou ilegais nas periferias urbanas é cada vez maior, tendo-se multiplicado na África subsaariana, sobretudo depois das independências, e é expressão e consequência do processo de desenvolvimento económico desigual e da falta de políticas públicas para a habitação. Os bairros periféricos e suas habitações autoconstruídas e mais ou menos precárias surgiram como alternativas da população de origem rural ou urbana de baixo rendimento.

O crescimento acelerado dito espontâneo⁸ e não planificado das periferias das principais cidades africanas e sobretudo nas cidades capitais está associado à ausência e ineficácia dos instrumentos de planificação. Como resultado, grande parte ou mesmo a maioria das populações urbanas destes países residem em áreas carecidas de equipamentos e infra-estruturas básicas, assim como em habitações precárias e degradadas. Existem vários estudos sobre os assentamentos humanos, de que se destaca o relatório *Challenges of Slums*, publicado em 2003 pela UN-Habitat que indica que na Guiné-Bissau, 93% da população urbana vive nos bairros periféricos.

Intervir numa área ocupada ilegalmente ou em áreas degradadas não deveria implicar necessariamente a sua destruição ou demolição, como aconteceu e continua a acontecer em vários lugares do mundo, mas antes visar a criação de melhores condições de existência, organização e manutenção dignificando a qualidade de vida dos seus moradores.

⁸ Segundo Santos e Souza (1986), essa espontaneidade não tem nada de espontâneo já que é bastante determinada pela lógica do modo de produção capitalista.

Nos últimos anos, nos países africanos como em outros países em desenvolvimento, ganham expressão programas de melhoramento, ordenamento e legalização destas áreas residenciais não urbanizadas (Raposo e Morais 2005; Raposo 2007). Para se conseguir uma intervenção coerente é necessário não só o envolvimento do poder local mas também da população nas decisões. Antes de se delinearem as estratégias de intervenção nesses bairros é necessário compreendê-los.

Para uma boa acção de melhoramento nos bairros periféricos deve-se ter em conta não só a melhoria das condições habitacionais mas também a melhoria e ou a introdução de infra-estruturas básicas e equipamentos sociais, culturais e educativas, tendo sempre em conta o envolvimento/participação dos habitantes em todas as fases do projecto. De acordo com Forjaz (2005), a capacidade e motivação para melhorar a qualidade de vida nessas áreas periféricas requerem um programa de acção sólido e um envolvimento/participação dos residentes em todas as fases do projecto, desde o início até a definição de estratégias de intervenção. O projecto deve oferecer emprego à população local garantindo assim a sua sustentabilidade. As experiências de requalificação ou melhoramento dos bairros periféricos mostram que quando a população local é envolvida no processo é muito mais fácil atingir os objectivos propostos.

Em Manica (Moçambique) foi implementado um projecto-piloto de ordenamento participativo sustentável com bons resultados, onde a participação comunitária foi a palavra-chave. Durante todas as fases do projecto a população foi chamada a intervir. Discutiu-se com a população a forma de todos os residentes beneficiarem de acesso tanto viário como pedonal, aproveitando a mão-de-obra local e não foi feita tábua rasa das pré-existências, tendo-se mantido todas as habitações (Silva 2005).

No caso de Bissau desenvolveu-se um programa de melhoramento dos bairros de Bissau que também teve um impacto positivo na melhoria dos bairros intervencionados. Numa primeira fase de intervenção ao nível infraestrutural a população não foi ouvida. Mas os técnicos logo se aperceberam da falha e na segunda fase a população foi chamada a participar na melhoria do seu bairro, o que mostrou ser muito positivo. A única dificuldade foi a sustentabilidade ou continuidade do programa: não se deu continuação aos trabalhos devido à falta de vontade por parte dos políticos, apesar da notória melhoria de qualidade de vida da população nessas áreas.

1.3 Desenvolvimento Humano Sustentável

O conceito de desenvolvimento apareceu nos anos 1950 a seguir à segunda Grande Guerra, defendendo-se então que o desenvolvimento das áreas ou zonas desfavorecidas assentava no crescimento económico, considerado o principal caminho para alcançar o progresso. As teorias de crescimento herdadas de Keynes, nos anos 1930 defendem que o subdesenvolvimento pode ser ultrapassado com o aumento de investimento em capital. Segundo o conceito das etapas de desenvolvimento defendido por Rostow no início da década de 1960, os países subdesenvolvidos encontrar-se-iam numa etapa anterior à dos países desenvolvidos (Pina, 2008).

Nos finais dos anos 1960 e princípios de 1970, esta visão linear, entrou em crise devido ao fracasso registado na sua implementação em várias regiões do mundo.

Segundo Torres (1988), o fracasso das políticas de desenvolvimento aplicadas em África desde os anos 1960, por pesados aparelhos burocráticos e planos ambiciosos⁹, favoreceu a crítica às teorias de modernização, baseadas nas ideias de Keynes ou no marxismo, o que serviu de referência para as diversas modalidades de desenvolvimento aplicadas nos países do Sul.

Por sua vez, o fracasso dos modelos de desenvolvimento aplicados em África nos anos 1980, por imposição das instâncias multilaterais, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, especificamente o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), levou a considerar que o desenvolvimento não pode ser medido pelo grau de industrialização/modernização. Assim, começou-se a contemplar não só medidas económicas mas também medidas sociais.

Desde os anos 1960, surgem teorias alternativas às teorias de modernização, entre elas as teorias de dependência, que põem em causa a visão economicista: “Um desenvolvimento alternativo centra-se no povo e no seu ambiente, ao invés de se centrar na produção e nos custos” (Friedmann, 1992: 33). O mesmo autor refere ainda que “seria absurdo tentar substituir um desenvolvimento centrado nas pessoas por um outro centrado na produção. Ou seja o que o desenvolvimento alternativo faz é procurar uma mudança nas estratégias nacionais existentes através de uma política de democracia participativa, de crescimento económico apropriado, de igualdade de géneros, e de sustentabilidade ou equidade entre

⁹ Os planos propunham a aceleração de industrialização em sociedades essencialmente agrícolas, reforma do sistema fundiário, aumento da propensão à poupança, tributação das classes mais favorecidas, fixação de preços baixos ao produtor agrícola para embaratecer a mão-de-obra nas indústrias e favorecer a criação de excedentes nos meios urbanos.

gerações” (Friedmann, 1992: 36). Nos anos 1980, aumenta a consciência de que a “imitação” do desenvolvimento não conduzia ao desenvolvimento propriamente dito.

As abordagens alternativas de desenvolvimento, ao contrário do modelo economicista, encaram o crescimento económico como um meio e não como um fim de desenvolvimento. Neste novo paradigma, perspectivam-se estratégias de desenvolvimento de âmbito local, participativo e integrado, em que a base territorial deixa de ser o Estado-Nação para ser cada vez mais a comunidade territorial (Pina, 2008).

Amaro (2003), sintetizou esses conceitos alternativos em três grandes fileiras: ambiental (eco desenvolvimento, desenvolvimento sustentável), das pessoas e das comunidades (desenvolvimento comunitário, Village Concept, Another Development, Desenvolvimento alternativo, Desenvolvimento endógeno ou a partir de baixo “*bottom-up*”/ “*from below*”, Desenvolvimento local, Desenvolvimento Participativo) e dos direitos humanos (Perspectiva das necessidades básicas, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento social).

Abordamos de seguida o conceito de desenvolvimento humano e de desenvolvimento sustentável que se consideram mais relevantes para o caso de estudo em Bissau.

1.3.1 Desenvolvimento Humano

A crise do desenvolvimento centrado num crescimento económica teve como consequência a tomada de consciência de que para se discutir o desenvolvimento é necessário em primeiro lugar satisfazer as necessidades básicas da população. Com base nesses pressupostos, sobretudo a partir dos anos 1990, os Direitos Humanos passaram a constituir um dos elementos fulcrais do processo de desenvolvimento tal como a garantia dos limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana, preocupação já defendida por Perroux na sua obra a “Economia do Homem” (citado por Pina, 2008).

O Desenvolvimento Humano foi definido pelo “Relatório do Desenvolvimento Humano” do PNUD em 1990, como um processo de alargamento de escolhas das pessoas (PNUD, 1990). Na óptica do PNUD e segundo Amaro (2003), o conceito de Desenvolvimento humano é o processo pelo qual se cria um ambiente favorável ao aumento das capacidades e oportunidades das pessoas tanto das gerações presentes como futuras:

“ O processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um

nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens”.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) formulado pelo economista paquistanês Mahbuu ul Hag e pelo seu colega Robert McNamar é o indicador que mede este conceito e vem sendo utilizado pelo relatório de desenvolvimento humano, desde 1993.

Contudo, o conceito de desenvolvimento humano tem-se alterado ao longo dos anos, procurando ajustar-se às mudanças das escolhas humanas e suas condicionantes. Em 1990, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano, as condições básicas do desenvolvimento humano têm a ver: com a existência de condições saúde que generalizem o acesso à vida biológica longa; com a escolaridade como condição de acesso ao conhecimento; e com o rendimento, condição para um padrão de vida digno.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1991 fala também da equidade, do ajustamento por sexo e da distribuição de rendimento, enquanto que os de 1992 a 1994 alargam o conceito às dimensões do poder, da cooperação, da equidade, da sustentabilidade e da segurança. O alargamento das escolhas dos indivíduos depende da capacidade que eles têm e do grupo onde estão inseridos. Mas essa escolha só é possível para os que não tiverem que se preocupar com as necessidades básicas como a saúde, a educação e o rendimento, como foi defendido por Seers (1979).

A partir destas dimensões do desenvolvimento humano, o Relatório de 1996 questionou se o crescimento é ou não um factor gerador de escolhas, de segurança, de integração e coesão social, de sustentabilidade, de segurança e de emprego. Este Relatório começa por afirmar que o desenvolvimento humano é visto como um fim, enquanto que crescimento económico é considerado um meio. Ou seja para que haja um desenvolvimento humano sustentável é necessário um maior crescimento económico. Inversamente, de acordo com Richard Jolly, autor do relatório de Desenvolvimento Humano, um crescimento económico só pode ser sustentável se houver desenvolvimento humano. As Organizações Comunitárias de Base são um dos elementos que garantem o bom funcionamento dos dois componentes (crescimento económico e desenvolvimento humano). O relatório de 1996 propõe ainda que se invista no desenvolvimento humano dos mais pobres.

O Relatório de 1997 salientou a forma como o resultado do crescimento económico é repartido e o seu resultado no desenvolvimento humano. Vem retomar o conceito da pobreza, defendendo um crescimento a favor dos pobres. Considera a pobreza como sendo a negação das oportunidades e escolhas mais elementares, vistas em três perspectivas: do rendimento, das necessidades básicas e das capacidades (PNUD, 1997).

O Relatório de 1998 fala sobretudo do consumo de bens e de serviços e analisa como o desenvolvimento humano é afectado tanto de forma positiva como negativa.

Relativamente ao Relatório de 1999, este focaliza-se sobretudo nos prós e contras da globalização.

Entretanto o conceito vai ainda mais longe ao englobar as escolhas adicionais – desde liberdade política, económica, social, não discriminação étnica, racial, sexual, religiosa – às oportunidades para a criatividade e produtividade e garantia dos Direitos Humanos. O Relatório de 2000 considera os direitos humanos fundamentais para o desenvolvimento, assim como o desenvolvimento, um meio para efectivar os direitos humanos. As acções e os compromissos dos principais actores são fundamentais para garantir o direito de todas as pessoas em todos os lugares (PNUD 2000).

Em 2001, o Relatório apresenta as novas tecnologias a favor do desenvolvimento humano, e afirma que as novas tecnologias podem ser utilizados como forma de redução da pobreza (PNUD 2001).

O Relatório de 2002 cujo título aprofunda a democracia num mundo fragmentado, celebra o crescimento da democracia no mundo ao longo dos anos, mas chama a atenção para evitar retrocesso em varias partes do mundo (PNUD 2002).

O Relatório de 2003 fala dos oito objectivos do desenvolvimento do Milénio adoptados pelos chefes de Estado que comprometem os países ricos e pobres a reduzirem até 2015 a pobreza e as desigualdades sociais, e a alcançar a democracia, a paz e a sustentabilidade ambiental (PNUD 2003).

O Relatório de 2004, mostra que para que se atinjam os objectivos de desenvolvimento do milénio é importante apostar numa sociedade culturalmente diversificada e inclusiva (PNUD 2004).

Em 2005, mais uma vez, o Relatório mostra que para atingir os objectivos do milénio é necessário apostar-se na cooperação internacional. Esta cooperação passa pelo aumento das ajudas dos países mais ricos aos mais pobres, estabelecimento de regras mais justas para o comércio internacional, e alargamento do conceito de segurança para além das fronteiras nacionais nomeadamente a redução dos conflitos armados em África (PNUD 2005).

O Relatório de 2006 enfatiza a crise global de água, em especial os problemas gerados pela falta de abastecimento de água potável e saneamento. O Relatório mostra que cerca de dois milhões de crianças morrem todos os anos por falta de um copo de água. Critica o mito de

que a principal causa da crise por que passamos hoje seja devido à escassez. De igual modo, o documento relaciona a questões de pobreza, poder e desigualdade, sem deixar de focalizar os efeitos das doenças de veiculação hídrica na mortalidade infantil e as desigualdades de género no acesso à água. Nesta óptica, reconhece o acesso à água como direito humano, chama a atenção aos Governos pelo cumprimento deste direito (PNUD 2006).

O relatório de 2007/2008 cujo título “Combater a mudança do clima: Solidariedade Humana em um mundo dividido”, fala das várias ameaças provocadas pelas alterações climáticas e afirma que os países e as pessoas mais pobres podem ficar aprisionados num ciclo de pobreza. O relatório aconselha ainda que as emissões do CO2 sejam reduzidas a 80% em relação a 1990 até 2050 (PNUD 2007).

O relatório de 2009 traça um panorama sobre a migração. Mostra como as políticas correctas de mobilidade podem fomentar o desenvolvimento humano, e apela os governos no sentido de reduzir as restrições no que respeita às deslocações para assim alargar a possibilidade de escolha das pessoas (PNUD 2009).

Recentemente em Novembro de 2010 o PNUD lança o último Relatório de Desenvolvimento Humano cujo com o título “A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano” onde concluiu pela análise dos vinte anos, que a maior parte dos países em desenvolvimento fez progressos profundos, nas áreas da saúde, da educação e nos padrões de vida básicos nas últimas décadas, onde muitos dos países mais pobres apresentaram maiores ganhos. O relatório conclui ainda que o progresso de longo prazo na saúde e na educação não é determinado pelo rendimento e introduz novos índices para o género, a pobreza e a desigualdade (PNUD 2010).

Para concluir este ponto sobre o desenvolvimento humano, é importante voltar a sublinhar que o crescimento económico não é sinónimo de desenvolvimento, e de acordo com Jeni Klugman, a principal autora do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, o desenvolvimento humano é diferente do crescimento económico e as realizações substanciais são possíveis mesmo sem crescimento rápido.

1.3.2 Desenvolvimento Sustentável

Em 1980, no relatório da União Internacional da Conservação da Natureza (UICN), foi avançada o conceito alternativo de desenvolvimento sustentável e reconheceu-se a importância de integrar o desenvolvimento com o ambiente. O conceito começou a ganhar força a partir de 1987 com a publicação do livro “O nosso futuro comum” da responsabilidade da World Commission on Environment and Development (W.C.E.D) (Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento), elaborado a pedido das Nações Unidas. O relatório ficou conhecido como relatório Brundtland¹⁰: *“Sustainable development is (...) development that meets the needs of the present without compromising the ability of further generations to meet their own needs”* (W.C.E.D, 1987). A mensagem principal é que a humanidade tem a possibilidade de tornar sustentável o desenvolvimento, se assegurar que vai ao encontro das necessidades da geração actual sem comprometer as futuras gerações.

Este conceito veio revolucionar o pensamento sobre o ambiente e o desenvolvimento, prevalecendo os seus princípios até hoje. O desenvolvimento sustentável integra as políticas do ambiente com as de desenvolvimento. O relatório reconhece que o desenvolvimento sustentável está dependente da vontade política, porque implica a realização de escolhas difíceis, principalmente a curto prazo.

Em “O nosso futuro comum”, a W.C.E.D especifica que “o desenvolvimento sustentável exige a satisfação das principais necessidades de todos e a extensão a todos da oportunidade para satisfazerem as suas aspirações a uma vida melhor”. Afirma ainda que “os padrões de vida em torno do mínimo básico, só são sustentáveis se, em todo o lado, os padrões de consumo tiverem em vista a sustentabilidade a longo termo” (1987: 9).

Desta forma, o desenvolvimento sustentável, assenta, em dois pilares fundamentais: a utilização dos recursos e a consciência dos seus limites, ou seja, o uso sustentável dos recursos naturais no desenvolvimento económico e no consumo para preservar o futuro humano neste planeta, no sentido de um futuro ilimitado. O desenvolvimento sustentável pressupõe o legado às gerações futuras num processo socioeconómico onde haja aumento de rendimento, melhoria do bem-estar, aumento de nível educativo e a melhoria da qualidade de vida em geral. Trata-se de um conceito de relevância para vários organismos internacionais, como Banco Mundial, Nações Unidas (ONU e especialmente o PNUD) e União Europeia (UE), assim como para as ONG que exercem funções nesta área e para os governos (Pina, 2008).

¹⁰ Nome da primeira-ministra norueguesa a presidir a assembleia das Nações Unidas

Para se conseguir promover uma estratégia de desenvolvimento sustentável é necessário ter em conta: a valorização do ambiente, a equidade (a igualdade de oportunidade e de direitos, e a igualdade de oportunidade com a próxima geração); e a perspectiva temporal (preocupação de traçar políticas de longo prazo ou seja sustentáveis). Meadows (1993: 226) citado por Pina (2008: 25) afirma que é necessário a combinação da população, do capital e da tecnologia, de tal forma que o padrão de vida material seja adequado e seguro para todos. Para este autor uma sociedade sustentável é a que "persiste ao longo de várias gerações e que é suficientemente providente, flexível e sensata para não destruir os seus sistemas de apoio, quer sociais quer físicos".

Assim sendo, o termo sustentável pressupõe que toda a população tenha condições para participar na vida pública da sua cidade e do seu país, e portanto assumir responsabilidades, empenhando-se na lutar pelo desenvolvimento sustentável na sua cidade, e do seu país, com justiça social e qualidade de vida para todos os habitantes.

O relatório Brundtland sugere algumas reflexões interessantes para controlar o crescimento urbano acelerado:

- i) "Nada senão a coerção evitará o crescimento da cidade grande nos primeiros estágios de desenvolvimento;
- ii) A chave de uma intervenção bem sucedida é o facto de ser oportuna, de modo a só estimular a descentralização quando começarem a rarear as vantagens da concentração;
- iii) Devem-se evitar políticas que aumentem a atracção pela cidade grande, em especial os subsídios à energia e aos alimentos, a provisão por demais generosa de infra-estrutura urbana e outros serviços, e a excessiva concentração de poder administrativo na capital;
- iv) A melhor maneira de estimular centros secundários é aproveitar as vantagens económicas naturais de suas regiões, especialmente em termos de processamento e mercadologia de recursos, com o fornecimento descentralizado de serviços públicos;
- v) Os métodos e estratégias de desenvolvimento rural e urbano devem ser complementares, e não contraditórios. O desenvolvimento dos centros secundários visa o benefício económico directo das áreas por eles servidas" (WCED, 1987).

Os anos 1990 foram marcados por diversos debates/reflexões sobre o desenvolvimento sustentável. A conferência do Rio de Janeiro realizada em 1992 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – é um exemplo da preocupação dos Estados com o futuro da humanidade. Foi a maior conferência internacional até então realizada sobre o ambiente que marca a preocupação das nações com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida. Esta conferência foi estruturada com base no relatório “O nosso futuro comum” e teve como preocupação o ambiente, tornando o conceito de desenvolvimento sustentável fundamental nas políticas dos países.

A Agenda 21 resultante do CNUMAD sintetiza o compromisso que os 170 países presentes na conferência do Rio de Janeiro assumiram para o desenvolvimento sustentável do nosso planeta. A agenda define três dimensões para o desenvolvimento: ambiental, económica e social.

A dimensão ambiental diz respeito aos impactos das actividades humanas sobre o ambiente, nomeadamente as preocupações na preservação do que os economistas designam de capital natural. A dimensão económica considera para além do capital monetário ou económico, também o emprego e as actividades relacionadas com os negócios. A dimensão social considera os aspectos referentes à igualdade, ao bem-estar da população, à qualidade de vida, aos valores e ao envolvimento público.

Para atingir esses objectivos, as cidades têm um papel preponderante e têm a responsabilidade de implementar a Agenda 21 Local. Essa implementação deve ainda ter em conta o conceito de “cidades sustentáveis” derivado da Agenda Habitat,¹¹ discutida na conferência Habitat II, em Istambul no ano 1996.

O crescimento populacional associado a modelos de desenvolvimento não sustentáveis de provoca problemas cada vez mais complexos.

O acesso à habitação adequada e segura é essencial para o bem-estar das pessoas. Contudo, segundo dados da Agenda 21 estima-se que actualmente cerca de 1 bilhão de pessoas não disponham destas condições.

A procura de um desenvolvimento sustentável que responda às necessidades actuais sem comprometer as gerações vindouras impôs-se como uma estratégia aglutinadora das políticas sectoriais que incidem sobre o território.

¹¹ Agenda Habitat resulta da conferência Habitat II sobre as cidades, em Istambul entre 13 e 14 de Junho de 1996. O objectivo principal da conferência foi o povoamento sustentável do território e a Habitação adequada para todos.

Em conclusão, o conceito de desenvolvimento utilizado a partir da segunda grande guerra colocava o crescimento económico como sendo o motor principal para se atingir o desenvolvimento. Esta visão começou a entrar em crise devido a vários problemas, entre eles as desigualdades sociais, as diferenças mundiais, as crises ambientais, o que fez com que se comecem a pensar modelos alternativos de desenvolvimento mais sustentáveis que incluam as pessoas e o ambiente. O último relatório de desenvolvimento humano 2010 afirma que não é possível separar o desenvolvimento humano do desenvolvimento sustentável.

Nesta óptica analisámos o desenvolvimento humano que deve ser incluído em todos os modelos de desenvolvimento assim como o desenvolvimento sustentável que se espera que continue a equilibrar as dimensões do desenvolvimento (social, económica e ambiental).

1.3.3. Actores de Desenvolvimento

Nos últimos anos assiste-se a um crescente envolvimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) no desenvolvimento. Consideram-se organizações da sociedade civil as organizações sem fins lucrativos, formais ou informais.

O conceito de sociedade civil inclui, como refere Raposo e Ribeiro (2007: 175), “todos os grupos sociais que visam influenciar as políticas governamentais, funcionando como grupos de pressão ou como parceiros do governo”.

As OSC surgiram como forma de suprir as lacunas do governo nomeadamente na resolução dos problemas sociais, ambientais e também económicos. Elas realizam programas e projectos de redução das desigualdades sociais assim como de melhoria da qualidade de vida e ambiental da população. Fazem parte das OSC, as Organizações Não Governamentais (ONGs), as Organizações Comunitárias de Base (OCBs), as Congregações Religiosas, os Sindicatos, as Organizações Profissionais e Económicas. Segundo Raposo (2007), o número de ONG e outras Organizações da Sociedade Civil tem vindo a crescer muito nas últimas décadas, nos países em desenvolvimento.

No caso da Guiné-Bissau, as Organizações da Sociedade Civil surgiram com a abertura política, a partir dos anos 1990. Devido a pressões externas e internas, em 1991 houve alteração no artigo 4º da Constituição da República, o que permitiu a formação de partidos políticos. As OSC tiveram um crescimento importante nessa altura, sobretudo depois de 1994 (aquando da realização das primeiras eleições multipartidárias), nas áreas rurais e urbanas, direccionando-se sobretudo para as áreas da saúde, educação, saneamento

básico e ambiente, procurando dar resposta aos problemas que o Governo não atende e substituindo-se a ele.

Segundo Cardoso (2008), a experiência ganha desde o período colonial em organizações de resistência ao regime, e, nos primeiros anos da independência, ao partido único, como a Liga Guineense dos Direitos Humanos, as associações tradicionais nos meios rurais, as associações desportivas, etc. contribuíram para a dinâmica da criação das Organizações da Sociedade Civil no início dos anos 1990.

Relativamente às congregações religiosas, a maioria desenvolve actualmente actividades ligadas à educação, assistência social e sanitária. Durante o período colonial, a Igreja Católica era o pilar do regime. Para ter o estatuto de civilizado era necessário converter-se ao catolicismo. De acordo com Koudawo (2001), a maioria das escolas na Guiné-Bissau pertencia à Igreja Católica, existindo poucas escolas corânicas. Com a independência, as escolas católicas foram nacionalizadas e algumas corânicas foram extintas, pois os seus dirigentes eram considerados apoiantes do regime colonial.

Com a abertura política e a crescente redução do papel do Estado, a Igreja Católica viu de novo reforçado o seu campo de acção sobretudo ao nível da educação. De acordo com Lopes (2007), a Igreja Católica é actualmente responsável por cerca de 74 escolas em todo o país, desde o jardim-de-infância a cursos profissionais. Segundo Sangreman *et al.* (2006), o conflito político-militar de 1998, contribuiu para projectar ainda mais as acções da igreja católica, destacando-se sobretudo o papel desempenhado pelo Bispo D. Septimio Arturo Ferrazzetta na consolidação da paz na Guiné-Bissau. Em contrapartida, a igreja muçulmana têm menor expressão no que respeita à acção social, mas o número de escolas corânicas tem aumentado.

É importante salientar que quanto aos movimentos associativos estes têm vindo a assumir um papel muito importante no desenvolvimento das suas comunidades sobretudo depois do conflito militar de 7 de Junho de 1998. As ONGs têm sido os grandes impulsionadores desses movimentos de base comunitária.

Capítulo 2 – Breve enquadramento da cidade de Bissau

2.1 Breve enquadramento histórico e político-militar.

O território da Guiné-Bissau foi habitado por diversos povos autóctones entre eles, os pepeles que habitavam sobretudo a zona de Bissau. Há também a referir os mandingas do Alto-Niger, com Estado centralizado e organização social vertical, que construíram o império do Mali e estenderam a sua influência por uma grande parte da África ocidental incluindo a actual Guiné-Bissau (Augel, 2007). Segundo Lopes (1986), com a dominação mandinga, os povos indígenas do território da Guiné-Bissau foram empurrados para o litoral. Ao contrário dos mandinga que se dedicavam sobretudo ao comércio, estes povos do litoral, eram agricultores, sobretudo orizicultores, com uma economia de subsistência, professavam a religião tradicional baseado no culto dos antepassados, e estavam organizados em diferentes grupos étnicos cada um com o seu “chão”, uma organização social e política própria de tipo horizontal (Lopes, 1986, Augel, 2007, Cardoso 2004).

Os portugueses chegaram ao território da actual Guiné-Bissau no século XV, mas só em 1687 fundaram a capitania de Bissau, localizada no estuário do rio Geba, tendo em 1696 dado início à construção do forte de São José. Só, em 1886, depois da conferência de Berlim de 1885, se estabilizou a fronteira da Guiné-Bissau sob o domínio português. Os anos que seguem, de finais do século XIX a princípios do século XX, ficaram marcados por revoltas de grupos autóctones, sobretudo dos pepeles de Bissau, face à colonização portuguesa que em 1915 conseguiu a sua “pacificação”. Em 1951, a Guiné-Bissau passou a ser considerada província ultramarina portuguesa, com autonomia administrativa a partir de 1955 (Augel, 2007).

Nesta mesma década de 1950, é criado o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), liderado pelo engenheiro agrónomo Amílcar Lopes Cabral, com o objectivo de conquista imediata da independência e a construção do bem-estar e progresso para o povo da Guiné e de Cabo-Verde (Augel, 2007). Em 1963, inicia, na zona sul do país, à luta de libertação nacional contra o colonialismo português. A 20 de Janeiro de 1973, o líder do PAIGC Amílcar Cabral é assassinado em Conakri e, no mesmo ano, o PAIGC proclama unilateralmente a independência, nas colinas do Bóe, a qual só em Setembro de 1974 será reconhecida por Portugal. Luís Cabral sucede a seu irmão na liderança do partido, tornando-se no primeiro presidente da Guiné-Bissau independente.

Do primeiro governo independente ao primeiro golpe de Estado e à liberalização política

Como referem Sangreman *et al.* (2006) os conflitos militares marcam a história da Guiné-Bissau, quer antes quer depois da independência. A governação de Luís Cabral foi marcada por grande instabilidade e pelo assassinato de muitos militares e alguns líderes tradicionais fiéis a administração colonial.

A 14 de Novembro de 1980 o general João Bernardo Vieira (Nino), então primeiro-ministro, com o pretexto da salvaguarda da unidade nacional e dos ideais revolucionários liderou um golpe de Estado, apelidado de “movimento reajustador”. De acordo com alguns autores (*ibid.*), o descontentamento de Nino Vieira surge com a introdução de patentes militares nas forças armadas em 1979, e por ter considerado a sua promoção injusta dado o seu passado na luta de libertação nacional. Também os combatentes da liberdade da pátria estavam descontentes com a introdução, no III congresso do PAIGC (15-20 Novembro de 1977), do sistema de quotas que garantia aos cabo-verdianos o mesmo número de cargos que os guineenses do PAIGC, o que fazia que alguns jovens cabo-verdianos sem preparação militar se tornassem seus comandantes (Sangreman *et al.* 2006).

Segundo Augel (2007), com o golpe de Estado de Nino Vieira pretendia-se acabar com o fosso crescente entre a pequena burguesia citadina detentora de poder, constituída na sua maioria pelos cabo-verdianos e seus descendentes, e os camponeses pobres que estiveram ao lado do PAIGC durante o período da luta de libertação nacional. O parlamento foi dissolvido, e, durante quatro anos, até à elaboração da nova constituição de 1984, o país passa a ser dirigido por uma junta militar presidida por Nino Vieira. Os militares passam desde então a desempenhar um papel central na governação do país e acaba o sonho de Amílcar Cabral de união de Cabo Verde e da Guiné-Bissau com a separação dos dois países em 1980 (Sangreman *et al.* 2006).

A governação de Nino Vieira também não foi pacífica. Em Outubro de 1986, são assassinados os seus opositores políticos (na sua maioria de etnia balanta) com o pretexto de tentativa de golpe de Estado. Segundo Cardoso (1996), estes acontecimentos abalaram profundamente a imagem do PAIGC tanto a nível externo, como também, e fundamentalmente, no plano interno, pois muitos militantes sobretudo da etnia balanta tiveram que abandonar o partido.

Em 1991, a Guiné-Bissau abre-se ao multipartidarismo com a alteração do art.º4.º da constituição que consagrava o PAIGC como a única força política do país. As primeiras eleições ditas democráticas são realizadas em Julho de 1994, sendo eleito o presidente Nino Vieira com 52,02% dos votos contra 47,98% de Kumba Ialá, candidato do Partido Renovador Social (PRS). A nível legislativo, o PAIGC obteve 62% de votos contra 19% da resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá, 12% do PRS e 7% dos restantes partidos.

O conflito político-militar de 7 de Junho de 1998 e o papel do militares na (des) organização do espaço da capital

Em Junho de 1998, dezoito anos depois do golpe militar de 1980, um novo conflito militar, mergulha o país em profunda instabilidade político-militar. Um decreto presidencial de Nino Vieira afasta Ansumane Mané do cargo de Chefe de Estado-Maior General da Forças Armadas, acusado de fornecer armamento aos separatistas de Casamanse no Senegal. Com o apoio de uma junta militar e da maioria dos militares guineenses, Mané revolta-se. O presidente Nino Vieira recorre ao apoio dos militares do Senegal e da Guiné Conakri, ao abrigo do acordo de assistência militar assinado com os dois países, e o país vive violenta guerra civil. Quatro meses depois, em Outubro, de 1998, é assinado em Abuja um acordo de cessar-fogo concordando-se na formação de um governo de unidade nacional, na organização das eleições gerais e presidenciais até final de Março de 1999 e na substituição das forças do Senegal e da Guiné Conakri pelas forças da ECOMOG (Grupo de Observadores Militares da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).

Uns meses depois, a 7 de Maio de 1999, perante uma contenda entre a Junta Militar e Nino Vieira, sobre a redução do número de homens da guarda pessoal do presidente, a Junta Militar lançou uma operação militar com o objectivo de derrubar definitivamente Nino Vieira, tendo assumido em menos de 24 horas o controle de toda a cidade de Bissau e de todo o território nacional. Nino Vieira deixa o país, depois de dezanove anos de Governo, recebendo asilo político em Portugal.

Em Novembro de 1999, realizaram-se as eleições legislativas, tendo o PAIGC sido derrotado pelo PRS, e, em Janeiro de 2000, as eleições presidenciais são ganhas pelo candidato Kumba Ialá do PRS contra o candidato do PAIGC. O mandato de Ialá e do PRS ficaram marcados pela elevação dos balantas ao poder (presidente, ministros, secretários de estado

e directores gerais) falando alguns autores de “balantização do poder¹²”. De acordo com Sangreman *et al.* (2006), a crise económica e social agudizou-se com Kumba Ialá, a Guiné-Bissau perdeu a credibilidade internacional e acentuou-se a crise entre a presidência, os órgãos da justiça e a assembleia nacional.

Três anos depois de ter sido eleito Presidente da República, a 14 de Setembro de 2003, Kumba Ialá é deposto pelo General Veríssimo Seabra, sendo realizadas eleições legislativas a 30 de Março de 2004, as quais voltam a ser ganhas pelo PAIGC, assumindo o seu presidente, Carlos Gomes Júnior, a chefia do governo.

A instabilidade político-militar continuou. A 6 de Outubro de 2004, o general Veríssimo Seabra foi assassinado nas instalações do quartel militar, alegadamente pelos militares que participaram na missão de paz levada a cabo pela CEDEAO na Libéria, com o pretexto da falta de pagamento das verbas a que tinham direito.

Em 2005, Nino Vieira candidato independente regressado do exílio vence as eleições presidenciais à segunda volta, com 52% de votos, contra o candidato Malam Bacai Sanha do PAIGC. Demite o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior e nomeia para o cargo o seu braço direito Aristides Gomes, mas nas eleições seguintes, de Novembro de 2008, o PAIGC vence novamente as eleições e Carlos Gomes Júnior volta a liderar o governo, ainda sob a presidência de Nino Vieira. Um ano depois, a 1 de Março de 2009, este é assassinado no mesmo dia que o general Tagme Na Waie, Chefe do Estado-maior das Forças Armadas e antigo combatente. Estas duas mortes estão por esclarecer. O presidente Vieira foi assassinado por um grupo de militares, mas até ao momento tal como aconteceu com a morte dos anteriores chefes militares e políticos, os principais responsáveis ainda não responderam judicialmente.

Com a morte do Chefe de Estado-maior, assumiu o cargo um jovem militar, Zamora Induta, um dos poucos letrados das forças armadas, contra o protesto de muitos antigos combatentes, por ser muito novo para assumir um cargo que sempre fora entregue aos militares que participaram na luta de libertação nacional. Apesar de jovem, intelectual e de mentalidade moderna, e contrariamente à expectativa, o “governo” de Induta foi déspota, tendo mandado executar o candidato presidencial Baciro Dabó e o poeta e intelectual guineense Hélder Proença com o pretexto de uma tentativa de golpe de Estado que não existiu.

¹²DIAS, Eduardo Costa (2000) – “A Balantização da Guiné-Bissau”, *Público*, 16.12.00.

Um ano depois, a 1 de Abril de 2010, uma tentativa de golpe de Estado culminou com a detenção domiciliária do primeiro-ministro Carlos Júnior e da prisão de Induta. Todavia, a população cansada da constante instabilidade política saiu à rua a exigir a libertação do primeiro-ministro, mas não de Induta. A rebelião foi liderada pelo antigo chefe da Marinha Bubu Na Tchuto e pelo vice-chefe de Estado Major António Ndjai que veio a ser nomeado chefe de Estado-maior.

A história da Guiné Bissau antiga e mais recente, e, em particular os últimos doze anos, tem sido marcada por acentuada instabilidade política e militar, o que tem agravado a crise económica e impede o desenvolvimento do país e da sua capital, Bissau,

Em conclusão pode-se dizer que a revolta militar de 1998 ao contrário do que muitos guineenses pensavam, não trouxe benefícios para a população em geral, pelo contrário provocou um retrocesso no processo de desenvolvimento do país: violação dos direitos humanos, prisões arbitrárias; fuga de quadros guineenses para outros países como Cabo-Verde e Portugal; perdas humanas e materiais; saques e destruição das habitações sobretudo nos bairros periféricos da cidade próximos da linha da frente que dividiam as duas forças beligerantes. O Bairro de Brá e o Bairro Militar são exemplo disso.

2.2 Aspectos físicos

A cidade de Bissau a maior e mais populosa do país, situa-se entre a latitude 11°49' a 11°54' Norte e 15°33' a 15°39' de longitude Oeste, na margem direita do estuário do rio Geba (FIG 1), ocupando uma área de 77,5 Km² (0,21% da área total do país). A figura 1 e a figura 2 facilitam a percepção da sua localização e limites.



FIG 1 Localização: (A) Localização da Guiné Bissau no contexto Africano; (B) localização de Bissau na Guiné - Bissau; (C) Mancha urbana da cidade de Bissau.

Fonte: autora

O clima é tropical húmido do tipo “subguineense” caracterizado por fortes precipitações (entre 1 400 a 1 600 mm). A temperatura média anual é de 26,3°C, sendo a temperatura média do mês mais quente de 27,4°C e do mês mais fresco 24,4°C, o que dá uma amplitude térmica de 3°C. Do ponto de vista sazonal, Guiné-Bissau apresenta duas estações ao ano: (1) a seca que vai de Novembro a Maio, (2) a das chuvas de Junho a Outubro.

Devido à sua localização na zona costeira, sofre influência marítima. O vento geralmente é de predominância sul e sudoeste e a humidade relativa do ar é elevada, cerca de 67% (Sanches et al. 2003).



FIG 2 Limite da cidade de Bissau.

Fonte: MOPCU, 2005

A sua altitude é muito baixa (com uma média de 10m) aumentando ligeiramente em direcção ao planalto a noroeste de Bissalanca, onde se localiza o aeroporto internacional. No geral, o tipo de solo é ferralítico avermelhado, mas relativamente permeável, o que permite uma fácil infiltração das águas pluviais. Apesar da existência de uma extensa área pantanosa junto ao canal do rio Geba e de uma extensão considerável de zonas inundáveis, estas não têm impedido o crescimento e a expansão da cidade, embora os diversos tipos de construções ocorram sobretudo nos terrenos altos situados entre os 15 a 35m (MOPCU, 2005).

A vegetação é caracterizada por floresta e mangais. Actualmente podemos observar ao longo do rio Geba alguma vegetação herbácea, transformada em campos de arroz (bolanhas). Nas zonas periféricas podemos encontrar ainda plantações de cajueiros, que estão a desaparecer devido ao crescimento acelerado da cidade.

2.2 População e habitação em Bissau

Segundo Mota (1954), citado por Mendy (2005), em 1836, a população de Bissau foi estimada em 573 habitantes, sendo composta por 16 portugueses, 166 cabo-verdianos e 391 nativos. Um século depois, em 1940, segundo Silveira (1989) a população da cidade de Bissau foi estimada em 1 899 civilizados e alguns milhares de não civilizados (nativos), de acordo com a classificação das autoridades coloniais.

Os europeus, cabo-verdianos e os assimilados eram considerados civilizados enquanto os guineenses nativos não assimilados eram considerados indígenas. Segundo Mendy (2005), consideravam-se assimilados os que sabiam ler e escrever, tinham adoptado nome português e sabiam sentar-se à mesa e comer com garfo e faca.

Até 1960, a entrada da população nas cidades, sobretudo na capital, Bissau, era controlada por um sistema de guia de marcha, o que limitou o aumento da população da cidade ¹³. A partir dessa data, a população da cidade de Bissau conhece um aumento acelerado devido ao êxodo rural que se acentua com a Luta de Libertação Nacional e a procura de abrigo na capital, a par da chegada de soldados portugueses.

Porém, depois da independência, o crescimento demográfico de Bissau acentuou-se. Em 1979, a população praticamente duplicou, passando de 68 242 habitantes em 1970 para 109 214, o que representa cerca de 15% da população total do país, então com 769 731 habitantes, como mostram o quadro 1 e a figura 3.

QUADRO 1 Número de habitantes entre 1960 e 2009

1960	1970	1979	1991	2002	2004	2009
25 524*	68 242*	109 214**	195 389 **	305 686**	368 435***	384 960**

Fonte: * Mendy (2005), **INEC (1979, 1991 e 2002) ***PNUD (2004)

¹³ Note-se que em Moçambique foi igualmente instituído o sistema da guia de marcha, mas, neste caso, após a independência.

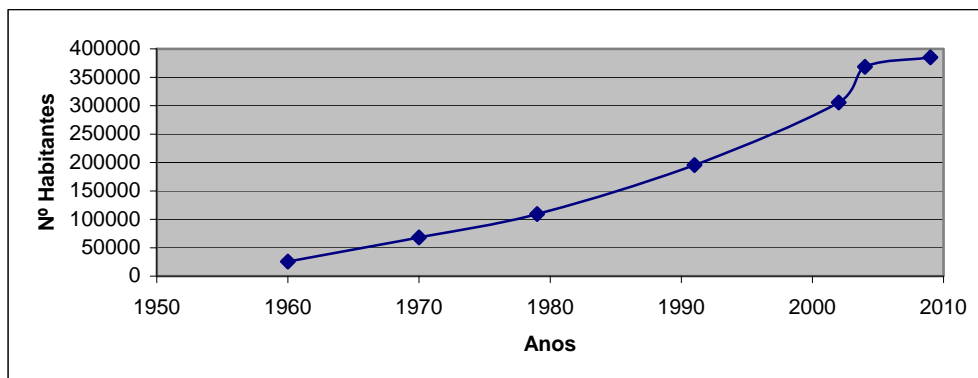


FIG 3 Evolução da população de Bissau.

Fonte: Autora sobre os dados das fontes do quadro 1

O crescimento urbano acelerado, na Guiné-Bissau procede, como em todo o continente africano e tal como referido no capítulo 1, de um crescimento natural elevado (resultante de uma diminuição de mortalidade e de uma persistente alta natalidade), a par de um êxodo rural muito acentuado e de uma atracção das cidades, marcadas pela macrocefalia das capitais, onde se concentram infra-estruturas e serviços.

No caso específico de Guiné-Bissau, o crescimento urbano acelerado iniciou-se sobretudo a partir do início da luta de libertação nacional, resultado de vários factores de ordem militar, económica e social, acentuando-se nas últimas décadas. Este fenómeno é mais notório na cidade de Bissau, capital do país.

Nos primeiros anos da independência, o crescimento populacional de Bissau deve-se sobretudo ao êxodo rural. A existência de vastas áreas para prática da agricultura nas periferias da cidade facilita a instalação de rurais, enquanto o aumento das taxas de fecundidade nas áreas rurais, as diferenças de salário entre o campo e a cidade “obrigam” muitos rurais a procurarem melhores condições de vida nos centros urbanos, sobretudo na capital.

Tal como noutros países da África lusófona, nomeadamente Moçambique (Oppenheimer e Raposo 2002), o novo governo de inspiração socialista (Cardoso, 1996) tomou várias medidas que beneficiaram mais os cidadãos que a população rural. É o caso da criação dos Armazéns do povo e do Socomin, mencionada na introdução, da criação de postos de trabalho público, da prestação gratuita de serviços de saúde e de educação, que se concentravam nas cidades e sobretudo em Bissau.

Para Lopes (1986) a concentração da população guineense na capital tem a ver com a falta de infra-estruturas no interior do país, nomeadamente a nível de comunicações, e com maior investimento do Estado na capital, atraindo ainda mais população. Por outro lado o autor

salienta que a seca, característica das zonas do Sahel, é um outro factor que acentua a superconcentração urbana em Bissau. A população da zona leste da Guiné-Bissau tem vindo a ser confrontada com constante escassez de chuva, o que a obriga a abandonar as terras em busca de sobrevivência na cidade. O autor refere ainda as políticas de integração nacional, que aboliram os problemas étnicos, tendo aberto a capital nomeadamente atraindo os jovens, facilitando-lhes o acesso ao ensino, incentivando o êxodo campo-cidade.

De acordo com os dados censitários de 1979, Bissau tinha nesta data 109 214 habitantes, sendo os bairros mais populosos os que se encontravam mais próximos do centro da cidade onde primeiro se instalara a população vinda do campo. Em 1991, segundo o recenseamento geral da população, Bissau passou a ter 195 391 habitantes, observando-se, em relação a 1979, um aumento de cerca de 79%, passando a corresponder a 20% da população do país (então com 979 203 habitantes), o qual cresce menos rapidamente que a capital (aumenta apenas 27,2 % em relação a 1979), como se pode ver no Quadro 2. A taxa de crescimento anual da população é também maior em Bissau (4,5%) que no conjunto do país, que nessa altura se situava em 1,9% (Sanches et al. 2003). A densidade populacional da capital aumenta consequentemente, passando de 1 409 hab/km² em 1979, para 2 521hab/km² em 1991.

QUADRO 2 Taxa de variação da população¹⁴ do país e da capital entre 1960-2009

	1960-1970	1970-1979	1979-1991	1991-2002	2002-2009
País	5,4	31,8	27,2	20,7	30,0
Capital	167,3	60,0	78,9	56,4	25,9

Fonte: Autora com base em dados de World Population Prospect Revision (2006); Mendy (2005); INEC (1979,1991,2009); INEC/ILAP (2002)

Em 2002, foi feito um inquérito nacional pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC), com o objectivo de analisar o nível da pobreza da população guineense. Segundo este documento, a população de Bissau aumenta para 305 696, passando a corresponder a 25,9% da população do país. A densidade populacional passa a ser de 3 500 hab/km².

¹⁴ Crescimento percentual da população em dois momentos. Pode ser negativo ou positivo.

QUADRO 3 Comparação entre a população do país e da capital entre 1960 e 2009

	País (nº hab)	Capital (nº hab)	Capital / país (%)
1960	554 000*	25 524**	4,60
1970	584 000*	68 242**	11,70
1979	769 731***	109 214***	14,20
1991	979 203***	195 389***	20,00
2002	1 181 641****	305 686****	25,90
2009	1 548 159***	384 960***	24,90

Fonte: Autora sobre os dados de * World Population Prospect Revision (2006)

Mendy (2005); *INEC (1979,1991,2009); INEP/ILAP (2002)

Recentemente, em 2009, o INEC (Instituto Nacional de Estatísticas e Censos) lançou o 3º Recenseamento Geral da População depois da independência e os resultados preliminares indicam que a cidade de Bissau conta com uma população de 384 960 habitantes e o país com 1 548 159 habitantes, ou seja, com 24,9% da sua população a viver em Bissau. Segundo os mesmos dados, os bairros periféricos continuam a concentrar a maior parte da população da cidade, com mais de 90% da população.

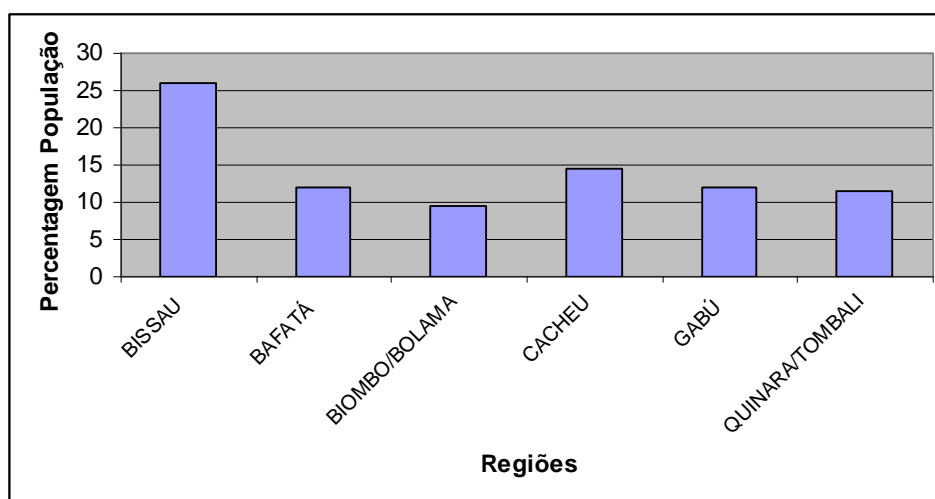


FIG 4 Repartição da população do país por regiões em 2002.

Fonte: INEC/ILAP

Relativamente à estrutura etária, Bissau tem uma população muito jovem, configurando uma pirâmide etária com base larga e topo afunilado (com muitas crianças e poucos idosos), típica dos países em desenvolvimento.

Segundo os dados do INEC/ILAP, em 2002, 40,5% dos habitantes de Bissau tinham menos de 15 anos e apenas 1,5% da população tinha 56 ou mais anos. No que respeita ao género, Bissau, assim como as restantes regiões do país, apresenta uma percentagem de mulheres ligeiramente superior à dos homens. A população feminina residente em Bissau entre os 15-44 anos corresponde, no virar do milénio, a 46% do total da população feminina (INEC/ ILAP 2002).

QUADRO 4 Comparação entre a densidade populacional do país e da capital, entre 1960 e 2008 (hab/km2)

	Densidade Populacional País (hab/km2)	Densidade Populacional Capital (hab/km2)
1960	15	329
1970	16	881
1979	21	1409
1991	27	2521
2002	33	3944
2009	43	4967

Fonte: *Mendy, 2005; **INEC; ***INEC/ILAP

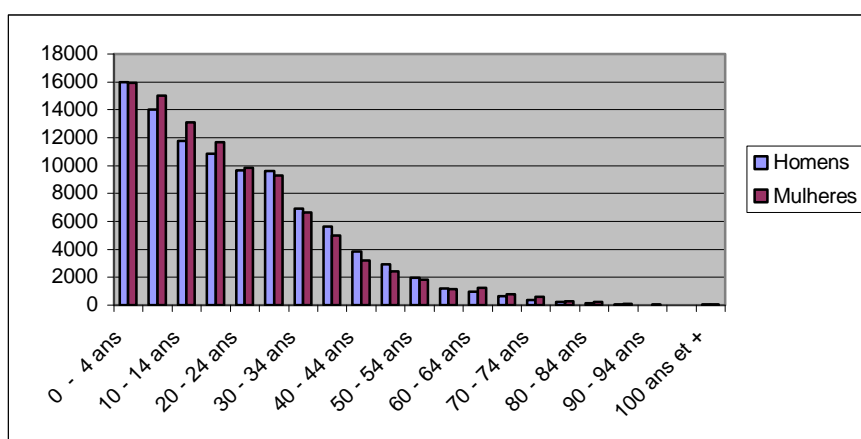


FIG 5 População por grupos etários e por sexo em Bissau em 1991.

Fonte: INEC 1991

Em Bissau, segundo os dados do INEC/ILAP de 2002, os agregados familiares têm grande número de membros, numa média de 6,8 por agregado, correspondendo a uma média de 7 pessoas a viver na mesma habitação. A média nacional é superior, com cerca de 7,6 membros por agregado familiar. Ainda em Bissau, apenas 22% dos agregados familiares têm menos de 5 pessoas por agregado.

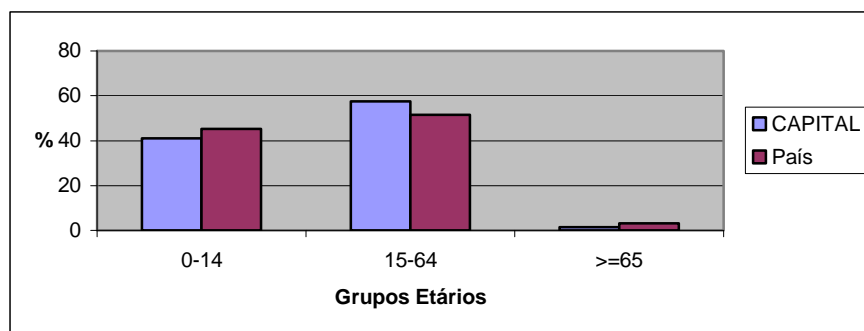


FIG 6 Distribuição da população por grupos etários na Guiné-Bissau em 2002.

Fonte: INEC/ILAP

Demonstram-se assim, que as características das famílias africanas são diferentes daquelas das famílias europeias. Na Guiné, como noutros países africanos, as famílias não se restringem à família nuclear com pai, mãe e filhos, mas inclui também outros membros como avós, tios, sobrinhos e primos. Contudo, nas cidades, sobretudo nas capitais, como em Bissau, este conceito de família alargada embora prevaleça, está a sofrer algumas alterações.

O crescimento urbano acelerado nas últimas décadas concentra-se sobretudo nos bairros periféricos de Bissau, onde se passa a instalar a maior parte da população vinda de áreas rurais e de outros países da sub-região. Estas áreas desprovidas de infra-estruturas básicas e de equipamentos sociais e o tipo de habitação, é na sua maioria precário. De acordo com a UNHabitat, em 2003, 93% da população urbana da Guiné vive em bairros periféricos. Segundo a revisão do plano Geral Urbanístico de Bissau (MOPCU 2005), em 2005, 90% dos habitantes de Bissau vivem nos bairros periféricos.

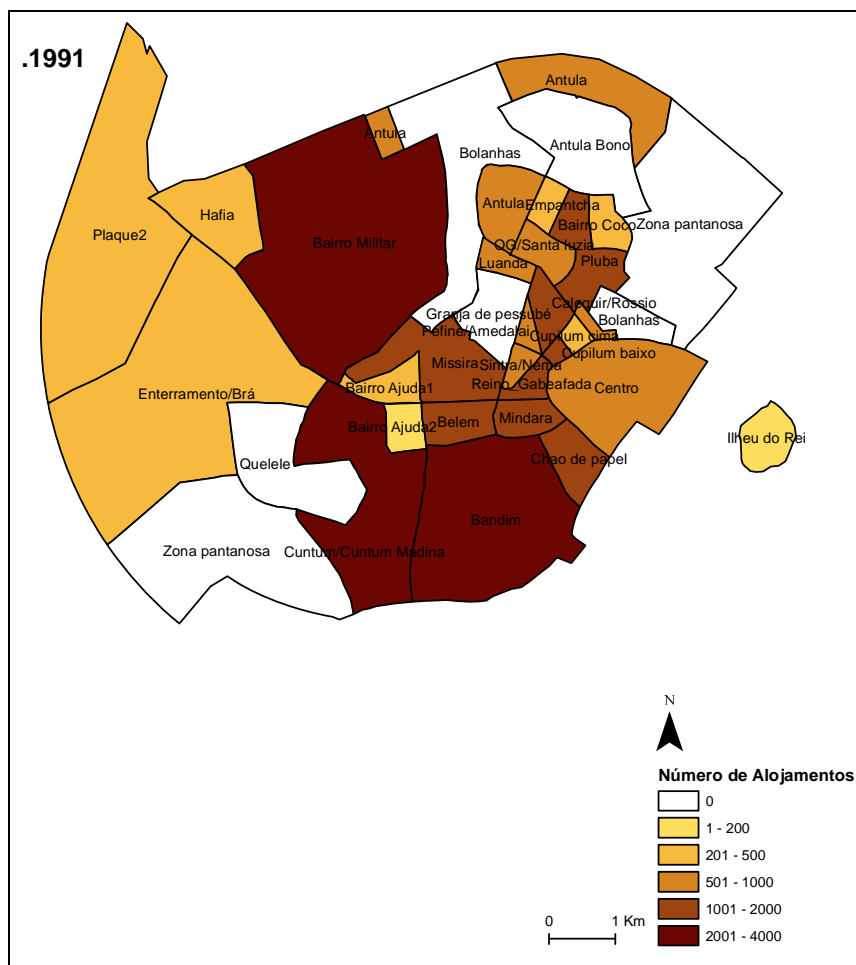


FIG 7 Número de alojamentos nos bairros de Bissau em 1991.

Fonte: INEC 1991

Em 1978, o governo de Luís Cabral deu início a um projecto financiado por organismos internacionais para a construção de 400 habitações sociais para suprir as carências de habitação, mas, segundo Acioly (2003), foram construídas apenas 124 unidades de alojamento social. Os dados do censo de 1991 mostram que em Bissau existiam nessa data, no total, cerca de 29 762 unidades de alojamento, na sua maioria auto-construídas, para 195 389 habitantes.

Podemos ver na figura 7 que os bairros onde se concentra maior número de habitações são também os mais populosos, o Bairro Militar, o Bairro de Cuntum e o Bairro de Bandim. As áreas edificadas onde se localizam as zonas habitacionais, ocupam 57% do território de Bissau enquanto que as áreas inundáveis ocupam 27% e outras áreas naturais 16% (fig. 8). Segundo MOPCU (2005), a habitação ocupa cerca de 74% das áreas edificadas da cidade, localizando-se mais de 90% nos bairros periféricos.

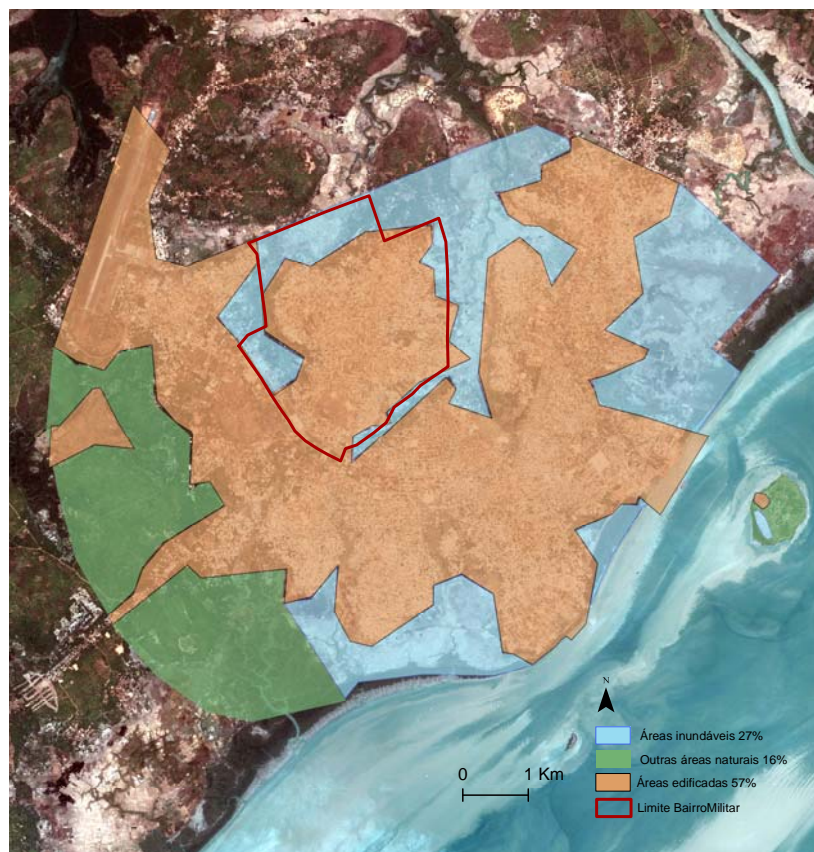


FIG 8 Ocupação do solo em 2009.

Fonte: Autora

Relativamente às características habitacionais, segundo o mesmo plano, 89% das construções em Bissau são do tipo tradicional precário e, destes, 85% não tem electricidade nem água canalizada, cerca de 72% não têm casa de banho adequado e os seus habitantes usam, na sua maioria, latrinas, melhoradas ou não, ou ainda retretes. Cerca de 83% do parque habitacional em Bissau encontra-se em mau estado de conservação. A figura 9 mostra um exemplo.

Note-se que ao nível nacional, segundo dados do INEC/ILAP, em 2002, a situação é mais precária: cerca de 98% da habitação do país era construída com materiais locais, 56% com lama e quirintim, 42% em adobe, sendo apenas 1% em bloco de cimento.



FIG 9 Exemplo de tipos de habitação em Bissau.

(A) em adobe (B) em blocos de cimento

2.3 Aspectos sócio-económicos

Devido à falta de dados estatísticos disponíveis, levamos também em conta também os dados obtidos através da observação do terreno e das entrevistas realizadas.

No que respeita a população activa, a cidade de Bissau concentra as maiores oportunidades de emprego, ao nível do país, e também a maior percentagem da população em idade activa, apresentando uma menor percentagem de idosos, como salienta o quadro 5.

Quanto ao nível de instrução da população, segundo dados do INEC/ILAP (2002), 58% da população adulta do país nunca frequentou a escola. Esta percentagem é menor em Bissau (28%), mas mesmo assim elevada e preocupante se se tiver em conta que na cidade capital, apenas 2,8% da população tem o ensino superior. Possivelmente esta situação já se alterou pois a capital actualmente conta com uma Faculdade de Direito (criada em 1990), duas universidades – a Universidade Amílcar Cabral (UAC) pública e de gestão privada (criada em 2004), e a Universidade Colinas de Boé – para além de uma Escola Superior de formação de professores do ensino secundário Tchico Té (criada em 1979).

De acordo com o Banco mundial (2008), apesar da recente expansão do acesso ao ensino básico, esta não foi acompanhada por uma melhoria na eficiência interna e na qualidade da educação. O número de crianças inscritas no ensino básico duplicou em dez anos, nomeadamente com a maior inclusão das crianças de sexo feminino. No entanto a qualidade do ensino piorou e o insucesso e o abandono escolar aumentaram. Segundo o Banco Mundial (*ibid*), a procura de inscrição no ensino secundário também aumentou, desempenhando o ensino privado um papel fundamental no preenchimento dessa procura.

~

QUADRO 5 População por faixa etária em 2002

Grupos Etários	População por faixa etária do País (%)	População por faixa etária da Capital (%)
0-14	45,4	40,9
15-64	51,4	57,6
>=65	3,2	1,5

Fonte: INEC/ILAP 2002

QUADRO 6 Percentagem de nível de instrução de adultos (com 15 anos ou mais) em 2002

Nível de Ensino	País (%)	Outras regiões (%)	Capital (%)
S/ escolaridade	58,5	70,1	28,8
Primário	25,7	23,1	32,3
Secundário	14,5	6,5	34,9
Superior	1,0	0,2	2,8
Outro	0,4	0,1	1,2

Fonte: INEC/ILAP 2002

Em Bissau, o desemprego é mais elevado que no resto do país, com 19,3% de taxa de desemprego contra 12,4% no todo nacional (quadro 7).

QUADRO 7 Percentagem da população activa e desempregada em 2002

	Capital (%)	Outras regiões (%)	País (%)
População >= 15 anos	59,1	53,0	54,6
Taxa de desemprego	19,3	10,2	12,4

Fonte: INEC/ILAP 2002

Na Guiné-Bissau, ainda segundo dados do INEC/ILAP (2002), a maioria (63,5%) dos trabalhadores guineenses trabalha no sector primário: agricultura/silvicultura/pesca e pecuária. Essa percentagem é maior nas regiões do interior do país (77,7%). Em Bissau, segundo os mesmos dados, apenas 8,5% trabalha na agricultura sendo esta actividade sobretudo de subsistência. É de salientar a grande importância das hortas urbanas, papel das mulheres, na alimentação dos agregados familiares da capital, exemplificado na figura

10. A horticultura é praticada em vários locais da cidade como por exemplo na Granja de Pessubé, Npantcha, São Paulo e Bsaque no Bairro Militar, Alto Bandim, entre outros. É a chamada cintura verde da cidade que, segundo o PGUB, deve ser preservada, sendo proibido qualquer tipo de construção.



FIG 10 Mulheres horticuloras.

A Indústria é a actividade que emprega menos pessoas no país (8,9%) e na capital (11,1%). Existe em Bissau uma pequena área industrial situada no bairro de Bandim, mas o PGUB prevê a futura expansão dessa actividade na zona do porto de Bissau. O comércio e o sector “outros serviços” empregam cerca de 45% dos trabalhadores de Bissau, como mostra o quadro 8. O comércio (sobretudo o informal) tem vindo a registar grande expansão sobretudo depois da liberalização económica promovida pelo governo em meados dos anos 1980.

A área antiga, o denominado CBD (Central Business District), deixou de desempenhar um papel principal, tendo a zona de Mindará/ Bandim passado a desempenhar esse papel a partir dessa data. Relativamente à administração pública, a cidade de Bissau concentra quase a totalidade dos serviços.

QUADRO 8 Percentagem da população da Guiné-Bissau por ramo de actividade em 2002

Ramo de Actividade	Capital (%)	Outras regiões (%)	País (%)
Agricultura/ Silvicultura/ Pesca	8,5	77,7	63,5
Indústria	11,1	8,4	8,9
Urbanismo e Obras Públicas	8,5	2,6	3,8
Transporte	3,5	0,4	1,1
Comércio	29,3	6,1	10,8
Outros serviços	15,3	2,2	4,9
Educação/ Saúde	2,3	0,4	0,8
Administração	21,5	2,2	6,1

Fonte: INEC/ILAP 2002

2.4 Análise das infra-estruturas básicas

Segundo dados do INEC/ILAP 2002, cerca de 32,9% da população de Bissau tem acesso a rede pública de electricidade contra apenas 12,2% no conjunto do país, já que as restantes regiões do país apresentam uma percentagem ainda mais baixa de acesso a electricidade (quadro 9). Em Bissau, a electricidade e a água são fornecidas pela empresa Electricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB), a qual não consegue satisfazer todas as necessidades da população, ou por falta de combustível ou devido a constantes avarias dos geradores da única central eléctrica existente em Bissau.

QUADRO 9 Acesso da população de Bissau a energia eléctrica e saneamento em 2002

	Capital (%)	Outras regiões (%)	País (%)
População com acesso à rede pública de electricidade	32,9	5,0	12,2

Fonte: INEC/ILAP 2002

No entanto, de acordo com o MOPCU (2005), 85% das habitações de Bissau não têm electricidade nem tão pouco água canalizada. Os habitantes utilizam a iluminação tradicional (candeeiro a petróleo e velas) e consomem normalmente água dos poços. De acordo com o Presidente da ONG AIFA PALOP, cerca de 80% de toda a água consumida na cidade de Bissau encontra-se contaminada, facto que se traduz nos sucessivos surtos de diarreia que se verificam periodicamente em Bissau sobretudo na época das chuvas.

Ao nível nacional, os dados do INEC/ILAP (2002), mostram que, no início do milénio, 65% dos guineenses em todo o país consumiam água retirada do poço, 26% de fontanários e apenas 5% tinham acesso a água canalizada. Do ponto de vista do saneamento, em Bissau, segundo os dados do PGUB (MOPCU, 2005), cerca de 72% das habitações não tem casa de banho adequada. Os seus habitantes usam na sua maioria latrinas, melhoradas ou não, ou ainda retretes com fossa séptica.

2.5 Histórico do crescimento urbano da cidade de Bissau

Aborda-se aqui a expansão urbana da cidade de Bissau, assim como a evolução da malha urbana desde a sua fundação até aos nossos dias. A cidade de Bissau cresceu lentamente e tendencialmente segregada na época colonial e, depois da independência, cresceu de uma forma rápida não planificada sobretudo na periferia do núcleo colonial.

Na Guiné-Bissau existem várias etnias com diferentes tipos de assentamentos humanos que coexistem (Acioly, 1993). Quando os portugueses chegaram à Guiné encontraram pequenas aglomerações dispersas pelo território, formadas por um grupo de construções isoladas, pertencentes a grupos familiares ou clãs distintos, intercaladas por áreas destinadas a agricultura, e áreas cerimoniais, formando uma “morança” (fig. 11).

A morfologia espacial de cada povoação responde a uma lógica de organização que se relaciona com as várias actividades básicas e com os locais de origem dos seus membros. Um grupo de morança poderia constituir uma aldeia submetida a uma autoridade hierárquica (no caso dos mandingas e dos fulas por exemplo), ou co-existir de uma forma autónoma em relação a qualquer tipo de autoridade (no caso dos balantas) (Acioly, 1993). Segundo o mesmo autor, este tipo de modelo de organização física é fundamental para se perceber a forma como as cidades do país cresceram e se expandiram.

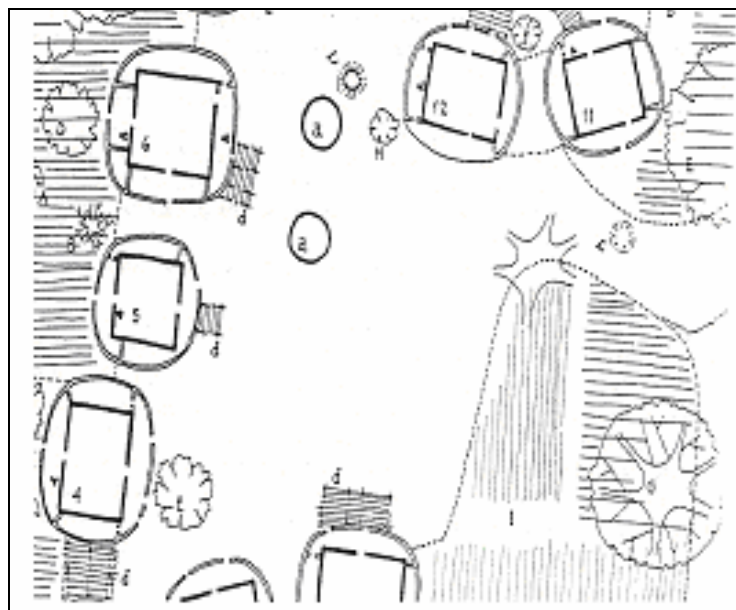


FIG 11 Morança tradicional.

Fonte: Acioly, 1993

A cidade de Bissau foi fundada nos meados do século XVII, mais concretamente em 1687, no estuário do rio Geba, um dos principais meios de comunicação fluvial entre a costa e o interior (Acioly, 1993). Todavia, em vez de estimular o desenvolvimento regional, a cidade de Bissau tornou-se simplesmente entreposto e porto de exportação de arroz, milho, escravos, etc. O objectivo principal dos colonizadores era maximizar a exportação de matérias-primas para a metrópole e para a Europa. Bissau estava organizada e estruturada a partir de bases estratégico-militares (MOPCU, 1993), e servia os interesses da administração portuguesa.

Não havia uma política de desenvolvimento a longo prazo¹⁵. Em termos de planeamento e desenvolvimento urbano a cidade de Bissau estava muito atrasada em relação a outras cidades capitais da África lusófona.

Em 1832, Bissau foi erigida capital da Guiné Portuguesa. Em 1879, a capital foi transferida para Bolama no arquipélago dos Bijagós, passando Bissau a ter uma importância secundária no desenvolvimento do país. Em 1915 e de novo em 1941, pela terceira vez, Bissau volta a assumir esse papel, mantendo-se até à presente data, como capital e sede do país (Acioly, 1993; MOPCU, 1993, 2005). Até 1914, a área urbana de Bissau estava circunscrita ao forte São José, actual Amura, construído em 1776.

¹⁵ As cidades guineenses serviam unicamente como entrepostos para controlo militar, colecta de imposto e taxas, para garantia de monopólio do comércio e para difundir a religião católica (Acioly, 1993),

“ En 1914 la Praça São José est ouverte sur l’extérieur par le démantèlement de la muraille qui l’isolait du reste du pays et l’étouffait. Elle a alors l’aspect d’une petite agglomération de vieilles habitations aux rues étroites avec de nombreux entrepôts. Ses conditions, du point de vue propreté et hygiène, étaient déplorables. Ce petit et pauvre bourg européen, l’actuel Bissau Velho, tourné vers son port, était entouré par un ensemble de villages pépels. Entre ces deux mondes se trouvait le village grumète avec lequel les premières maisons du bourg se mélangeaient et se disputaient l’espace ”. (Mendy, 2005: 68).

É a partir de 1914 que a área urbanizada se estendeu para além dos limites do forte, com a abertura de ruas, a construção da Sé Catedral de Bissau, de um cemitério e de algumas casas habitadas por um número reduzido de colonos (fig. 12). É nesse mesmo ano que Bissau ganha o estatuto de Vila.

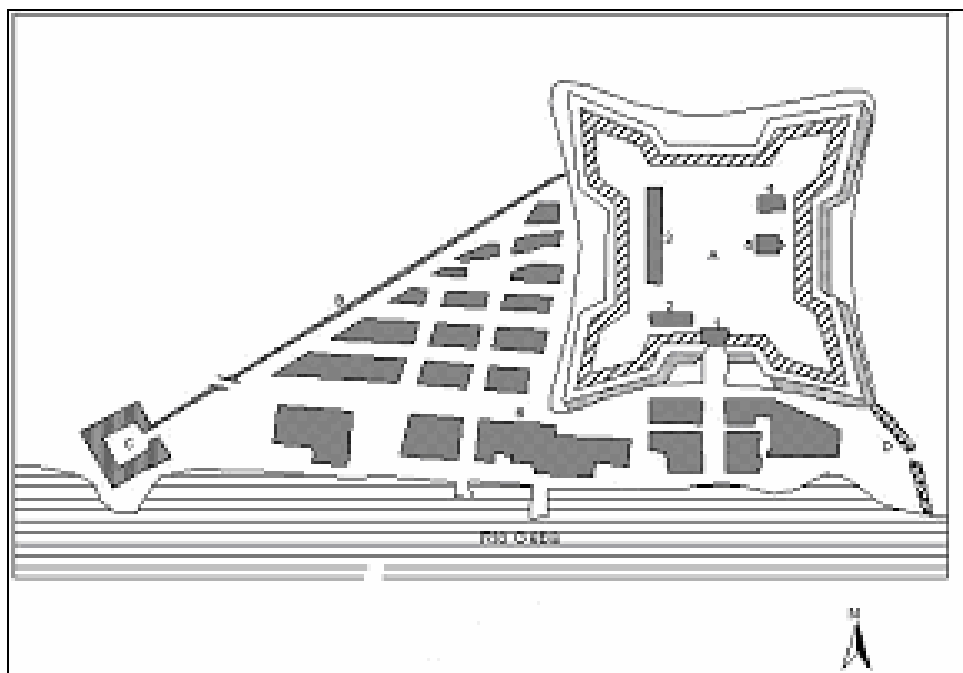


FIG 12 Planta de Bissau em 1920.

Fonte: Mendy, 2005

Bissau não se expandiu mais, porque havia muita resistência da população local da etnia pepel à ocupação estrangeira. Em 1945, a partir de concertação com o régulo de Bissau, o governo colonial iniciou estudos para a expansão da cidade que culminou na elaboração do primeiro Plano Director de Bissau em 1948, apresentado na figura 14.

Na parte mais antiga do núcleo colonial designada Bissau Velho ou Bissausinho prevalece uma estrutura com ruas apertadas e edifícios de dois pisos, de construção em tijolo ou em

pedra, prevalecendo no rés-do-chão comércio a retalho e nos outros pisos a habitação. Na zona de expansão do núcleo colonial resultante do Plano Director de Bissau de 1948, predomina uma malha ortogonal com lotes espaçosos e baixo índice de ocupação.

A actual avenida Amílcar Cabral e a avenida Pansau Na'ísna fixaram a expansão da cidade em direcção ao Norte. Assim os actuais bairros de Sintra, Reno/Gambeafada, Pefine/Amedalai, Cupilum de Baixo/Cima, Varela, Bandim, passaram a ser considerados zonas residenciais.

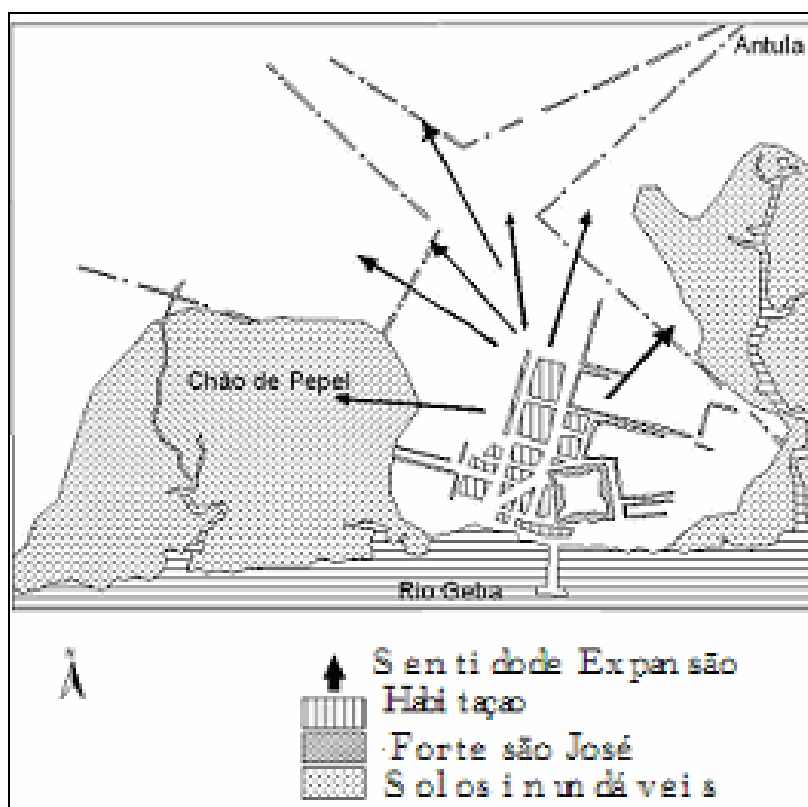


FIG 13 Tendência da expansão de Bissau.

Fonte: Mendy, 2005

François Mendy (2005) na sua dissertação “La Ville de Bissau: Aménagement et Gestion Urbaine” descreveu as ruas e as avenidas como largas e rectilíneas, e com jardins floridas, seguindo o paradigma da urbanística formal inspirada no modelo de Haussman, em Paris, Cerdá, em Barcelona e Ressano Garcia, em Lisboa (fig. 15 e16).



FIG 15 Vista aérea Bissau 1966.

Fonte: http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2006_11_05_archive.html

Porém, observa-se através da análise histórica da ocupação urbana, que o Governo colonial durante toda a sua permanência na Guiné-Bissau, adoptou uma política de discriminação social que dividia a população de Bissau em dois grupos sociais distintos: os civilizados e os gentios. Esta distinção vai influenciar a organização interna da cidade: o centro estava planeado para servir os interesses dos civilizados e os gentios instalavam-se na periferia.



FIG 16 Avenida Amílcar Cabral.

Fonte: <http://3.bp.blogspot.com>

Outras medidas legislativas do governo colonial também influenciaram a organização da cidade, persistindo a sua marca mesmo depois da independência. São elas: a prática de recrutamento de mão-de-obra para trabalhos forçados, imposição de local de residência e limitação de deslocação da população não civilizada ou gentios, através de cadernetas e guias de marcha. Pois:

“Comme les autres puissances coloniales, les Portugais ont crée un clivage entre les civilisés et les indigènes. Sur le plan spatial l’Est s’oppose à l’Ouest. Le premier est la ville européenne aménagée à l’image des villes de la métropole. Tous les infrastructures et services sont mis en place, afin de garantir aux agents de l’administration coloniale, un cadre de vie sain et agréable. Par contre, le second est la périphérie, laissée à elle-même et évoluant dans la logique de l’occupation spontanée. Elle est marquée par un désordre et une promiscuité de l’habitat et une carence très profonde en équipements et en services” (Mendy, 2005: 14).

2.6 Histórico das habitações de Bissau

O passado colonial e as antigas habitações tradicionais constituem hoje o património arquitectónico de Bissau. No centro da cidade predominam edifícios de traça colonial com dois pisos, funcionando no rés-do-chão o comércio, os quais, antes da independência, eram maioritariamente habitados pelos colonos portugueses e altos funcionários do Governo. Com a independência, a zona colonial e a zona derivada da área de expansão projectada pelo Plano Director de Bissau de 1948 foram nacionalizadas, tornando-se património do Estado, e portanto ocupadas pelos chamados altos combatentes da liberdade da pátria. Actualmente, a maioria dessas casas foram adquiridas por privados.

A figura 17 mostra que a zona mais antiga do núcleo colonial mantém a sua estrutura original, apesar da degradação dos edifícios. A negligência dos sucessivos governos no que respeita a manutenção dos edifícios e a falta de medidas de responsabilização dos inquilinos, levou a degradação do parque habitacional desses pequenos núcleos.



FIG 17 Bissau Velho.

Fonte: www.panoramio.com/photos/original/4120606.jpg

De acordo com a delimitação dos Censos, existem em Bissau mais de trinta bairros ditos espontâneos contra cerca de dez bairros planeados, na sua maioria construído antes da independência.

Os ditos espontâneos ou informais são os bairros onde as habitações não correspondem a um mínimo de requisitos urbanísticos e onde não existem infra-estruturas básicas.

O centro da cidade, chão de papel, uma parte do Bairro de Santa Luzia, Q.G, Bairro de Ajuda 1 e 2, Bairro São Vicente de Paulo, Bairro internacional, Bairro de Luanda, Alto Bandim (Mendy, 2005) e recentemente o novo centro em Brá, podem ser considerados bairros planeados.

O primeiro bairro planeado pós independência (Bairro Internacional) foi construído em 1983/1984 no âmbito de programas de cooperação internacional para albergar os funcionários públicos. Também os bairros " Alto Bandim " e o Bairro de Luanda foram planeados para albergar essa categoria social. O Bairro São Vicente de Paulo foi construído pelos missionários para algumas famílias católicas carenciadas. O Bairro de Antula Bono é uma zona de reassentamento criada pelo então Ministério das Obras Públicas com o apoio do Banco Mundial em 1992, cujo objectivo era não só melhorar a qualidade de vida da população como também favorecer o acesso a uma zona urbanizada.

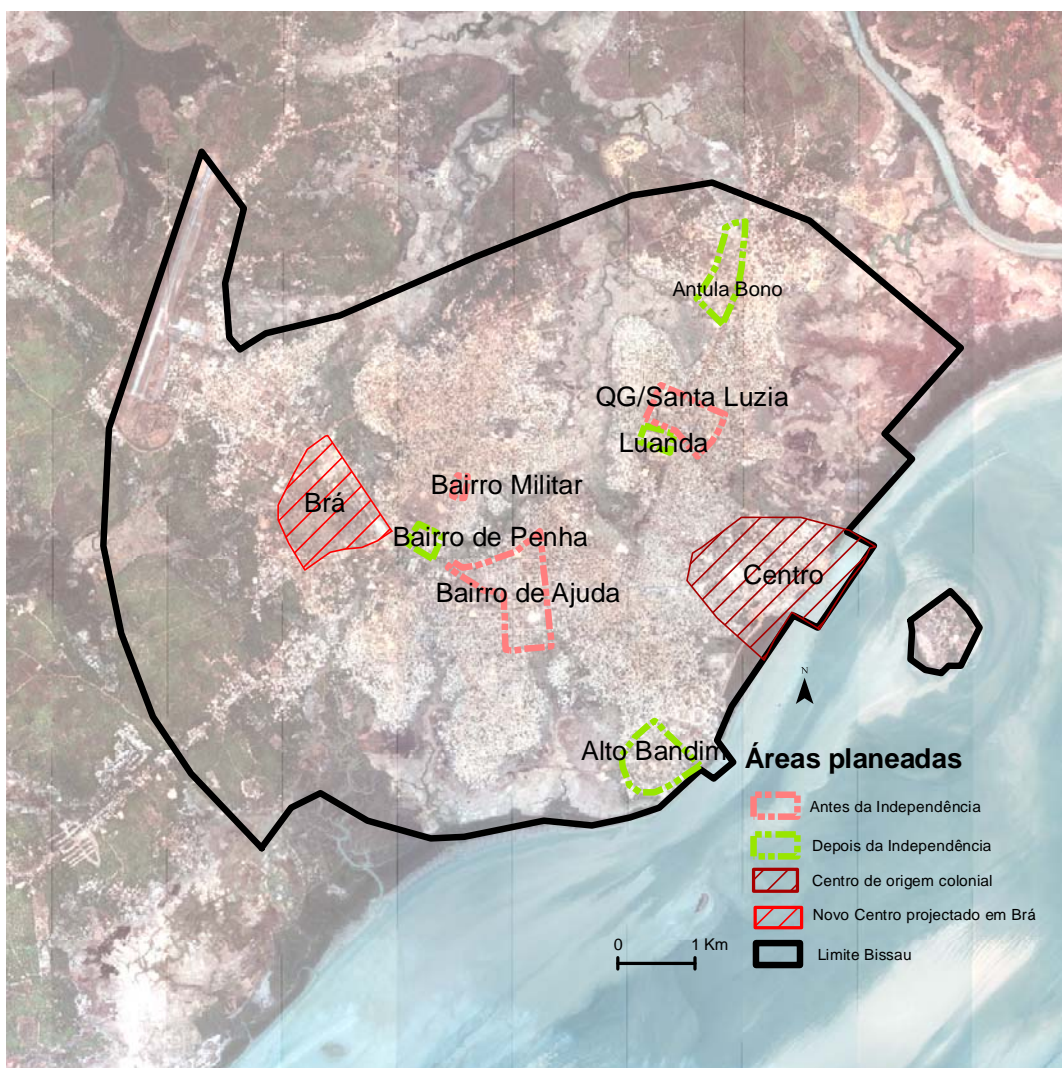






FIG 18 Exemplo de algumas áreas planeadas

Fonte: Autora

Na periferia do núcleo colonial a maioria da cidade cresceu desordenadamente, com habitações de adobe, madeira, com telhados de zinco ou palha, mais acessíveis para a população de baixos recursos financeiros mas pouco resistentes (Acioly, 1993) às intempéries. Todavia, essas habitações têm vindo a ser gradualmente substituídas e melhoradas pelos seus residentes. Hoje, encontram-se várias tipologias habitacionais na cidade de Bissau. O quadro 10 sintetiza as etapas da evolução da cidade de Bissau, identificando tipo de malha urbana e tipo de arquitectura.

Este crescimento urbano não foi acompanhado de nenhuma política habitacional, causando para além da expansão urbana, a sobrelotação das habitações em Bissau – chegando em muitos casos a habitar numa mesma casa/fogo cerca de 20 pessoas e mais de três famílias – assim como a intensificação da prática de arrendamento.

QUADRO 10 Síntese da evolução da cidade de Bissau

Época	Malha	Tipo arquitectura	Ilustração
Primeiras ocupações			
No início do século XIII, chegaram à parte oriental da Guiné os mandingas do Mali e no século XIV os povos que habitavam essa zona (manjacos, pepeles e mancanhas), foram empurrados para as zonas costeiras. Os pepeles foram para a actual cidade de Bissau.	Povoações dispersas pelo território.	Arquitectura tradicional rural.	 <p>Blazjewicz(1983)</p>
De 1687 – 1945			
Bissau foi fundada em 1687 pelos portugueses. Em 1776 foi construído o forte de S. José (actual Amura). Até 1914, a área da cidade limitava-se ao Forte de São José altura em que o forte foi aberto para o exterior com a construção da Sé Catedral de Bissau, do cemitério, e de algumas habitações e ruas.	Estrutura urbana colonial com ruas estreitas.	Arquitectura colonial de edifícios em dois pisos de construção em tijolo ou em pedra.	 <p>(http://www.panoramio.com/photo/4120550)</p>
1945 - 1974			
Em 1945, deu-se início a estudos para a expansão da cidade que culminou na elaboração e na implementação do primeiro Plano Director de Bissau (1948).	Malha ortogonal, lotes espaçosos e baixo índice de ocupação. Urbanística formal inspirada em Haussmann, Cerdá e Ressano Garcia	Arquitectura colonial de vivendas isoladas	
Depois da Independência			
A partir de 1974 a cidade de Bissau começou a crescer de forma descontrolada devido a vaga de “imigrantes” vindos das áreas rurais, instalando-se nos bairros periféricos. Em 1993 foi feito o primeiro Plano Geral Urbanístico de Bissau depois da Independência (ainda em vigor).	De uma forma geral os novos bairros são caracterizados por uma malha irregular (orgânica)	Predomina a arquitectura tradicional melhorada.	

De forma geral, tanto os bairros espontâneos quanto os planeados das cidades africanas sofrem enormes carências habitacionais. No caso de Guiné-Bissau, apesar de falta de estatísticas, verifica-se uma enorme carência habitacional nas áreas urbanas, sobretudo em Bissau, associada à ausência de política habitacional por parte dos sucessivos governos independentes.

O sector da habitação não tem sido prioritário. A promoção estatal está mais direccionada para projectos de apoio ao melhoramento de habitação e ao apoio à autoconstrução e não é direccionada à construção de novas residências mesmo se já em 1969 no Seminário de Quadros realizado em Conakri, Amílcar Cabral insistia na criação de condições habitacionais para os quadros guineenses. Os bairros planeados a que fizemos referência anteriormente destinavam-se fundamentalmente a quadros e não se destinava à maioria da população. Além do mais, a promoção privada da habitação é praticamente inexistente devido à falta de mercado.

2.7 Políticas urbanas e instrumentos de planeamento e gestão territorial

Várias políticas urbanas foram implantadas na Guiné-Bissau de acordo com o período histórico e o regime político à que o país estava submetido. Este sub-capítulo faz uma descrição destas políticas, relacionando-as com os respectivos governos e suas estratégias de gestão territorial.

2.7.1 Luta de libertação e investimento colonial

Na década de 1960, o Governo colonial português começou a dar mais atenção ao desenvolvimento urbano de Bissau. Até essa data, pouco investimento fora feito ao nível das infra-estruturas urbanas, da educação ou da saúde. Em 1960, foi aprovada pela Câmara Municipal de Bissau a primeira lei que regulamenta as construções urbanas e em 1961 foi delineado um novo limite para a cidade de Bissau e uma nova lei de ocupação do solo e concessão de terreno. Durante o período da luta de libertação (1963-1974), o planeamento urbano tornou-se a prioridade para a administração colonial. Foram construídas diversas infra-estruturas, como estradas, pontes, hospitais, quartéis militares.

Como refere Acioly (1993), a administração colonial começou a dar importância às questões urbanas com o início da luta de libertação nacional. O seu principal objectivo era desviar a

atenção da população e enfraquecer o apoio que esta vinha dando ao partido independentista (PAIGC).

Até esse momento como refere D'Ávila (1991), os portugueses negligenciaram a planificação territorial, bem como a provisão de habitação para a população, (a excepção dos funcionários públicos) e a implantação de infra-estruturas básicas. A construção e manutenção das infra-estruturas dirigiam-se apenas às áreas urbanas ocupadas pelos colonos. Segundo este autor para difundir a imagem mais humanitária, Portugal produz neste período após o início da luta de libertação nacional, livros e brochuras em português e inglês mostrando crianças brancas e negras sentadas lado a lado nas escolas, bem como projectos de construção de bairros económicos, como o bairro de Santa Luzia e Bairro da Ajuda.

O programa “ Por uma Guiné Melhor”, foi implementado neste período e visava disponibilizar terrenos para a criação de novos bairros, habitações para funcionários do governo, construções de escolas, hospitais, aumentar o investimento nos centros urbanos em infra-estruturas e arruamentos. É neste âmbito que surgiu o Bairro da Ajuda após o incêndio no bairro de Cupilum e em 1967 o Bairro Militar.

A partir dos anos 1970, Bissau começou a crescer de uma forma intensa devido à vaga de migrantes vindos das zonas rurais frequentemente bombardeadas. Ao mesmo tempo, com a expansão da cidade, os nativos (pepeles) foram sendo empurrados das zonas mais centrais para as periferias. Surgem assim vários bairros populares de Bissau de casas autoconstruídas, os ditos bairros espontâneos. A cidade continuou a expandir-se de uma forma acelerada, sobretudo para norte em direcção a Antula e para oeste em direcção a Prabis/ Safim. Como se pode ver através da figura 19, estes bairros populares periféricos formavam um arco em torno do núcleo colonial.

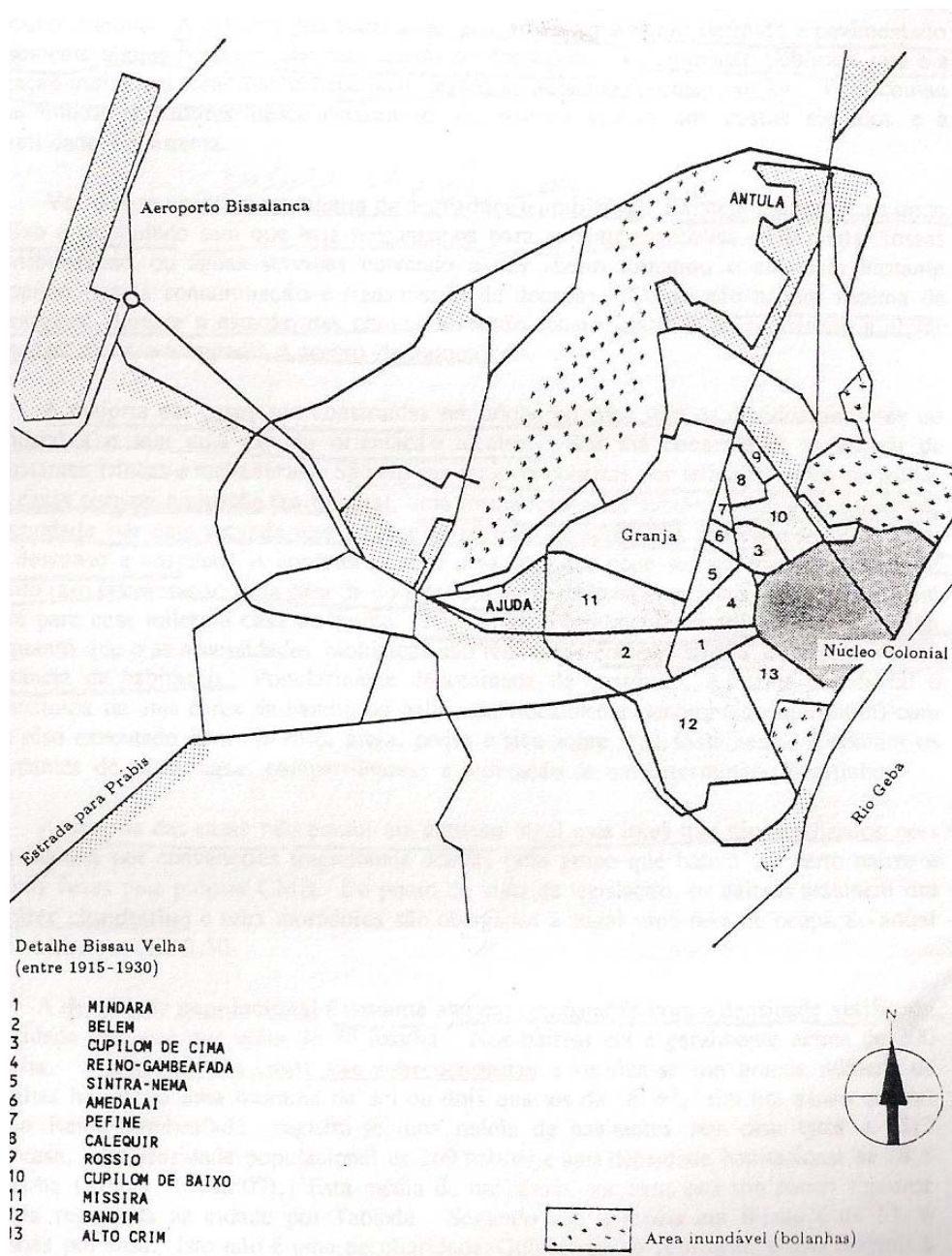


FIG 19 Bairros periféricos de Bissau em 1973.

Fonte: Acioly, 1993

Tendo em conta este crescimento, em 1973, foi concebido um novo plano de urbanismo que redefine o limite da cidade. Com o primeiro Governo independente do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) são iniciados vários projectos para a cidade de Bissau, graças às ajudas vindas sobretudo dos países socialistas, como Cuba e Ex-União Soviética. Neste contexto, várias medidas de influência socialista foram

implementadas pelo novo Governo, beneficiando na sua maioria os cidadãos em detrimento das populações rurais, o que contribui para acentuar ainda mais o êxodo rural.

Relativamente à habitação, neste período dos primeiros anos da independência, foi realizado um projecto de apoio à autoconstrução no Bairro de Antula (Projecto Antula Bono) com o objectivo de evitar a construção informal.

No Plano Geral Urbanístico de Bissau de 1993 esta área da cidade (Bairro de Antula) foi definida como área de expansão da cidade, mas nas periferias de Bissau, multiplicavam-se e densificavam-se os bairros ditos espontâneos não planificados sem implementação de infra-estruturas básicas (redes de esgotos, água canalizada, electricidade), ou de equipamentos (escolas, hospitais, parques, etc.).

No início da administração do PAIGC, Bissau passou a ter um estatuto especial em relação aos demais sectores¹⁶, sendo denominado de Sector Autónomo de Bissau (SAB).

2.7.2 Governo independente e planeamento territorial

Com a independência, em 24 de Setembro de 1973, o Governo do PAIGC liderado por Luís Cabral, manteve a centralização administrativa e comercial em Bissau, o que acentuou ainda mais o êxodo rural. As actividades comerciais foram concentradas em Bissau e nacionalizadas, caso dos armazéns do povo e do Socomin, o que reforçou a polarização da capital. Adoptou-se uma estratégia socialista, redistributiva, que pretendia dar mais atenção à valorização dos recursos endógenos (saúde, educação, ambiente, formação técnico profissional), com suporte na ajuda externa. Beneficiou-se do apoio de vários países sobretudo da ex-União Soviética para a reconstrução do país, tendo-se priorizado a indústria, (modelo soviético) em vez da agricultura (modelo cubano). Apesar de nos seus discursos, os sucessivos governos sempre priorizaram a agricultura mas nunca conseguiram delinear uma política rural coerente¹⁷.

Em 14 de Novembro de 1980, Nino Vieira assumiu o poder através de um golpe de Estado. Visando acabar com a economia planificada e abrir-se à economia de mercado, implementa um programa de estabilização económica para 1982-1983 que estabelece novas prioridades de desenvolvimento. No que respeita ao planeamento territorial, o Governo de Nino Viera estabeleceu como prioritário o objectivo de diminuir os desequilíbrios regionais, mas a escassez de recursos humanos e financeiros, a falta de vontade política e a corrupção, os

¹⁶ A Guiné-Bissau está dividida administrativamente em oito regiões (que por sua vez estão divididas em sectores) e um sector autónomo que é Bissau (SAB).

¹⁷ http://www.codesria.org/IMG/pdf/Carlos_Cardoso-2.pdf

poucos projectos destinados a esse fim não tiveram sucesso, tendo-se agravado os desequilíbrios estruturais entre o campo e a cidade.

Bissau continuou a ser o centro de consumo e o principal pólo de desenvolvimento do país, acentuando ainda mais a macrocefalia, favorecendo o êxodo rural, acentuando o crescimento demográfico na capital, a explosão urbana e o processo de autoconstrução nos bairros periféricos.

2.7.3 Nacionalização da terra

No que diz respeito à política fundiária, o novo Governo independente criou a Lei nº 4/75 que nacionaliza a terra, determinando que todo o solo da Guiné-Bissau (urbano, rural e urbanizado) seja integrado no domínio público do Estado. O governo pretendia desta forma ter mais controle sobre os recursos do país e a sua distribuição. Em Bissau, cabe à Câmara Municipal estabelecer os padrões de uso do solo. Nas zonas rurais, a terra é distribuída e administrada pela administração sectorial e os beneficiários têm de pagar uma taxa anual que varia conforme a durabilidade dos materiais de construção da habitação. A concessão da terra pode passar para os herdeiros. O Estado pode retirar essa concessão invocando interesse público, contra uma indemnização ao arrendatário.

Nas zonas rurais, o uso da terra está estreitamente ligado à estrutura das comunidades rurais que compõem o país e segundo Martins (2006), pode ser dividido em três grupos:

- i) Sistema político vertical, onde o poder central se focaliza a volta de um único chefe, o chefe da família. O seu território engloba mais de uma tabanca (aldeia): é o caso das etnias fulas e mandingas. É o sistema mais generalizado. Só o chefe da família tem o direito de distribuir a terra.
- ii) Sistema político semi-vertical, onde o acesso a terra é benefício apenas de um conjunto de famílias. Estas famílias têm a responsabilidade de dividir as terras de acordo com as regras estabelecidas. É o caso dos pepeles e manjacos.
- iii) Sistema político horizontal, no qual existem duas entidades responsáveis pela gestão da terra: o “proprietário” ou chefe da terra e o homem grande da tabanca (conselheiro), que só intervém em caso de conflito. É o caso dos balantas.

Em 1998, uma nova lei foi adoptada (lei 5/98 de 23 de Abril) modificando a lógica da apropriação da terra ao fixar três objectivos:

- i) Garantir a terra aos munícipes;
- ii) Incorporar o regime tradicional do uso de terra no direito consuetudinário;
- iii) Encorajar o investimento na terra através de um valor de mercado da terra.

O novo regime de concessão de terra (quer seja rural ou urbano) permite reconhecer um uso perpétuo. Uma outra inovação desta lei consiste na criação de um imposto que visa entre outros o aumento da eficácia do uso da terra, desencorajando a manutenção de grandes propriedades tradicionais cujos “donos” não têm capacidade de lhe dar rentabilidade económica.

2.7.4 Projectos de melhoramento de bairros

No início dos anos 1980, mais concretamente em 1982, através da cooperação bilateral entre a Guiné-Bissau e a Holanda, uma missão da cooperação holandesa deslocou-se a Bissau para identificar os possíveis projectos a financiar, tendo sido constatado o grave problema habitacional sobretudo a sobre-ocupação das habitações (cerca de 14 pessoas em média por habitação).

Foi acordado entre os dois Governos a implementação de um projecto para a melhoria dos bairros de Bissau. O objectivo deste projecto era melhorar a qualidade do habitat e elevar as condições de vida dos habitantes dos bairros seleccionados e também estabelecer um processo gradual de melhoria dos bairros em comum acordo com a comunidade e as autoridades locais. O projecto foi definido como sendo um projecto comunitário e com carácter evolutivo devendo receber apoio financeiro da Câmara Municipal de Bissau, da organização não governamental holandesa SNV e do Governo Guineense.

Numa primeira fase que iniciou em 1986 foram seleccionados os três bairros mais carenciados da cidade: Bairro de Mindará, Bairro de Belém e Cupilum de Cima. A primeira fase do projecto de melhoramento dos bairros de Bissau começou como projecto infraestrutural do então Ministério das obras públicas, sem intervenção da população. Era o Governo quem decidia e fazia praticamente tudo.

Na segunda fase do projecto considerou-se necessário implicar a população no melhoramento do seu bairro, tendo havido uma forte intervenção comunitária. Esta segunda

fase abrangeu o Bairro de Reno, Calequir, Rossio, Amedalai, Pefine, Sintra/Nema, e o chamado Bairro de Melhoramento (N'hala). O Bairro de Melhoramento em N'hala é uma área de reassentamento. O projecto aproveitou o incêndio de 12 casas no bairro de Reno para criar essa área. Houve somente 5 casas renovadas e as outras famílias foram para essa nova área em 1994. A área foi totalmente infra-estruturada.

O objectivo do Projecto de Melhoramento dos Bairros de Bissau era a melhoria da qualidade de vida da população dos bairros intervencionados. Visava-se a delimitação dos lotes, enquadrando cada habitação no seu lote, criar acessos, melhorar a circulação, fazer drenagens das águas pluviais, garantir o acesso a água potável (fontanários), colocar latrinas, implantar rede eléctrica e rede de telefone.

De acordo com o arquitecto Augusto Regala, o impacto foi positivo. Com o apoio do projecto as coberturas de palha das casas foram substituídas por chapas de zinco. A população teve acesso ao micro crédito o que permitiu melhorar a vida e a qualidade das habitações. As ruas foram abertas, levou-se água potável canalizada às populações, a maioria das casas ficou com latrinas privadas. O grande problema continua a ser a manutenção dessas melhorias.

Devido ao conflito militar de 7 de Junho de 1998, foi criado um projecto de emergência financiado pelo Echo Fundo da União europeia, cujo objectivo era a reabilitação das casas atingidas pelas bombas durante o conflito. Houve intervenção em vinte bairros, tendo sido reabilitadas cerca de 2 207 casas parcial ou totalmente destruídas com o mesmo método da primeira fase do Projecto de Melhoramento da década de 1980.

O Projecto fazia a fundação da primeira fiada de betão e ajudava na cobertura (zinco); a população fazia o adobe e levantava as paredes. Foram construídas de raiz cerca de 305 casas tendo-se gasto 500 mil euros. No total entre reabilitação e construção, interveio-se em 2 512 casas. O projecto foi apelidado de Projecto 2000.

Após a conclusão do projecto, foi elaborado um novo projecto para mais 10 anos que foi aprovado pelo Governo holandês mas não foi assinado pelo Governo de transição guineense que pretendia a continuação do projecto por divergências sobre quem deveria gerir o projecto. O Governo de transição, conhecido como Governo de Unidade Nacional vigorou até Novembro de 1999, altura em que se realizaram as eleições legislativas. Com a eleição de 1999, o novo Governo guineense tentou avançar de novo com o projecto, mas o Governo holandês exigiu que o gestor do projecto fosse o anterior o que o Governo da Guiné-Bissau recusou. Como solução, por iniciativa de alguns técnicos do Projecto de Melhoramento dos Bairros de Bissau, criou-se um núcleo de apoio ao projecto o qual se

converteu na Associação Nacional para o Desenvolvimento Local e Urbano (NADEL), que é actualmente uma ONG com intervenção em vários pontos do país.

Na altura em que se deu a epidemia da cólera em Bissau, esta organização trabalhou em todos os mercados formais e informais da cidade de Bissau, visando sensibilizar os comerciantes para a boa prática de higiene. A sua área de intervenção é sobretudo nos bairros em que interviu o PMBB (Bairro de Reno-Gambeafada, Belém, Mindará, Cupilum, Calequir, Rossio, Amedalai, Pefine, Sintra/Nema e N'hala).

Como estes projectos são pontuais e na ausência de uma política global e estruturante, dificilmente as acções sejam duradouras e capazes de evitar a repetição dos mesmos problemas.

2.7.5 Outros projectos e programas habitacionais

Foram realizados alguns projectos pontuais de promoção pública habitacional: o já referido Bairro Internacional em 1983/1984, os prédios da Agência Sueca para o Desenvolvimento Integrado (ASDI), em 1977 e o prédio de Taiwan em 1993. Este último foi construído através da cooperação Guiné-Bissau/Taiwan tendo-se lançado um concurso público para arrendamento. Neste momento é o Ministério das Finanças através da gestão do património quem está encarregue de gerir o prédio. Recentemente, em 2001/2002, foram ainda construídos os prédios da República da China, destinados aos os antigos combatentes, mas que mantenham desocupados até à data da elaboração desta dissertação.

Para além destes projectos habitacionais, em finais de 1989, foi lançado o Programa de Acção Social e Infra-estrutural (PASI), cujo objectivo era minorar os impactos causados pelo Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). O PASI estimulou a implementação de obras com base na utilização de mão-de-obra intensiva durante a reabilitação de edifícios públicos, arruamentos, etc. O programa foi co-financiado pelo Banco Mundial. Além do PASI também foi lançado na mesma época o Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas em Bissau (PRI) o qual deu prioridade ao sector dos transportes (portos, auto-estradas, travessias do rio, etc.), dando especial atenção à formação dos funcionários.

Em 1992, a UN Habitat (PNUD) desenhou outro tipo de projecto de autoconstrução assistida em Antula Bono. O objectivo era melhorar a qualidade de vida das populações de poucos recursos financeiros, criando neste caso uma nova zona de reassentamento. O Estado viabilizou terreno, lotearam-se as parcelas e construíram-se as infra-estruturas e os equipamentos (de saúde, escola, esquadra da polícia, mercado). Os candidatos abriram uma

conta no banco e com isso conseguiram um terreno viabilizado e infra-estruturado onde se podia construir, segundo o modelo estipulado. Todavia, tratando-se de uma zona muito distante do centro com falta de transportes públicos e dificuldades de acesso, o projecto não foi bem sucedido no início porque só mais tarde, em 1997, os *toca-tocas*¹⁸ chegaram ao bairro de Antula Bono.

Com o crescimento urbano acelerado e a afluência de rurais a Bissau, em contexto de crise política e económica, de falta de uma política habitacional e de falta de incentivo ao sector privado na produção de habitação, a crise habitacional tem-se acentuado e os projectos e programas implementados são insuficientes.

2.7.6 O Plano Geral Urbanístico de Bissau

Em 1993 foi aprovado o Plano Geral Urbanístico de Bissau (PGUB), o Regulamento Geral da Construção e Habitação, assim como a Lei do Ordenamento Territorial e Urbano (Ramos, 2005). Desde a independência até essa data a cidade funcionara sem um instrumento legal actualizado para o controle da expansão urbana. Muitos projectos foram desenvolvidos sem um plano que os articulasse e sem uma visão de futuro para o território.

O PGUB é um documento legal concebido para vigorar até 2010 que visa o desenvolvimento integrado da cidade de Bissau, estabelecendo as linhas de crescimento urbano e a criação das condições sócio-económicas necessárias para o bem-estar das populações.

Todavia, o PGUB é um plano funcionalista que assenta na regulamentação e no zonamento, não traça uma visão estratégica, não define estratégias claras de promoção e orientação do desenvolvimento urbano, nem identifica os actores públicos e privados desse desenvolvimento e das Organizações da Sociedade Civil.

Além destes aspectos, segundo Acioly (1993), o diagnóstico da cidade de Bissau, elaborado pelo MOPCU e que serve de base ao PGUB, apresenta muitas imperfeições e desvios ao nível do processo de recolha, tratamento e armazenamento dos dados, o que levanta a questão da fiabilidade do diagnóstico.

A falta de cartografia actualizada é outro problema que dificulta também o planeamento e gestão da cidade de Bissau, o que se expressa na execução do PGUB. A base cartográfica do plano de 1993 assim como da revisão do plano de 2005 (ainda por aprovar) encontra-se desactualizada. O plano e a sua revisão foram elaborados sobre a base cartográfica de 1976

¹⁸ Os *toca-tocas* são transportes colectivos privados que circulam nos bairros de Bissau. Têm vários nomes nos diferentes países africanos. Por exemplo, em Moçambique são os “chapas cem”, em Cabo Verde os “hiace” e em Angola os “candongueiros”

e 1989 pelos técnicos do MOPCU sem nenhuma participação da população nem dos actores locais.

Importa também salientar que a elaboração do plano assim como a sua revisão ocorreram em períodos difíceis do ponto de vista económico e militar. O PGUB foi elaborado no ano 1991 em que se iniciou a liberalização económica e a sua revisão foi realizada na sequência do conflito militar de 1998 e da instabilidade política dele decorrente.

Segundo a entrevista do Arquitecto Adolfo Ramos, Director da Direcção do Ordenamento de Território do Ministério das Infra-estruturas, a implementação do PGUB ficou aquém do previsto, porque muitas das recomendações não foram cumpridas. O principal problema actual é a dificuldade de preservação das áreas identificadas como não *edificandi*.

Em conclusão pode-se afirmar que o impacto do PGUB na expansão da cidade de Bissau é reduzido. Não se conseguiu nem conter nem orientar o crescimento urbano desordenado da pois as suas regras não foram respeitadas. O plano foi elaborado pelo MOPCU em parceria com a Câmara Municipal, mas esta última muitas vezes concede e regulariza terrenos em áreas sujeitas a estudos no âmbito do PGUB. O plano apenas foi utilizado pela Câmara Municipal de Bissau ao nível da demarcação das áreas de expansão da cidade.

Todavia, a cidade de Bissau continua a crescer de forma anárquica visível no surgimento “espontâneo” dos bairros ditos informais nas periferias sem infra-estruturas mínimas e com carências de equipamentos.

2.8 Governação da cidade de Bissau

Na Guiné – Bissau, apesar de previsto nos artigos 105º a 118º da Constituição da República, e existir desde 1996 a legislação que define o sistema autárquico, a Lei-Base das Autarquias Locais (Lei Nº5/96), até o momento não se criou condições necessárias para a realização das eleições autarquias.

A Cidade de Bissau, é administrada pela Câmara Municipal de Bissau, mas em termos legais, não constitui um município, uma vez que ainda se realizaram as eleições autárquicas.

A Câmara Municipal de Bissau está sob a tutela do Ministério de Administração Territorial, e está encarregue de administrar a área correspondente ao Sector Autónomo de Bissau (SAB). Relativamente aos outros sectores, o SAB tem um estatuto especial e goza de uma autonomia tanto financeira como administrativa.

A Câmara Municipal de Bissau tem ligações com outros Ministérios e empresas, nomeadamente: Ministério das infra-estruturas – ex Obras Públicas Comunicações e Urbanismo (no que respeita à questão do cadastro, de habitação, das vias, dos transportes urbanos, telecomunicações, do urbanismo e ordenamento do território e na elaboração do Plano Geral Urbanístico de Bissau); o Ministério da Justiça (relativamente a assuntos relacionado com os registos prediais); e a EAGB (Electricidade e águas da Guiné - Bissau, no fornecimento de electricidade e água para a cidade de Bissau).

A Câmara estabelece ainda parcerias com várias OCBs e ONGs de desenvolvimento que operam nos vários bairros da cidade, principalmente nas zonas periféricas, onde a situação sócio-económica dos seus habitantes é bastante degradada e onde a problemática e a ausência do saneamento básico é muito sentida.

Os serviços urbanos da competência da CMB incluem a recolha e tratamento do lixo urbano, a gerência dos mercados da cidade de Bissau, saneamento básico entre outros serviços.

A responsabilidade da CMB relativamente à prestação desses serviços é muito fraca ou mesmo inexistentes devido em parte à sua fraca situação financeira, à corrupção e à falta de vontade dos responsáveis municipais. A maior parte dos serviços que supostamente deveriam ser prestados pela CMB, são desempenhados pela população e pelas ONGs que actuam nos diferentes bairros da cidade com o apoio financeiro da comunidade internacional.

Capítulo 3 Bairro Militar

3.1 Breve enquadramento

Na Guiné-Bissau, a maior parte dos centros urbanos ainda apresentam características rurais: com infra-estruturas básicas insuficientes e degradação das poucas infra-estruturas existentes, dada a crescente procura e a falta de gestão e manutenção. A falta de políticas e legislação apropriada, instrumentos de planeamento e gestão urbana, não permite a resolução dos problemas urbanos, mais acentuados na capital, Bissau.

Nos capítulos anteriores, identificamos os bairros planeados entre os quais o núcleo inicial do Bairro Militar, nosso caso e objecto de estudo.

O Bairro Militar é um bairro periférico da cidade de Bissau, cujo núcleo inicial planeado foi criado em 1967 pelo Estado colonial para albergar os comandos fiéis ao governo colonial, durante o período da luta de libertação nacional. No total foram então construídas 52 habitações. No período que se segue à declaração da independência procedeu-se à substituição automática dos residentes, tendo as casas passado a ser habitadas por militares do PAIGC.

Em termos geográficos, o Bairro Militar encontra-se situado na zona norte da cidade de Bissau, como mostra a figura 20. Está limitado a norte pelo bairro de Hafia, a sul pelo bairro de Ajuda¹, a este pelo bairro de Antula, e a oeste pelos bairros de Quelelé e de Cuntum. Na parte norte, noroeste e oeste, e na parte sul e sudeste, o Bairro Militar possui zonas húmidas chamadas bolanhas onde os seus habitantes praticam o cultivo do arroz, a horticultura e a pastagem. O bairro ocupa uma superfície de cerca de 8,8 Km², correspondendo a 11,4% do território da cidade de Bissau (com 77,5 km²).

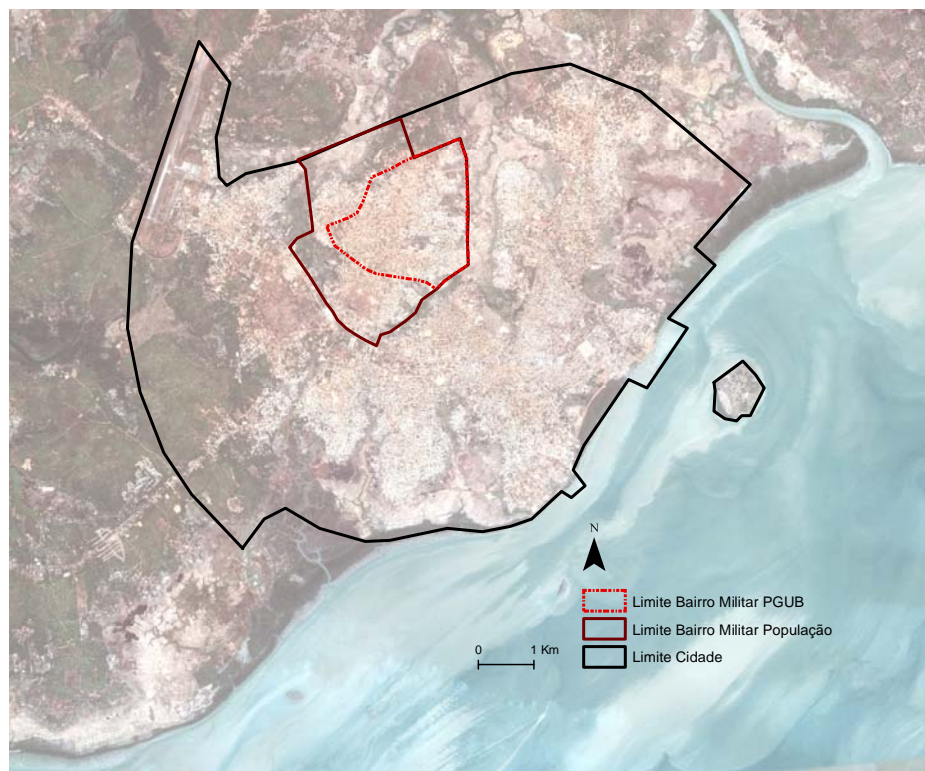


FIG 20 Localização do Bairro Militar no contexto da cidade de Bissau

Fonte: Autora

Segundo os limites identificados actualmente pela população, o bairro abrange 13 sub-bairros: Bissaque, Brá, Casna, Curncul, Djolo, Gambeafada, Ganturé, Militar, M'Patmane, Nema, Penha, Plack I e São Paulo. Trata-se de um limite abrangente do Bairro Militar e de uma divisão em bairros que é aprovada pela ONG AIFA PALOP. Todavia, de acordo com a classificação censitária, os sub bairros de Bissaque, Brá, Djolo, Plack I, Penha, São Paulo constituem bairros autónomos, sendo os limites do Bairro Militar mais reduzidos. Para este trabalho utilizou-se a delimitação feita pela população, considerada como legítima.

3.2 População

Até 1967, a zona onde se situa o actual Bairro Militar era uma vasta área ocupada maioritariamente pela vegetação natural e por plantações de cajú. Como a maior parte dos bairros periféricos de Bissau, nela habitavam algumas famílias rurais da etnia pepel.

Em 1967, através do programa “Guiné Melhor” cujo objectivo era proporcionar às famílias africanas assim como aos funcionários do Governo colonial o acesso a uma habitação condigna, foram aí construídas 52 habitações para alojar os comandos africanos fiéis ao

Governo colonial. Depois da independência, como referimos, essas 52 habitações foram ocupadas pelos militares que participaram na luta de libertação nacional.

Em 1979, segundo o recenseamento geral da habitação, viviam nesse conjunto habitacional, que chamaremos de sub-bairro Militar, 521 habitantes, enquanto que o Bairro Militar no seu sentido mais abrangente contava nessa data com 3 013 habitantes.

No início dos anos 1980, devido à elevada vaga de migrantes vindos das zonas rurais, o Bairro Militar, assim como os restantes bairros periféricos de Bissau, foram sendo ocupados de uma forma não controlada pelos novos cidadãos à procura de melhores condições de vida. Foi nessa altura que a Câmara Municipal de Bissau começou o processo de loteamento da zona envolvente ao inicial Bairro Militar (sub-bairro Militar), para assim proporcionar o direito à habitação a pessoas de poucos recursos financeiros vindos de outros bairros de Bissau ou de zonas rurais e que escolheram o Bairro Militar para viver devido à facilidade em aí adquirir terreno ou alugar uma casa.

A imigração regional proveniente sobretudo da Nigéria, Serra Leoa, Mali, Mauritânia, Gâmbia, Senegal, Guiné Conakri, etc., essencialmente por motivos económicos e laborais, também contribui para um aumento significativo da população do Bairro Militar.

Este bairro é uma das zonas da cidade onde houve maior crescimento populacional nas últimas décadas, passando de 3 013 habitante em 1979 para 26 713 em 1991, considerando o limite definido actualmente pela população. Segundo dados da projecção populacional do INEC (2008), e de acordo com o limite censitário, o Bairro Militar conta actualmente com uma população de cerca de 32 244 habitantes, mas se considerarmos o limite mais abrangente definido pela população vivem actualmente no bairro cerca de 88 754 habitantes, ou seja, 22% do total da população de Bissau, segundo resultados da projecção do INEC (2008), apresentados na figura 21.

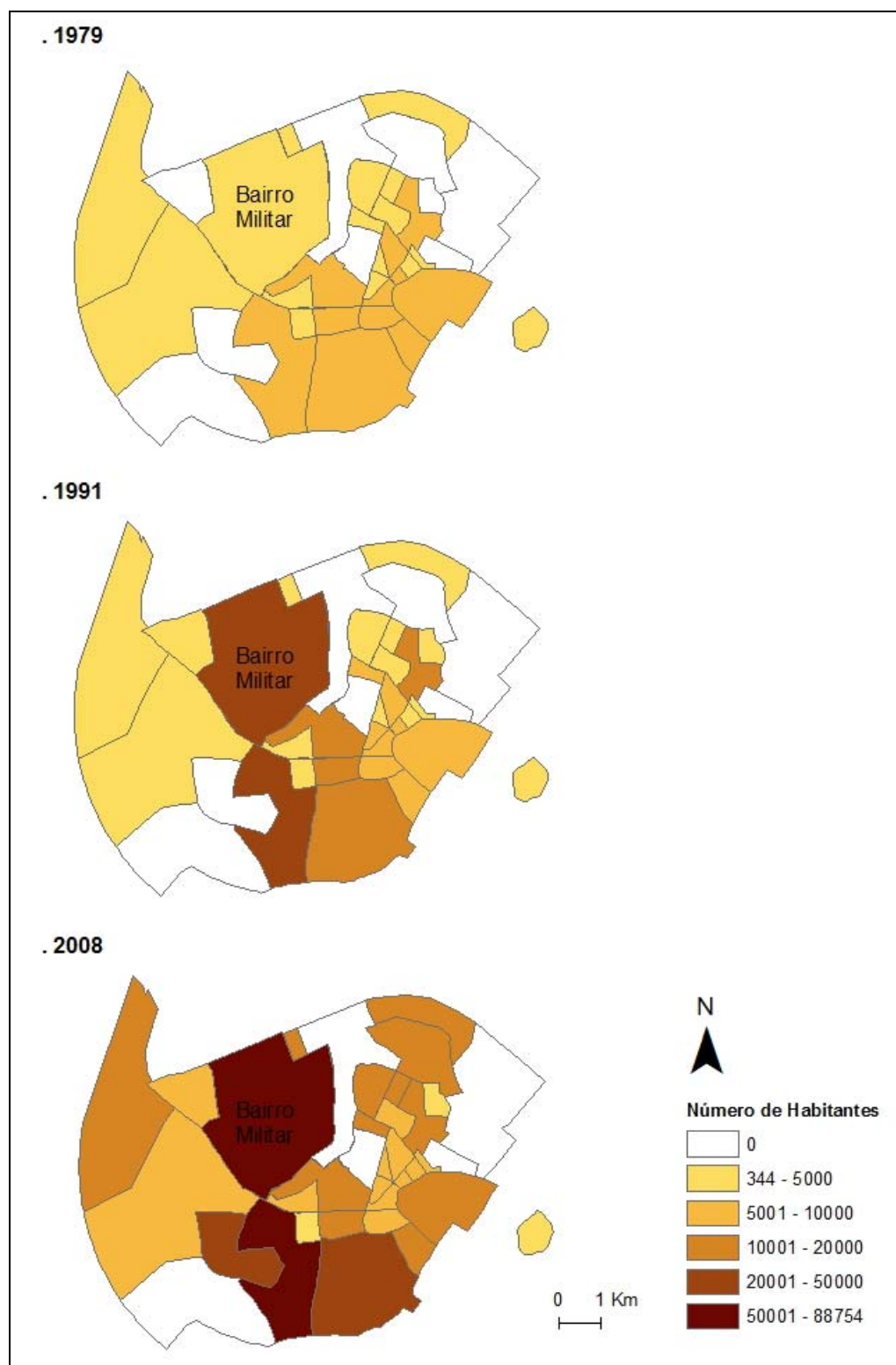


FIG 21 População da cidade de Bissau em 1979, 1991 e 2008, indicando o Bairro Militar segundo o limite da população

Fonte: Autora

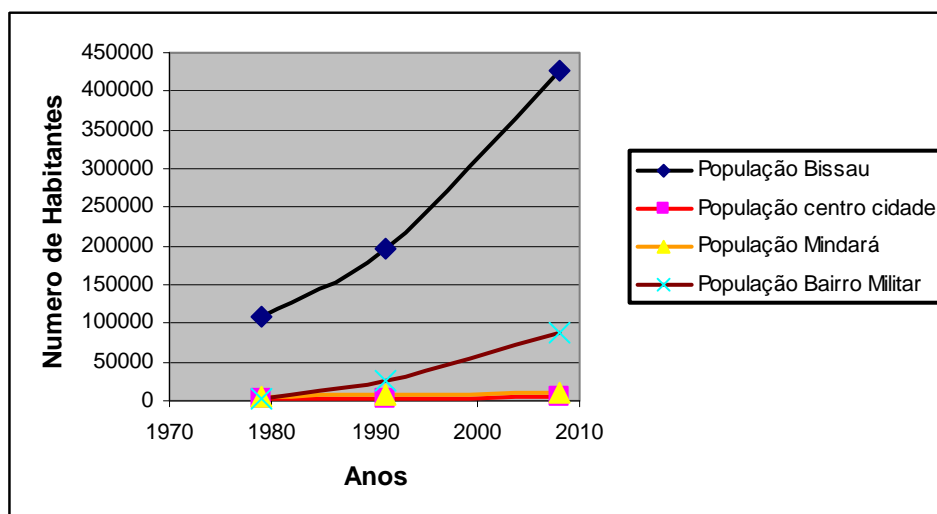


FIG 22 Evolução da população de 1979 a 2008.

Fonte: Autora sobre os dados do INEC (1979,1991, 2008)

Observando o quadro 11, e a figura 22 podemos verificar que nos últimos trinta anos, o Bairro Militar cresceu mais que o centro da cidade ou que o bairro de Mindará (situado próximo do centro), passando de 3 013 em 1979 para 88 754 em 2008. O centro da cidade entre 1979 e 1991 perdeu população o que poderá ter a ver com o impacto da liberalização económica. Muitas famílias perderam poder de compra e tiveram que “abandonar” o centro em direcção à periferia.

QUADRO 11 Evolução da população de 1979 a 2008

Anos	População Bissau (nº hab)	População centro cidade (nº hab)	População Mindará (nº hab)	População Bairro Militar (nº hab)
1979	109 214	3 658	5 999	3 013
1991	195 391	2 704	7 291	26 713
2008*	426 543	5 974	9 174	88 754

Fonte: INEC; * Projecção INEC 2008

3.3 Aspectos sócio-económicos

A falta de dados estatísticos sobre o número de desempregados e sobre as faixas etárias limitou a nossa análise. No entanto, as entrevistas efectuadas, a observação directa no terreno e alguns estudos levados a cabo pela ONG AIFA PALOP permitem-nos afirmar que o bairro, na sua delimitação mais abrangente, concentra um elevado número de desempregados, sobretudo jovens, população de poucos recursos, na sua maioria vindos das áreas rurais e imigrantes provenientes sobretudo dos países vizinhos, como a África Ocidental.

Cerca de 32% da população do bairro, segundo os dados do inquérito realizado pela ONG AIFA PALOP em 2001, não possuía, nesta data, qualquer nível de escolaridade, 41% tinha o ensino primário e 23% o secundário. A população com ensino superior era praticamente inexistente (apenas 0,3%), como vemos na figura 23.

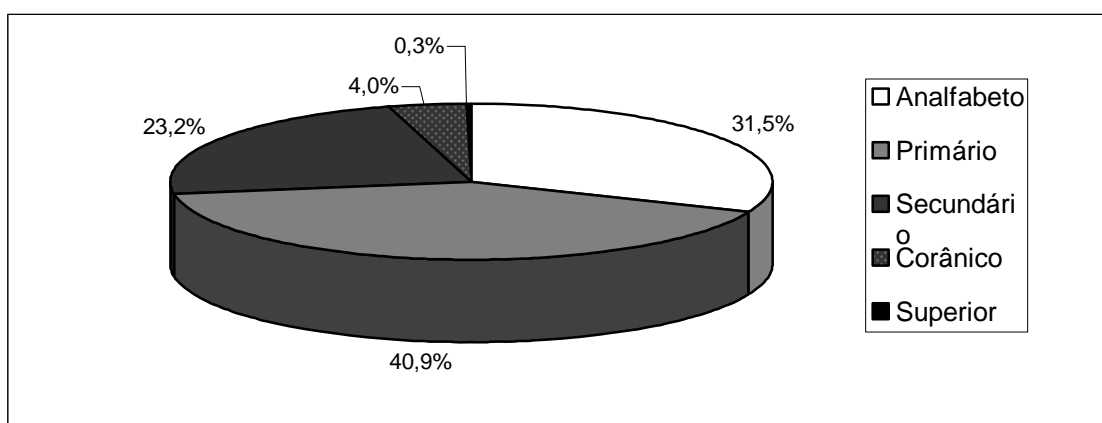


FIG 23 Nível de instrução da população em 2001 no Bairro Militar.

Fonte: AIFA PALOP 2001

A existência de uma percentagem elevada de jovens determina uma taxa muito alta de população activa. No que respeita às actividades económicas, a maioria dos habitantes do bairro trabalha no sector informal em actividades ligadas sobretudo ao comércio, à pequena produção mercantil e à prestação de serviços (carpintarias, serralharias, outras oficinas, cabeleireiros). Os homens são prestadores de serviços ligados a actividades informais ou funcionários públicos, tendo estes, expressão reduzida no bairro e restringindo-se apenas às actividades ligadas a saúde, educação e defesa.

Relativamente ao comércio informal, as mulheres desempenham um papel muito importante, são as chamadas bideiras que trabalham afincadamente, por conta própria, para garantir o sustento familiar, vendendo sobretudo produtos alimentares, frutas, hortaliças, amendoins, localmente designado de mancarra, castanha de caju, pão, peixe, caldos de galinha, etc., contribuindo assim para o bem estar familiar. Em geral, este tipo de comércio é praticado na via principal de atravessamento do bairro, nos mercados da cidade incluindo o mercado do bairro, em outros espaços públicos, ou à porta de casa.

No inquérito realizado pela AIFA PALOP, em 2001, a maior parte dos inquiridos afirmou ser estudante (45%) e ou doméstica (24%). Essa situação não é de estranhar uma vez que existe no bairro grande número de jovens em idade escolar e que o inquérito foi realizado durante o dia, a horas em que o chefe de agregado, homem, está ausente. Da grande percentagem de domésticas inquiridas a maior parte são bideiras, o que muitas vezes não é considerado como uma actividade profissional.



FIG 24 Bideiras (Fotos Isabel Raposo)

De acordo com o mesmo inquérito, a maior parte dos chefes de família são homens (94%) como exposto na figura 25.

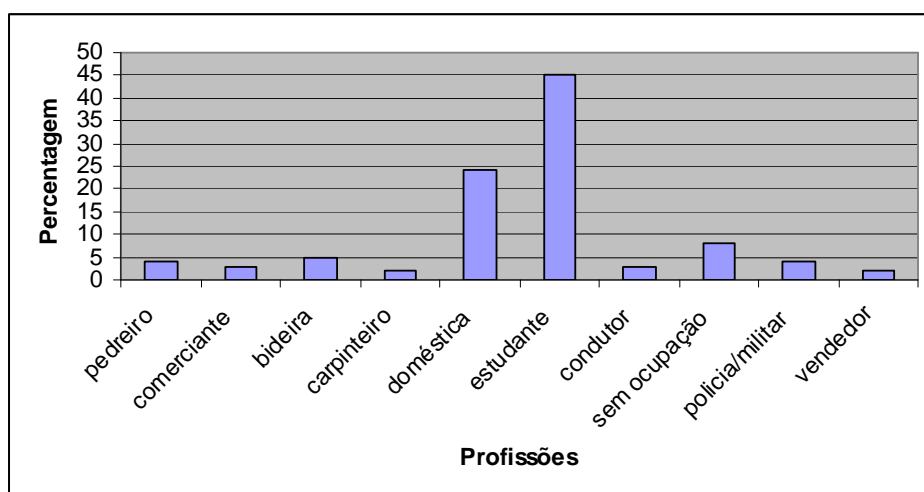


FIG 25 Principais profissões no Bairro Militar em 2001.

Fonte: AIFA PALOP 2001

A agricultura constitui um importante complemento familiar representando, segundo um estudo realizado pela ONG AIFA PALOP, em Fevereiro de 2009, a principal fonte de rendimento dos seus habitantes, em alguns sub-bairros do Bairro Militar, como por exemplo no sub-bairro de Bsaque, que se encontra muito próximo das bolanhas.

Segundo os dados do PGUB (MOPCU, 1993) é proibido qualquer tipo de construção nas bolanhas, que são terrenos pertencentes ao Estado, reservados apenas para a agricultura. O bairro é composto por vários grupos étnicos, com destaque para os balantas, mandingas, fulas, beafadas, e pepeles, que convivem de forma pacífica, tal como as várias crenças e religiões que coexistem no bairro.

São as mulheres, mães e filhas, que maioritariamente trabalham na agricultura: são as chamadas horticultoras (fig. 26), que produzem sobretudo hortaliças (alface, tomate, quiabo, localmente designado de candja, entre outros) em terrenos familiares ou nas bolanhas.



FIG 26 Mulheres horticultoras (Fotos Tatiana Martins)

Quanto à religião, de acordo com o inquérito realizado pela ONG AIFA PALOP (2001), cerca de 48% dos habitantes do Bairro Militar eram muçulmanos, 37% cristãos e 15% animistas (religião tradicional), como ilustra a figura 27. Existem várias mesquitas e igrejas cristãs sedeadas no bairro que não só prestam os correspondentes serviços religiosos, mas também dão assistência às pessoas mais carenciadas. Existem também alguns “poilões” ou embondeiros, árvore sagrada à volta da qual se praticam cerimónias tradicionais. O maior e o mais conhecido poilão de Bissau - “*polon de Brá*” – situa-se no sub-bairro de Brá.

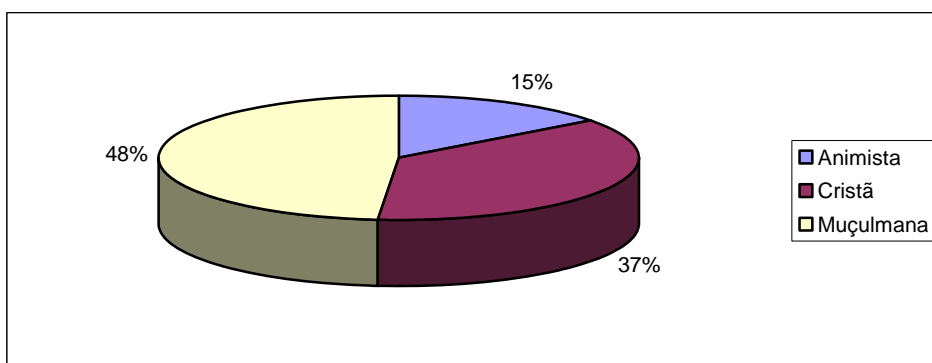


FIG 27 Religiões praticadas pelos habitantes do Bairro Militar em 2001

Fonte: AIFA PALOP 2001

3.4 Análise dos equipamentos públicos, serviços, redes viárias e transporte

No que respeita a equipamentos e serviços, no Bairro Militar a situação é muito deficiente, tanto ao nível de educação (escolas, creches, ver quadro 12) e da saúde (hospital e centros de saúde, ver quadro 13), como de desporto ou lazer.

O bairro conta com oito jardins-de-infância, quatro estabelecimentos de ensino básico (do 1º ao 6º ano) e um liceu (do 7º ao 11º ano) públicos. Face às características sócio-demográficas do bairro, com grande número de crianças e jovens em idade escolar, os estabelecimentos escolares existentes são manifestamente insuficientes.

Segundo as entrevistas, as reuniões e o workshop de discussão colectiva, a população acha que para suprir as necessidades educativas é necessário construir e pôr a funcionar mais escolas primárias (uma em cada sub bairro) pelo menos três liceus, para além de um centro de formação profissional pois não existe nenhum no bairro.

Se tomarmos como referência as normas portuguesas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos da DGOTDU (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), que determinam o tipo e quantidade de equipamentos necessários em função do número de habitantes por grupos de idade, para os 88 754 habitantes do bairro seriam necessários cerca de vinte e quatro centros pré-escolares (jardins de infância), vinte estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico, onze do 2º e 3º ciclos do ensino básico e três do ensino secundário (liceu). Mas ao contrário, o quadro 12 mostra que o bairro atinge somente a metade dos equipamentos educativos identificados como necessários pela população e está longe dos dados recomendados por Portugal.

Estas necessidades têm em parte vindo a ser colmatadas nos últimos anos, com um aumento significativo dos estabelecimentos de ensino privado (fig. 28 e 29). Existem actualmente cerca de vinte e cinco escolas privadas (86% do total das escolas existentes no bairro) de acordo com um estudo da AIFA PALOP, em 2008, que ministram cursos do 1º ao 11º ano. Estas escolas não são todavia acessíveis a todos, uma vez que os preços praticados são elevados para o nível de vida da maioria dos habitantes do bairro.

QUADRO 12 Equipamentos de ensino

	Ensino público existente	Ensino privado	Necessidades sentidas pela população	Necessidades segundo normas DGOTDU*
Cursos alfabetização	0	2	-	-
Jardim-de-infância	0	8	-	16
Escola básica	4	a)	10	28
Liceu	1	a)	2	2
Centro de formação profissional	0	a)	1	-
Escola Corânica	-	4	-	-

a) Não foram quantificados

Fonte: AIFA PALOP 2008 e cálculos segundo normas DGOTDU*

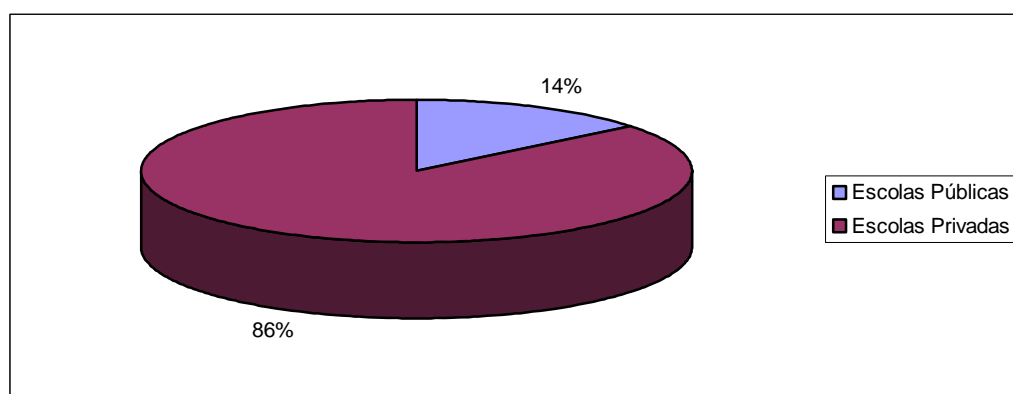


FIG 28 Tipos de equipamentos de ensino.

Fonte: AIFA PALOP 2008

É de salientar que existem ainda no bairro quatro escolas de ensino corânico destinadas a crianças muçulmanas, que para além de frequentarem o ensino corânico também frequentam o ensino laico, bem como dois estabelecimentos ligados a igrejas que ministram cursos de alfabetização.

O bairro conta com três centros de saúde, um privado, um estatal localizado no sub-bairro Militar e um comunitário situado no sub bairro São Paulo construído pela ONG AIFA PALOP, expostos na figura 30.



FIG 29 Equipamentos de ensino. (A) Escola básica do sub-bairro Militar (B) Escola privada do sub-bairro Militar (C) Escola básica sub-bairro São Paulo (D) Escola básica sub-bairro Plak1



FIG 30 Equipamentos de saúde. (A) centro de saúde comunitário de São Paulo (B) centro saúde do sub bairro Militar

De acordo com as pessoas entrevistadas, apesar da boa qualidade dos centros de saúde em termos de construção e de serviços prestados, a sua capacidade de resposta é insuficiente, sendo necessário, no mínimo, uma extensão do centro de saúde em cada um dos treze sub-bairros do Bairro Militar, ou seja treze extensões do centro de saúde. Se tomarmos de novo como referência as normas portuguesas de programação dos equipamentos publicadas pela DGOTDU, o bairro deveria ter vinte e dois centros de saúde (sendo cada centro para 4 000 habitantes).

As clínicas privadas tratam as mesmas doenças mas atendem sobretudo pessoas de maiores recursos financeiros. Contam com o apoio de um médico, enquanto que, nos centros de saúde públicos, os doentes são atendidos por enfermeiros. O papel dos curandeiros tradicionais -*djanbacós*- é também muito importante no bairro. Existem nove curandeiros que praticam a cura tradicional e são procurados por uma boa parte da população do bairro e mesmo de fora do bairro. Curam sobretudo doenças que os seus clientes acreditam serem provocados por mau-olhado. Na maior parte das vezes, os doentes procuram primeiro os curandeiros e só depois se dirigem ao hospital.

Quanto aos outros serviços/equipamentos de saúde existem no bairro cerca de sete farmácias e seis clínicas privadas, localizados na sua maioria no sub-bairro Militar, a saber: Clínica Gã-Nafa de Dr. Lassana Intchasso, Clínica do Dr. Seth, Clínica do Dr. Lassana NDjai, Clínica Corte do David Cassamá, Clínica do Dr. Agostinho Cá e Clínica Curva do Dr. Tchernó Mamadú, como mostra o quadro 13.

QUADRO 13 Equipamentos e serviços de saúde no Bairro Militar em 2008

	Existentes	Necessidades sentidas pela população	Necessidades segundo normas DGOTDU*
Centro saúde pública	1	13	19
Clínica privada	6	-	-
Centro saúde comunitária	1	-	-
Centro de saúde privado	1	-	-
Farmácias privadas	7	-	-
Curandeiros	9	-	-

Fonte: AIFA PALOP 2008 e cálculos* segundo normas DGOTDU

Relativamente aos equipamentos de cultura e de lazer, o bairro tem também carências neste sector. Foi referida, pelas pessoas entrevistadas e nas reuniões de grupos, a falta de uma biblioteca pública, de centro um cultural/social, de pavilhões desportivos. Existem vários campos de jogos todos de terra batida, localizados sobretudo nas imediações das escolas e nas sedes das associações.

No que toca à prestação de serviços, segundo o inquérito realizado em Dezembro de 2008 pela AIFA PALOP, existiam então no bairro cinco carpintarias, dez oficinas mecânicas, seis serralharias, quatro ferrarias (oficinas de arranjo e fabrico de painéis de alumínio/ tachos), quatro oficinas bate chapa e cinco oficinas de transformação de cana de bambu. Estas oficinas funcionam também como centros de formação, pois muitos jovens do bairro aprendem os ofícios nestes estabelecimentos.

Quanto a repartições de serviços públicos, apenas existe uma esquadra de polícia situada no sub-bairro de São Paulo, claramente insuficiente tratando-se de um dos bairros com maiores incidentes de insegurança de Bissau. A criminalidade e o tráfico de drogas empreendidos por alguns jovens do bairro, constitui um factor de desestabilização e de insegurança. A imagem do bairro tem sido projectada de forma negativa pelos meios de comunicação social nomeadamente as rádios devido a vários incidentes que nos últimos anos – sobretudo depois do conflito militar – tiveram como palco o Bairro Militar.

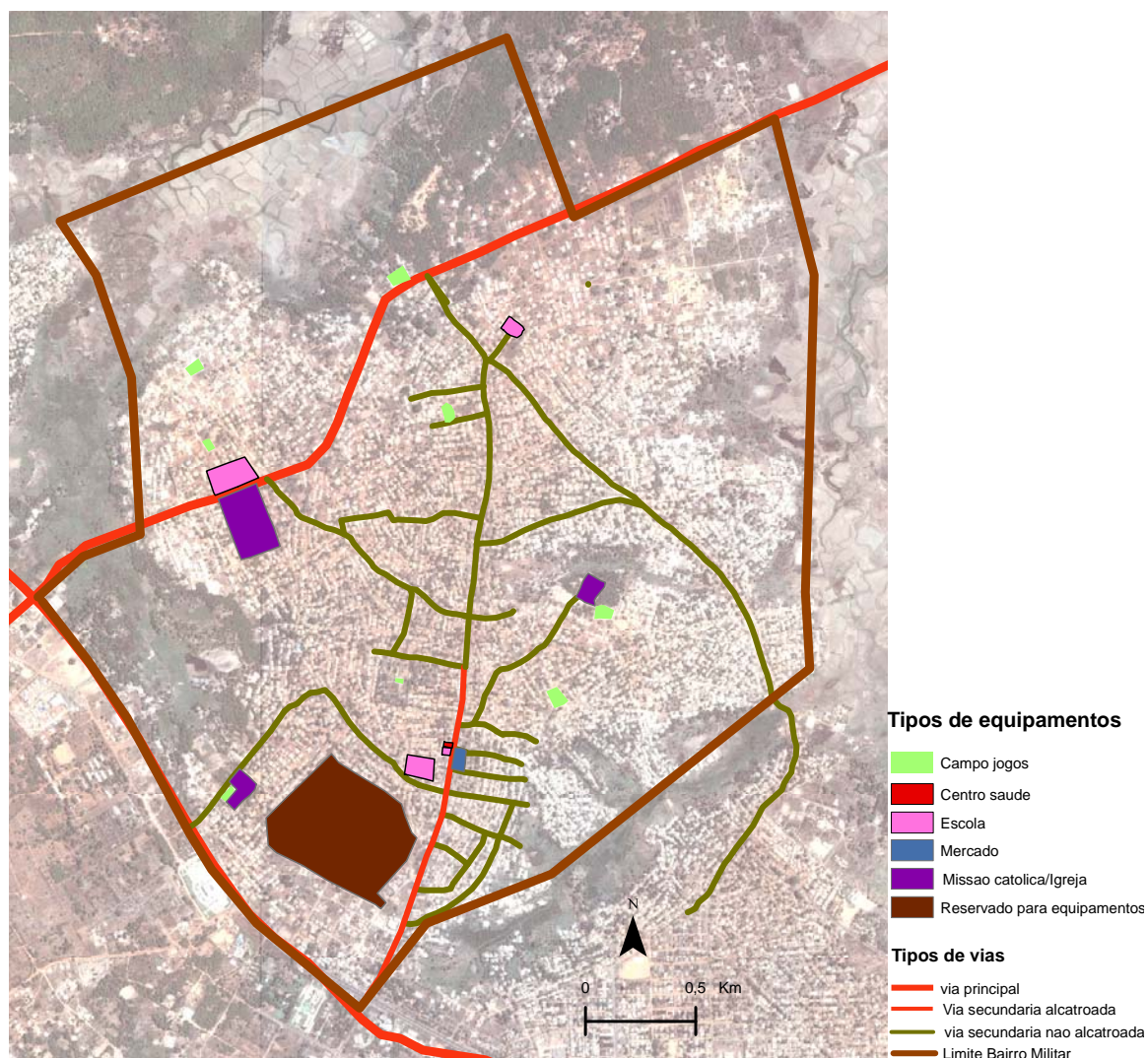


FIG 31 Distribuição espacial dos principais equipamentos no Bairro Militar

Fonte: levantamento da autora

Como vemos na figura 31, para além da falta de infra-estrutura, existe ainda uma má distribuição espacial destas. A maioria localiza-se ao longo da principal via do Bairro.

No que respeita à rede viária, o bairro é delimitado por duas importantes vias da cidade de Bissau: a via que liga o centro da cidade ao aeroporto (Avenida Combatente da Liberdade da Pátria, antiga Avenida 14 de Novembro), é a mais importante da cidade, principal entrada e saída do e para o interior do país; e a via Volta de Bissau em terra batida, atravessa em parte o bairro, limitando-o a norte (ver fig. 32).



FIG 32 Principais vias da cidade de Bissau (A) Avenida Combatente da Liberdade da Pátria (Antiga Avenida 14 de Novembro) (B) Estrada de Volta de Bissau

A via volta de Bissau, ligando toda a cidade de Bissau foi muito importante no período colonial, sendo então utilizada sobretudo para fins militares. Actualmente, em terra batida, a sua importância diminuiu mas serve ainda de acesso ao bairro e à circulação dos veículos pesados. A revisão do Plano Geral Urbanístico de Bissau (MOPCU, 2005), propõe nesta via, na zona da antiga pedreira, o terminal de transporte interurbano de Bissau.

Internamente, o bairro apresenta uma rede viária precária, como mostra a figura 33. É servido apenas por uma via alcatroada que começa a partir da entrada do bairro até à curva da SOME¹⁹, num troço com cerca de 1,5 km. Esta é a via mais importante que atravessa o bairro pois é ao longo dela que se localiza a maior parte dos equipamentos e serviços do bairro, duas escolas públicas, um centro de saúde, várias farmácias, uma mesquita, um mercado e também diversas oficinas de serralharias, carpintarias, e de transformação de cana de bambu. É também ao longo dela que se desenvolve o comércio de rua praticado principalmente pelas bideiras, que vendem sobretudo produtos alimentares, em barracas ou na parte de frente das habitações pagando em alguns casos, uma contribuição para poderem praticar a venda.

¹⁹ Sociedade Metropolitana de Construções S.A

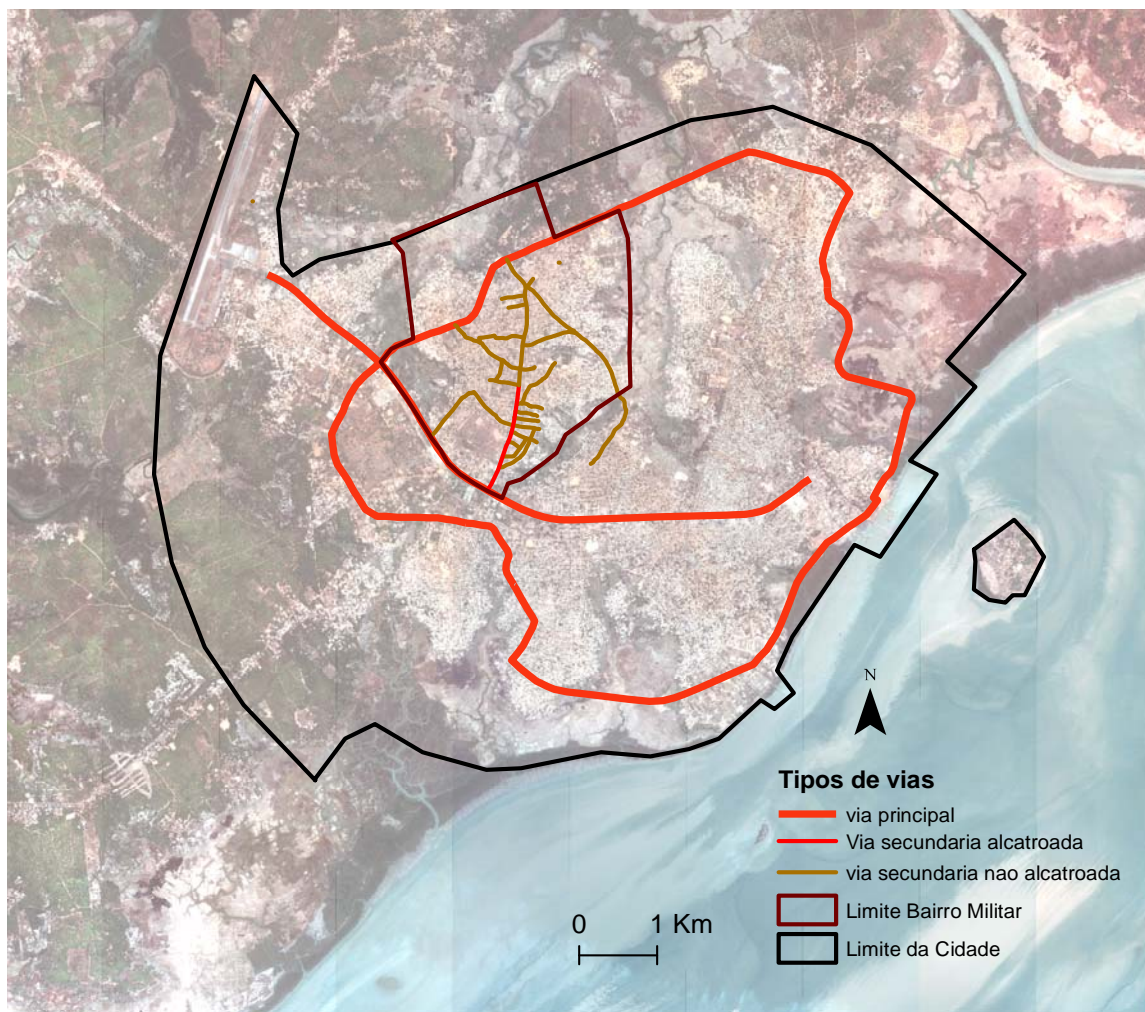


FIG 33 Distribuição espacial das principais infra-estruturas no Bairro Militar em 2009

Fonte: levantamento da autora

Existem outras vias secundárias, de terra batida, no geral de má qualidade, que dão acesso aos principais equipamentos e serviços (escolas, centro de saúde, igrejas e sedes das associações locais) existentes nos sub-bairros ou ligam às vias principais. Existe ainda um número considerável de vias locais, ou caminhos, que dão acesso às habitações, e que são geralmente intransitáveis por veículos motorizados. Tal como as vias secundárias do bairro, necessitam urgentemente de melhorias. Na época das chuvas algumas dessas vias sofrem particularmente de erosão, tornando-se intransitáveis e dificultando mesmo a deslocação das pessoas à pé.

A rede de transportes públicos é praticamente inexistente em Bissau, apenas existindo uma empresa de transporte público que funciona precariamente e opera no Bairro Militar. A população recorre sobretudo ao transporte colectivo privado, os toca-tocas, carrinhas

pintadas a azul e branco cujo espaço é bem rentabilizado pois embora a lotação seja de nove lugares sentados, transporta muita vezes até vinte pessoas. Cada viagem custa 100 francos CFA (moeda única da África Ocidental) independentemente do trajecto. Quando é necessário mudar de transporte paga-se um novo bilhete.

Existem várias carreiras de toca-tocas que servem a maior parte dos bairros de Bissau. Comparativamente com outros bairros periféricos de Bissau, o Bairro Militar é bem servido pelos toca-tocas, que circulam até às 22 horas. Todavia os toca-tocas não chegam à maioria dos sub-bairros. É o caso de Bsaque, onde as vias são de difícil circulação. Para além destas carrinhas existem também táxis colectivos que devido ao mau estado das vias circulam apenas na via alcatroada até a curva da SOMEK (fig. 33).



FIG 34 Avenida principal do Bairro Militar. (A) e (B) área próxima do mercado. (C) fim da via alcatroada (D) entrada do Bairro Militar

3.5 Infra-estruturas básicas: água e saneamento

De acordo com as entrevistas à população e aos responsáveis das ONGs locais e associações do bairro, a maioria aponta o abastecimento de água potável como a principal carência dos habitantes do Bairro Militar.

Segundo o inquérito realizado pela ONG AIFA/PALOP em 2001, apenas 3% da população do bairro tinha, nessa data, acesso a água canalizada. A maioria dos moradores (mais de 80%) abastecia-se através de poços tradicionais, próprios ou de vizinhos como mostra a figuras 35. A água é retirada do poço com baldes atados a uma corda, em condições precárias de higiene. A maioria da água consumida encontra-se contaminada não sendo própria para consumo o que favorece a contracção de doenças infecciosas. Além do mais existem poucos poços no bairro. Em Dezembro de 2008, a AIFA realizou um inquérito onde constatou que existiam no bairro apenas 183 poços tradicionais e seis fontanários para um total de 88 754 habitantes, ou seja, cada unidade serve em média 470 pessoas, correspondendo a cerca de 60 famílias que vivem condicionados pela falta de água, sendo a situação mais grave a do sub-Bairro de Bsaque, onde alguns poços estão secos e sem água.

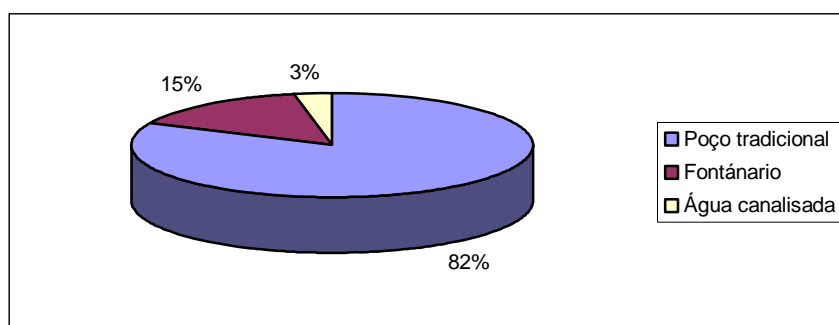


FIG 35 Abastecimento de água.

Fonte: AIFA PALOP 2001

São sobretudo as mulheres que transportam a água, tendo muitas vezes de percorrer grandes distâncias – podem chegar a ter de percorrer mais de 3 km para conseguir ter acesso à água dos poços. Muitas vezes elas são auxiliadas pelos filhos, como mostra a figura 36.



FIG 36 Abastecimento de água

Fonte: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com>

/2010/01/guine-6374-p5586-ser-solidario-49.html

Muitas famílias preocupadas com a questão da saúde utilizam lixívia para desinfectar a água antes de ser consumida, outras utilizam um pano para filtrar a água e as de maior rendimento têm filtros nas suas habitações. As famílias mais carentes não têm meios para tratar a água, ficando mais vulneráveis à contracção de doenças. Recorda-se que o problema da falta de água não se restringe ao Bairro Militar, sendo um problema que afecta toda a cidade.

Também não existe no bairro uma rede de esgotos. As águas residuais são despejadas nos quintais ou mesmo nas vias. As condições de saneamento básico são muito más. De acordo com o inquérito feito pela AIFA em 2001, cerca de metade das famílias utiliza a latrina - cerco-, uma fossa pavimentada no topo, com uma abertura, num recinto vedado com sebe ou chapa para privacidade. Cerca de 28% dos residentes utiliza a latrina melhorada²⁰, graças a um projecto desenvolvido pela AIFA, Os poços e as latrinas estão muitas vezes lado a lado, o que levanta um problema de saúde pública. Muitas doenças, como a cólera e a febre tifóide, estão associadas a este facto (fig. 37).

²⁰ Consiste na abertura de uma fossa revestida com recurso a materiais locais como por exemplo estacas na qual se colocam lajes de betão atravessando a cova.

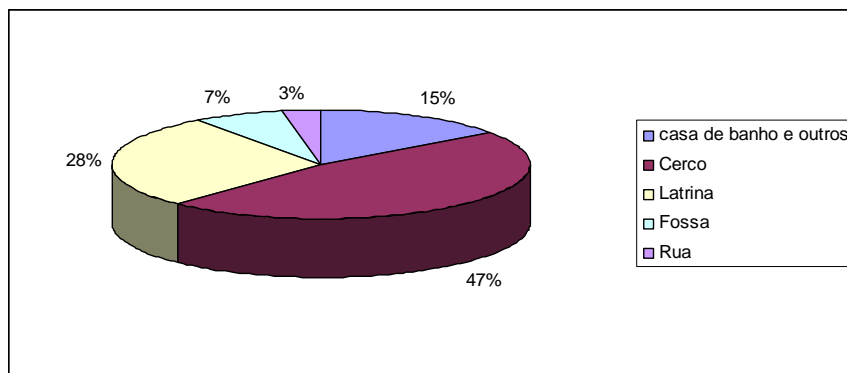


FIG 37 Tipo de saneamento existente no Bairro Militar em 2001.

Fonte: AIFA PALOP 2001

A recolha e tratamento do lixo que deveria ser da responsabilidade da CMB, estão a cargo dos moradores. Em alguns casos são enterrados nos quintais, ou amontoados nas vias, em crateras abertas pela erosão ou em alguns casos despejados nas próprias vias constituindo uma das grandes preocupações das populações e dos actores locais (fig. 38).



FIG 38 Estado de algumas vias do bairro

Relativamente à electricidade, na cidade ela é fornecida pela Empresa de Electricidade e Águas de Bissau (EAGB), mas no bairro ela é praticamente inexistente. Os sub-bairros Militar e Penha são os que estão melhor servidos pela rede eléctrica. Está a decorrer o processo de electrificação em toda a cidade de Bissau, que deverá incluir o Bairro Militar e seus sub-bairros.

3.6 Crescimento habitacional e tipo de construções

Referimos anteriormente que o terreno onde hoje se situa o Bairro Militar, estava outrora, coberto de vegetação natural. Com a construção das 52 habitações para os militares em 1967, esse pequeno núcleo de casas passou a ser designado de Bairro Militar. A figura 39 mostra a evolução da ocupação.

Apesar da falta de dados estatísticos por parte do INEC sobre o número preciso de alojamentos em 1979, as fotografias aéreas recolhidas de 1976, 1989 e 2009 e posteriormente trabalhadas pela autora, mostram claramente a expansão habitacional do bairro nestes trinta anos. A densidade de ocupação é mais elevada próximo das vias, e mais dispersa nas áreas próximas às bolanhas.

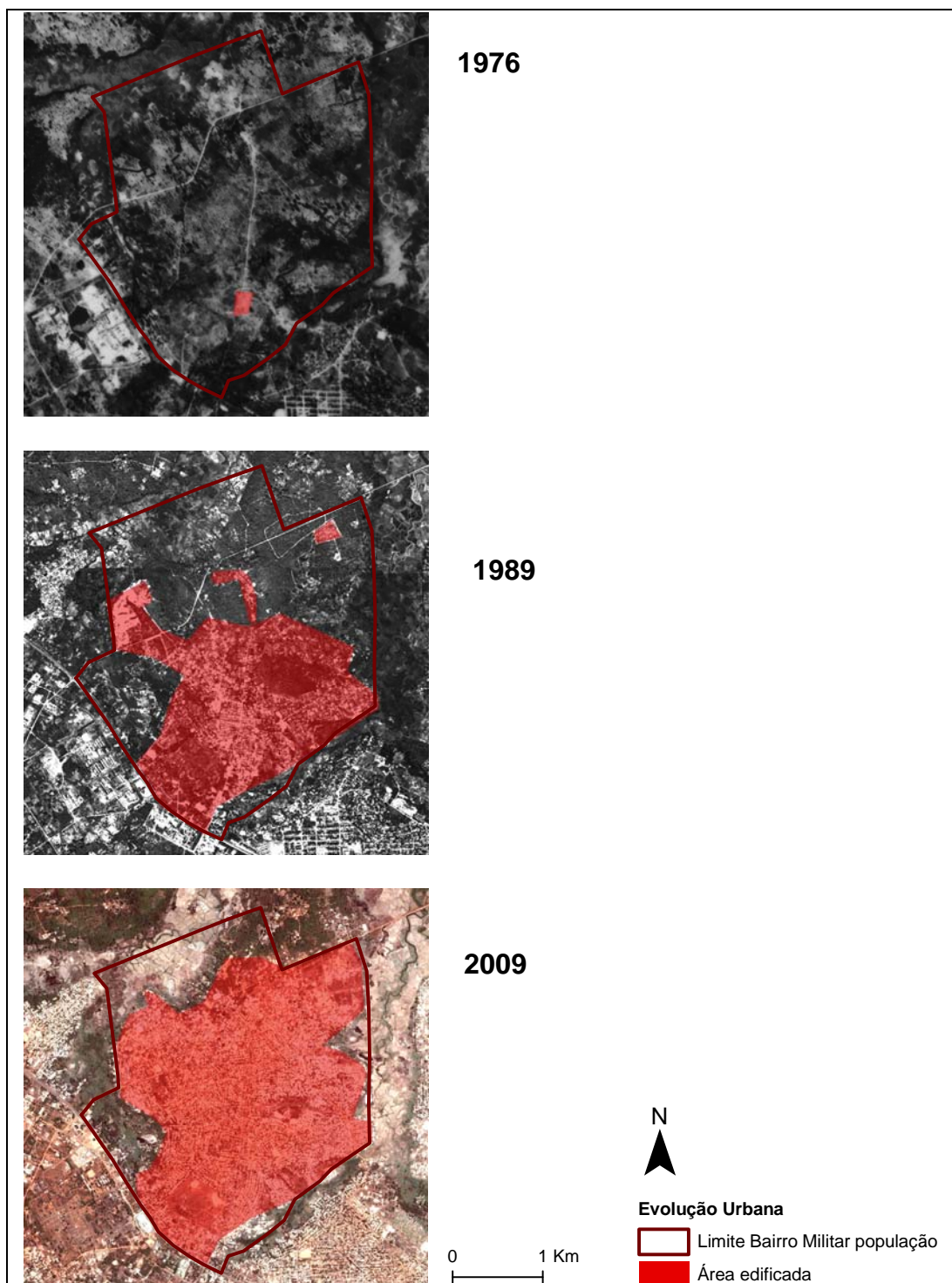


FIG 39 Evolução urbana do Bairro Militar entre 1976, 1989 e 2009

Fonte: Levantamento da autora

A morfologia urbana e o tipo de construções são marcados pelo *habitus* rural. A maioria das casas é de “construção precária”, termo que designa na Guiné-Bissau às construções em adobe, taipa e *quirintin*²¹. De acordo com o recenseamento feito pela ONG AIFA PALOP em 2001, 95 % das habitações do Bairro Militar eram de adobe seco ao sol, sem alicerces ou fundações e geralmente cobertas de zinco (87%) ou palha (12%), como mostram as figuras 40,41e 42.

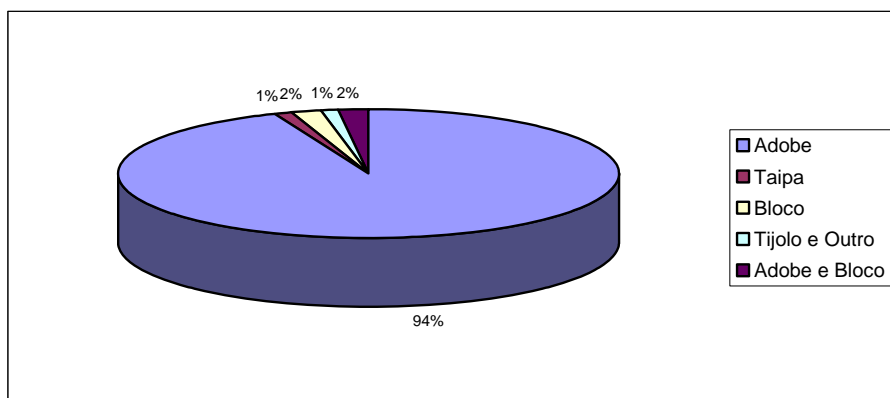


FIG 40 Materiais de construção das habitações no Bairro Militar.

Fonte: AIFA PALOP 2001

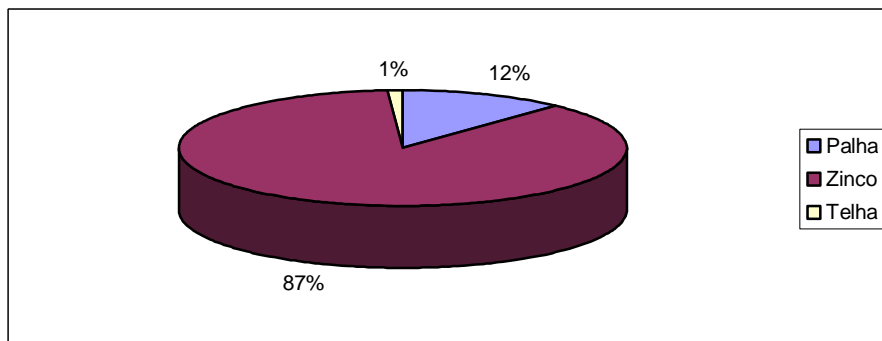


FIG 41 Tipo de cobertura das habitações no Bairro Militar.

Fonte: AIFA PALOP 2001

²¹ Material derivado de bambu

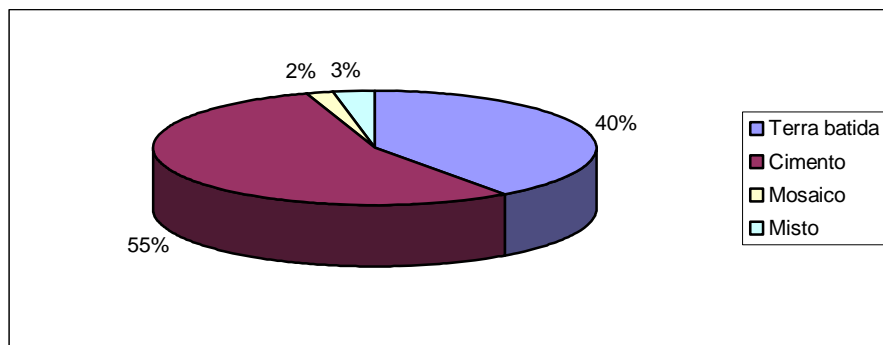


FIG 42 Tipo de pavimentos das habitações no Bairro Militar.

Fonte. AIFA PALOP, 2001

Relativamente à tipologia habitacional observa-se a influência do modelo tradicional da casa das aldeias, localmente designadas de *tabancas* mas também do modelo de moradia importado da Europa (sobretudo de Portugal). As casas de tipo popular têm em regra apenas um piso são geralmente rectangulares com 4 a 6 quartos e cobertura de 4 águas cobrindo uma varanda na frente e nas traseiras que protege as paredes das águas da chuva, como vemos na figura 43-A. Na maior parte dos casos, o espaço da varanda é utilizado: sobretudo pelas mulheres, nas traseiras servindo de cozinha, e na frente, sobretudo pelos homens, servindo de espaço de estar.

As mulheres *bideiras* utilizam a varanda de frente para pequeno comércio. É também nas varandas que os homens instalam algum dos seus ofícios (carpintaria), ou serviços (alfaiataria). A organização e utilização do interior das casas varia consoante a etnia.

As habitações do núcleo inicial – o sub Bairro Militar –, tinham planta rectangular com varanda a proteger do sol e da chuva, paredes de adobe e cobertura de zinco, tal como nos outros bairros sociais construídos na altura (Santa Luzia e Bairro de Ajuda). Na proximidade deste núcleo de origem colonial podemos encontrar outras “habitações melhoradas”, construídas posteriormente já depois da independência, com autorização da Câmara Municipal de Bissau e com uma tipologia semelhante às do núcleo inicial.



FIG 43 Tipologia de habitação predominante no Bairro Militar. (A) habitação do núcleo inicial (B) habitação melhorada no sub-bairro Militar

A maioria das casas não possui casas de banho no interior. A casa de banho – latrina, quartinho ou cerco – localiza-se em regra no exterior da casa e um pouco distanciada, geralmente no fundo do talhão, sendo vedada com quirintin ou chapa de zinco. Em alguns casos, uma unidade sanitária serve várias famílias, como vemos no exemplo da figura 44.



FIG 44 Latrinas exterior. (A) em zinco (B) em *quirintin*

Nesta zona do Bairro Militar podemos encontrar outro tipo habitacional: a moradia unifamiliar de características mais urbanas e ocidentais (ver fig. 45). Estas habitações na sua maioria estão equipadas com casas de banho, água canalizada, electricidade e telefone fixo.

Em várias áreas no bairro grande parte das habitações de tipo popular, são precárias construídas com adobe e cobertura de palha. A maioria destas habitações abriga uma

população de muito poucos recursos, sobretudo os imigrantes recém-chegados (rurais e estrangeiros vindos dos países vizinhos). Nestes casos, a ocupação do terreno ocorre inicialmente de forma ilegal recorrendo os seus usufrutuários ao apoio da ONG AIFA PALOP, para a regularização da situação perante a Câmara Municipal de Bissau.



FIG 45 Tipologia habitacional predominante no sub bairro da Penha

3.7 Malha urbana e uso do solo

Apesar da origem do Bairro Militar ter sido planeada, posteriormente, ainda antes da independência expandiu-se de forma desordenada. A maior parte do seu território, caracteriza-se actualmente, por uma malha urbana orgânica, correspondendo a um processo de construção sem plano, em função das necessidades dos habitantes. Em muitas zonas do bairro, as habitações estão muito próximas uma das outras, tendo mesmo sido construídas, nalguns casos, nas vias de acesso.

Podemos identificar claramente no bairro duas áreas planeadas que apresentam uma malha mais regular: o sub-bairro Militar e o sub-bairro Penha que se localiza logo à entrada do Bairro Militar.

O sub-bairro Militar é a zona onde se concentra a maior parte dos poucos equipamentos/infra-estruturas existentes – mercado, escolas, clínicas, farmácias e centro de saúde – e pode ser considerada “área urbana consolidada e desqualificada”. Dentro do sub-bairro Militar existem outras habitações construídas nos anos 1980, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Bissau, que apresentam a mesma configuração das primeiras casas dos militares e cuja malha urbana é também regular.

A configuração da malha urbana do sub-bairro de Penha é muito bem organizada, apresentando-se como “área urbana nova e qualificada”, com habitações de construção dita

definitiva, cujos proprietários são pessoas de maiores recursos financeiros entre os quais empresários e ex. ministros sendo por isso conhecida como “bairro dos ministros”.

Apesar do seu núcleo original ter sido planeado, inclui-se o Bairro Militar na categoria de bairro informal (com excepção desta área qualificada do sub-bairro Penha), pela sua ocupação dita espontânea, pela falta de infra-estruturas e de equipamentos e pela precariedade da maioria das suas habitações apesar de notável investimento dos seus moradores na melhoria das construções.



FIG 46 Malhas urbanas (A) núcleo original; (B) sub-bairro de Penha; (C e D) outras malha (são as predominantes no bairro).

No que respeita ao uso do solo, a maior parte da área construída do bairro tem uso habitacional, existindo muitos espaços livres que poderão ser utilizados para equipamentos colectivos. Existe ainda uma percentagem elevada (quando comparado com os bairros mais próximos do centro da cidade) de área verde de produção destinada a agricultura e a pastagem onde se incluem as bolanhas e as hortas que têm um peso muito importante para o sustento familiar.

A rápida expansão urbana do Bairro Militar, como anteriormente referido, não foi acompanhada pelo aumento do emprego, nem por programas de implementação de infra-

estruturas, nem de políticas que visem a sua requalificação. Abordamos de seguida os requisitos para uma estratégia de qualificação do bairro.

3.8 Papel dos actores intervenientes no bairro e resultados/avaliação das suas acções

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do Mundo, tendo sofrido nos últimos anos várias crises sociais e económicas agravadas sobretudo com o conflito militar de 7 de Junho de 1998 e com a instabilidade político-militar que o país tem vindo a assistir na última década.

Como vimos anteriormente, os serviços educativos e serviços básicos de saúde são no geral muito deficientes e o Estado não tem conseguido satisfazer as necessidades básicas da população. É neste contexto de ausência da intervenção do Estado que, nos finais da década de 1980, início de 1990, com a liberalização da economia e com a abertura política surgem na Guiné Bissau, como em outros PALOPs (Raposo e Ribeiro 2007), as organizações da sociedade civil como alternativas à governancia (ONGs, Caritas, associações locais).

As ONGs surgiram através do Decreto-Lei nº 23/92 que regulamenta a sua criação, tendo o seu número aumentado na Guiné-Bissau nestes últimos anos, procurando responder sobretudo aos problemas de carácter social e ambiental. Existem várias ONGs que trabalham em prol do desenvolvimento na Guiné-Bissau. As três principais são: AIFA PALOP, AD e Tiniguena.

No nosso estudo de caso identificámos em 2009 várias organizações que trabalhavam no bairro: a ONG AIFA PALOP que trabalha em prol do desenvolvimento do Bairro Militar; as congregações religiosas que também desempenham um papel importante na melhoria de qualidade de vida dos habitantes do bairro, sobretudo através das Caritas paroquiais no caso da igreja católica; as associações locais. Há também a sublinhar os privados cujas acções têm vindo a crescer e a contribuir para o desenvolvimento do bairro.

Após o conflito militar de 1998 trabalhavam três ONG no Bairro Militar: AIFA PALOP, Núcleo de Apoio ao Crédito e o Internacional Comité, que intervém nos países em conflito. Neste momento apenas a AIFA PALOP continua a trabalhar no bairro.

A AIFA (Associação para a Investigação e Formação, orientada para a população dos PALOP), foi fundada a 6 de Dezembro de 1995 por 5 países. O seu objectivo principal é

promover a participação da população, ou seja dar voz à população, através de formação, investigação e assistência técnica.

A AIFA tem a sua sede social no Bairro Militar desde 2003 e uma filial em Buba, no Sul da Guiné-Bissau. Nos primeiros quatro anos após a sua fundação, esta ONG dedicou-se sobretudo a consultoria. Actualmente tem desenvolvido várias actividades no bairro com o objectivo de melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. As principais áreas de intervenção da AIFA são a população e o ambiente. Os seus principais parceiros são a Solidarité Socialiste (Bélgica), o Ayuntamiento del Elx, IEPALA (Espanha), o IPAD, o CIDAC e a ACEP (Portugal), a ESSOR (França), e o BANCO MUNDIAL.

Segundo um dos fundadores da AIFA PALOP, Dr. Braima Dabó, no início do seu funcionamento, era difícil fazer parcerias porque as actividades e as áreas de intervenções eram impostas às ONGs. Havia vários critérios formulados a priori, e havia gestores de projectos que recebiam salários exorbitantes. Actualmente não tem havido grandes dificuldades nas parcerias. Uma das dificuldades que ainda persiste é a instabilidade política do país. Cada vez que há um novo conflito o financiamento é cortado sem que o projecto esteja terminado; isto aconteceu várias vezes, por exemplo, com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, IPAD. A dificuldade maior que a AIFA PALOP enfrenta é sobretudo a oscilação de projectos: alturas com muitos projectos e outras sem nenhum projecto financiado. Outro dos problemas é a falta de recursos financeiros e humanos. Os seus dirigentes trabalham por solidariedade à população, sem salário fixo nem seguros. Dependem unicamente de projectos financiados.

A AIFA PALOP tem apostado num relacionamento estreito com os moradores e suas associações, promove acções das associações locais, estabelece parcerias com as associações e Caritas e apoia a criação de redes. Tem dado um contributo muito importante para o desenvolvimento do bairro, sobretudo na visibilidade positiva, contrariando a percepção de bairro violento, que resultava de atritos entre os próprios moradores.

Actualmente o bairro é conhecido pela sua dinâmica associativa, pela organização de eventos como o Carnaval, actuações de jovens músicos e outras actividades, que contam com o apoio da AIFA PALOP. Muitas mulheres beneficiaram de créditos para iniciarem os seus negócios, também graças ao apoio da AIFA PALOP. Foi criada a associação de mulheres comerciantes (ACOBAM), com a ajuda da AIFA PALOP. Muitos turistas visitam o bairro também graças às actividades da AIFA.

A AIFA apoiou ainda construção de um centro de saúde comunitário no sub- bairro de São Paulo que assiste as grávidas, presta serviço de urgência e é gratuito. Este centro é

conhecido como centro de saúde da AIFA. Devido ao crescimento acelerado do bairro, o centro de saúde tem tido dificuldades em responder a todas as necessidades da população.



FIG 47 (A)Sede Social AIFA PALOP (B)Centro de Saúde São Paulo

As congregações religiosas existentes no bairro desempenham igualmente um papel importante no desenvolvimento do Bairro Militar e na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Elas não servem apenas de apoio espiritual, local de culto ou de difusão da fé mas são também espaços de sociabilização e prestam apoio aos mais pobres.

Na paróquia de Brá existem grupos que reúnem uma vez por semana, rezam o terço alternadamente em casa de cada membro do grupo, sociabilizam através de encontros e retiros, participam em actividades como coros musicais, fazem visitas aos doentes e colaboram na integração dos imigrantes²².

Para além destas actividades, a Caritas da paróquia de Brá presta serviço aos mais necessitados que, segundo um dos responsáveis, Frei Galiano, constituem uma elevada percentagem dos paroquianos residentes. As Caritas funcionam com os seus próprios meios com ajudas dos próprios paroquianos, e em parceria com as Caritas diocesanas. As principais áreas de intervenção são a distribuição dos bens alimentares, roupas e medicamentos. Depois do conflito militar de 1998, as Caritas diocesanas através dos seus parceiros internacionais conseguiram também financiamento para resolver outros problemas como a reconstrução de casas atingidas durante o conflito.

²² A missa dominical é celebrada em inglês para os imigrantes vindos da Nigéria, Libéria e Serra Leoa.

As congregações religiosas desempenham igualmente um papel importante na educação. Existem duas congregações, ambas têm uma escola associada. Em Brá as irmãs franciscanas de Cristo Rei têm um jardim-de-infância e no sub-bairro de São Paulo as Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo administram a escola básica de São Paulo. Existem ainda, como já referimos, quatro escolas corânicas ligadas à religião muçulmana.

Para além da igreja católica existem no bairro outras igrejas cristãs como a Assembleia de Deus e a Igreja Adventista do Sétimo Dia, entre outras, que igualmente prestam apoio social aos seus crentes.

Para além dos líderes religiosos, importa referir o papel dos líderes tradicionais no Bairro Militar. Cada etnia tem um chefe tradicional, ou régulo, que a representa. O chefe dos pepeles, por exemplo, tem como competência a resolução de conflitos fundiários, a celebração de casamentos e de cerimónias tradicionais (fúnebres e culturais). Por outro lado, alguns dos líderes são curandeiros e encarregam-se de curar as doenças dos membros das suas respectivas etnias.

Uma outra organização importante no bairro é a Associação dos Moradores do Bairro Militar (AMBM), criada em 1996, com a finalidade de resolver os problemas do bairro, nomeadamente a gestão e organização do bairro, contando com treze zonas que correspondem aos sub-bairros. Em cada zona a associação é representada por dois delegados.

No sub-bairro Bsaque, foi criada, no início da década de 1990, a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro de Bsaque, (AMABBE) cujo objectivo é a sensibilização dos jovens e da população em geral para a organização do bairro e a sua defesa contra os delinquentes. Esta associação tem desenvolvido várias actividades em prol do desenvolvimento do sub-bairro Bsaque: acções de limpeza do bairro, representação da população junto das autoridades locais (Câmara Municipal de Bissau / CMB), organização de grupos de solidariedades (abotas)²³ entre outras.

Depois do conflito militar de 7 de Junho de 1998, essa associação fez uma parceria com o governo para a fiscalização de materiais de construção (zinco, *cibes*²⁴) para a reconstrução de algumas casas destruídas durante o conflito militar. Graças à colaboração da AMABBE, muitos habitantes do bairro puderam reconstruir a sua casa.

²³ Sistema de poupança e de crédito mútuo rotativo

²⁴ Troncos de palmeira partidos de forma longitudinal.

Ainda no sub-bairro Bsaque foi recentemente criada, em 2008, a Associação de Jovens para o Desenvolvimento do Bairro Bsaque (AJUPRODEBE). Segundo um dos jovens entrevistados, a primeira acção da associação foi o combate à delinquência, através da organização de campeonatos de futebol para entreter os jovens. Em 2009, a associação lançou um desafio a alguns jovens e moradores no sentido de participarem no arranjo e recuperação das vias do bairro de Bsaque que se encontravam em péssimo estado, tendo tido uma resposta positiva. A Câmara Municipal de Bissau facultou uma viatura e algum material e com o apoio dos moradores a associação conseguiu melhorar o estado das vias.

Existem ainda no Bairro Militar vários grupos de solidariedade ou *mandjuandadi* que funcionam de acordo com a idade, desenvolvendo actividades de *abota*. Este tipo de actividade contribui para os seus membros realizarem as poupanças ao mesmo tempo que serve para aumentar os seus rendimentos. São grupos constituídos na sua maioria por mulheres. Para além de desenvolverem actividades económicas, também organizam encontros de carácter cultural.

O Comité do Bairro é outra organização da sociedade civil existente no Bairro Militar com o objectivo de resolver conflitos entre os moradores e transmitir as necessidades dos moradores às autoridades locais (Câmara Municipal de Bissau, Governo). Ou seja, o Comité do Bairro serve de intermediário entre os poderes públicos e a população residente. Fazem parte do Comité cinco pessoas. O presidente é eleito de 4 em 4 anos através de voto secreto. O comité trabalha em colaboração com as outras associações existentes no bairro e mobiliza a população sobretudo para a limpeza do bairro. De acordo com o actual presidente do Comité do Bairro, Sr. Aladje Conhadje, o centro de saúde público voltou a funcionar graças ao financiamento que o Comité do Bairro conseguiu de uma ONG senegalesa.

Considerando os recursos limitados destas diferentes organizações que trabalham no bairro e a consequente limitação das suas acções, o impacto das suas acções é muito positivo e demonstra o papel cada vez mais importante que as organizações da sociedade civil vêm desempenhando no desenvolvimento local e especificamente do Bairro Militar, na ausência de políticas públicas do governo central e municipal.

Capítulo 4 – Construção de uma estratégia de qualificação do Bairro Militar

A partir da recolha e análises de dados ao nível bibliográfico, cartográfico e no terreno, elaboramos um diagnóstico SWOT participativo com os actores locais, que contribuiu para a estruturação de um panorama prospectivo.

4.1 Diagnostico SWOT participada

O diagnóstico SWOT é uma ferramenta desenvolvida por Kenneth Andrews e Roland Christensen, dois professores da Harvard Business em meados da década de 1960, inicialmente utilizada no campo empresarial, e actualmente aplicada ao Planeamento e Gestão. Permite sintetizar numa tabela a análise de situação e prospectiva sobre um território, constituindo uma base para a apresentação de propostas.

Na análise SWOT identificam-se os pontos fortes e pontos fracos (diagnóstico da situação), as potencialidades e as ameaças (diagnóstico prospectivo) de um determinado território. O objectivo é a definição de estratégias que no curto, médio ou longo prazo permitam minorar o que é negativo e aproveitar as características positivas identificadas tendo em conta as oportunidades e as ameaças.²⁵

Para melhor compreensão do Bairro Militar e conclusão da análise realizada recorremos a esta ferramenta, tendo sintetizado os pontos fortes e fracos (diagnóstico da situação) do bairro. Numa perspectiva interactiva, incluímos neste exercício uma dimensão participativa, tendo discutido o diagnóstico em reunião com membros das associações e da ONG AIFA PALOP. O objectivo foi a recolha de opiniões dos actores locais sobre os pontos fortes e fracos do bairro por nós identificados, assim como sobre as propostas para o seu melhoramento. Os pontos fortes e fracos foram previamente listados a partir das entrevistas feitas aos jovens residentes no bairro, a um dos fundadores da ONG AIFA PALOP, aos antigos combatentes, a alguns técnicos do Ministério das Infra-estruturas e ao presidente da Câmara Municipal de Bissau. Este diagnóstico foi apresentado e discutido, no dia 24 de Abril de 2009, na sede da ONG AIFA PALOP no Bairro Militar em Bissau. Para facilitar a discussão, no curto espaço de tempo de que dispúnhamos (uma manhã), não incluímos no

²⁵ Ver <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=2344> (consultada em Março 2009)

debate as oportunidades e ameaças (diagnóstico prospectivo), as quais elaborámos posteriormente. Com base na discussão dos pontos fortes e fracos foi possível construir, com os participantes na reunião, uma lista de melhoramentos prioritários para o bairro (ver quadro 14), tendo em conta as múltiplas dimensões como a educação, a saúde, emprego, ambiente, orientando-se nos princípios da sustentabilidade e tendo como palavra-chave a participação

Durante a sessão de discussão, a população sublinhou a falta de infra-estruturas de água, electricidade e esgotos, assim como com a insuficiência de escolas e centros de saúde, uma vez que se trata de um bairro com população muito jovem e de baixa qualificação. Através da análise SWOT participada, foi possível determinar que, em termos de *infra-estruturas*, é urgente apostar na construção e melhoria das escolas, assim como na criação de um centro de formação profissional. A qualificação e dinamização do bairro requer também a construção de um centro comunitário no bairro para funcionamento das actividades ligadas ao ensino, saúde e cultura.

Do ponto de vista dos aspectos *sócio-económicos* é importante insistir na alfabetização da população sobretudo das mulheres, criar pequenos projectos económicos que promovam o bem-estar da população, nomeadamente favorecer o acesso a micro-credito, e apostar na segurança e na limpeza do bairro como forma de melhorar a saúde pública.

No que respeita aos aspectos *urbanísticos*, sublinha-se a importância de reurbanizar o bairro, o apoio à reabilitação das habitações nomeadamente no que respeita a cobertura das casas (a cobertura de zinco), embora pouco ecológica, dura várias décadas, enquanto que a cobertura a palha tem que ser renovada anualmente.

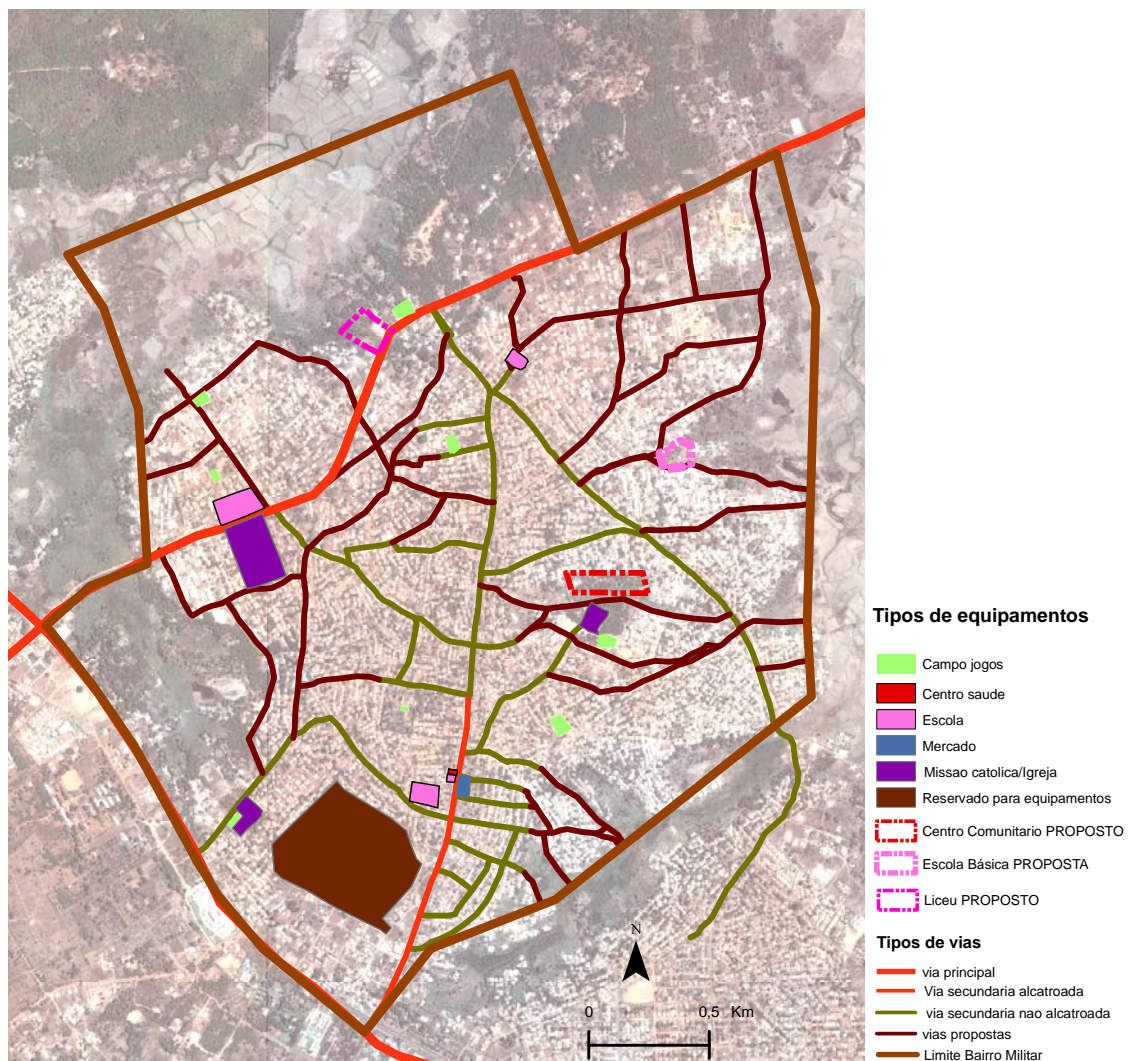


Fig 48 Vias e equipamentos existentes e propostos

QUADRO 14 Diagnóstico de situação e propostas de melhoramentos resultantes da reunião de bairro

	Pontos fortes	Pontos fracos	Propostas de melhoramento
Equipamentos - infra-estruturas	Centros de saúde (em termos de funcionamento)	<p>Insuficiência de infra-estruturas básicas:</p> <p>Água: contaminada, longa distância, conflitos</p> <p>Energia eléctrica</p> <p>Acessos deficientes: vias estreitas e sem qualidade</p> <p>Esgotos inexistentes</p> <p>Acumulação de lixo nas ruas, falta de recolha pela Câmara</p> <p>Insuficiência de equipamentos básicos:</p> <p>Jardins-de-infância</p> <p>Escolas (longa distância, as existentes são na sua maioria privadas)</p> <p>Liceus</p> <p>Centros de saúde</p> <p>Esquadras de polícia</p> <p>Falta de equipamentos:</p> <p>Centro de formação profissional</p> <p>Espaços desportivos</p> <p>Rádio Comunitário</p> <p>Insuficiência de transportes colectivos</p>	<p>Melhoramento/construção de infra-estruturas:</p> <p>Construção de novo mercado</p> <p>Criação de espaço jovem para actividades culturais e recreativas (com biblioteca e campo desportivo)</p> <p>Melhoria de vias existentes e abertura e alcatroamento de novas vias</p> <p>Construção de poços/furos/fontanários</p> <p>Construção de escolas (sobretudo liceus e centros de formação profissional)</p> <p>Abertura de mais centros de saúde</p> <p>Criação de orfanatos</p> <p>Melhoria do saneamento (construção de latrinas melhoradas)</p> <p>Instalação de rede de electricidade</p> <p>Quartéis de bombeiros</p> <p>Carro de recolha e tratamento de lixo (envolver a Câmara Municipal)</p>
Aspectos socioeconómicos	<p>Intensa actividade económica informal (comércio, serviços e actividades produtivas) nalguns sub-bairros</p> <p>Existência de espaços verdes onde as mulheres praticam a horticultura (bolanhas)</p> <p>Imigrantes: apoiam a economia do bairro (pagam a renda e apoiam a formação profissional dos guineenses)</p> <p>Participação da comunidade no melhoramento do bairro</p>	<p>Falta de actividades económicas formais</p> <p>Insuficiência de actividades informais em alguns sub-bairros</p> <p>Desemprego e baixo nível de rendimento</p> <p>Salários pagos irregularmente</p> <p>Analfabetismo</p> <p>Migração/Emigração ilegal</p> <p>Plataforma/Falsificação de dinheiro</p> <p>Insegurança</p> <p>Violência e delinquência</p>	<p>Acesso a micro-crédito</p> <p>Projecto para fixação da população</p> <p>Alfabetização, sobretudo de mulheres</p> <p>Mais colaboração de moradores com a polícia para garantir a segurança de todos</p> <p>Projecto para troca de armas, contra ferramentas de trabalho</p>

	<p>Fortes laços de solidariedade familiar e de vizinhança</p> <p>Convivência entre varias etnias</p> <p>Coexistência de várias religiões</p> <p>Elevado número de jovens</p> <p>Número de telemóveis</p>	<p>Trafico e consumo de drogas (liamba, wargá, álcool)</p> <p>Grande quantidade de armas nas mãos dos civis</p> <p>Centro de refúgio dos malfeitores</p> <p>Falta de colaboração dos moradores</p> <p>Mau nome do bairro</p>	
Aspectos urbanísticos e habitacionais	<p>Localização geográfica do bairro:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Perto da principal via da cidade e da via volta de Bissau -Perto do novo centro -Perto das bolanhas <p>Existência de espaços verdes produtivos, onde as mulheres praticam a horticultura (bolanhas)</p>	<p>Bairro desorganizado em termos urbanístico;</p> <p>Precariedade e degradação de algumas habitações</p>	<p>Reabilitação/recuperação das habitações.</p> <p>Reurbanização (incluindo o fecho das valas)</p> <p>Apoio à construção de habitação e à cobertura com zinco (parceria com a Câmara e Ministério das Infra-estruturas)</p>
Aspectos organizativos	<p>Participação da comunidade no melhoramento do bairro</p> <p>Colaboração com outras entidades</p> <p>Presença de Caritas</p> <p>Presença da ONG AIFA PALOP</p>	<p>Falta de meios financeiros para a concretização de algumas acções</p>	

A partir do diagnóstico realizado em parceria com a população, esboçamos posteriormente o diagnóstico prospectivo, e algumas medidas e acções a desenvolver no bairro, desenvolvidos nos pontos 4.2 e 4.3.

Como oportunidades para o bairro, salientamos a sua localização geográfica (perto do novo centro de Brá, perto das bolanhas, perto da principal via de entrada e saída na cidade); a nova centralidade criada na zona de Brá traz benefícios em termos de emprego e de valorização do bairro; a revisão do PGUB de Bissau; a presença da AIFA PALOP; e o dinamismo das diversas associações locais presentes no bairro. Quanto às ameaças para o bairro destacamos: as construções recentes sem licenças e não obedecendo às regras nas áreas reservadas pelo PGUB; a segregação sócio-espacial com concentração das pessoas com maiores recursos financeiros nas habitações do sub-bairro de Penha e ao longo da via

principal do bairro; o tráfico e o consumo de estupefacientes que provocam a insegurança no bairro e má imagem.

QUADRO 15 Diagnóstico Prospectivo

Oportunidades	Ameaças
Revisão do PGUB	Construções sem regras
Localização Geográfica do bairro	Construções nas zonas verdes (bolanhas)
Nova centralidade na zona de Brá	Segregação sócio-espacial
Existência no bairro da ONG AIFA PALOP e das Caritas	Trafico e consumo de estupefacientes
Existência de associativismo e de grupos de Mandjuandade ²⁶	
Diversidade étnica e religiosa	
Grande aumento populacional e grande percentagem de jovens	

Tendo em conta o diagnóstico de situação, construído de forma participada, o diagnóstico prospectivo as propostas de melhoramento esboçadas pelos residentes na reunião no bairro, identificáramos os eixos estratégicos e as acções à desenvolver no bairro Militar, segundo a ordem de prioridade definida na reunião com a população.

1. Um Bairro Infra-estruturado
2. Um Bairro Equipado
3. Um Bairro Qualificado
4. Um Bairro Dinâmico
5. Um Bairro Seguro
6. Um Bairro Para Todos
7. Um Bairro Saudável
8. Um Bairro Verde

Com base nestes eixos estratégicos, identificaram-se as medidas e as acções a desenvolver para cada um deles. A seguir à listagem dessas medidas e acções apresenta-se, para cada medida, um conjunto de fichas, explicitando para cada uma delas sete tópicos: (1) Resumo; (1) Objectivos; (2) Acções; (3) Destinatários; (4) Vantagens para o bairro; (6) Parceiros possíveis (7) Fontes de financiamento possíveis.

²⁶ Movimento de expressão cultural, composto por indivíduos de diferentes classes sociais e grupos étnicos.

Tomou-se como referência para a elaboração desta proposta o Programa de Intervenção 2007-2011 para a Cova da Moura (Amadora) desenvolvido no quadro da iniciativa Bairros Críticos²⁷. Não incluímos nas fichas de requalificação do Bairro Militar alguns dos itens que constavam no programa da Cova da Moura – programação, resultados/impactes, ligações, metodologia e entidade responsável e recursos – dado que o propósito desta dissertação era a realização de um ensaio da aplicação desta metodologia a um bairro em contexto peri-urbano africano.

QUADRO 16 Comparação dos itens utilizados nas fichas de acção da iniciativa bairros críticos no bairro da Cova a Moura (a); e nas fichas do Bairro Militar (b)

Iniciativa Bairros Críticos Cova da Moura*	Bairro Militar
Resumo	Resumo
Objectivos	Objectivos
Acções	Acções
Programação	-
Destinatários	Destinatários
Metodologia /Implementação	-
Vantagens para o bairro	Vantagens para o bairro
Resultados / Impactes	-
Ligações	-
Parceiros	Parceiros possíveis
Entidade responsável e recursos	Fontes de financiamento possíveis

Fonte*: CMA Programa de Intervenção 2007-2011 Cova da Moura (Amadora)

4.2 Eixo estratégico, medidas e acções a desenvolver no Bairro Militar

EIXO1 – UM BAIRRO INFRA-ESTRUTURADO

MEDIDA 1.1 – Construção e melhoramento de infra-estruturas urbanas de base

ACÇÕES:

- i) Construção de furos e fontanários públicos para colmatar a falta de água;
- ii) Apoio à construção/melhoria das latrinas;
- iii) Construção de uma rede pública de esgotos;

²⁷ Operação de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos em Portugal, criada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro visando a intervenção sócio-territorial em áreas urbanas que apresentem factores de vulnerabilidade.

- iv) Instalação de rede de electricidade;
- v) Instalação de postes de iluminação pública.

EIXO 2 – UM BAIRRO EQUIPADO

MEDIDA 2.1 – Acesso a equipamentos básicos e outros serviços

ACÇÕES:

- i) Construção de um Centro Comunitário;
- ii) Construção de mais escolas: pelo menos uma escola básica em cada sub-bairro e um liceu no sub-bairro São Paulo, centros de formação profissional (nas áreas de comércio, carpintaria, cabeleireiro, etc.);
- iii) Construção de espaços jovens, para actividades culturais e recreativas (bibliotecas e polidesportivos);
- iv) Construção de um orfanato;
- v) Construção de mais um centro de saúde;
- vi) Construção de um novo mercado, no sub-bairro Bsaque, com o objectivo de criar uma nova centralidade evitando assim o “isolamento” que Bsaque tem vindo a sofrer;
- vii) Ampliação/melhoramento do actual mercado do Bairro Militar;
- viii) Construção de um quartel de bombeiros.

MEDIDA 2.2 – Acesso a outros serviços

ACÇÕES:

- i) Criação de uma Rádio comunitária;
- ii) Apoio a instalação de serviços públicos.

EIXO 3 – UM BAIRRO QUALIFICADO

MEDIDA 3.1 – Requalificar o Bairro

ACÇÕES:

- i) Projecto de reestruturação urbana e de melhoramento;
- ii) Concessão de crédito para a construção/melhoria habitacional;
- iii) Qualificação de espaços públicos existentes e criação de novos (praças e jardins).

MEDIDA 3.2 – Melhoria das Mobilidades

ACÇÕES:

- i) Reestruturação da rede viária, de forma a facilitar a circulação automóvel e pedonal dentro do bairro e a ligação aos bairros vizinhos e ao centro;
- ii) Melhoria e alcatroamento das vias secundárias existentes em particular das vias de ligação entre os sub-bairros;
- iii) Abertura de novas vias;
- iv) Melhoria da rede de caminhos pedonais.

EIXO 4 – UM BAIRRO DINÂMICO

MEDIDA 4.1 – Dinamização das actividades económicas e criação de emprego

ACÇÕES:

- i) Desenvolvimento de acções de apoio aos comerciantes;
- ii) Implementar acções de formação profissional;
- iii) Valorização do capital humano sobretudo jovem promovendo assim a sua empregabilidade dentro e fora do bairro;
- iv) Criação no bairro de uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA) cujo objectivo é facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, através de informação acolhimento e integração.

MEDIDA 4.2 – Apoio ao associativismo local.

ACÇÕES:

- i) Promoção das actividades sócio-culturais e desportivos: Carnaval, campeonatos desportivos, concursos escolares etc.
- ii) Construção e ou melhoramento das sedes das associações locais.

EIXO 5 – UM BAIRRO SEGURO

MEDIDA 5.1 – Melhoria da segurança pública

ACÇÕES:

- i) Instalação de mais esquadras de policia de forma a prevenir e combater o tráfico e o consumo de estupefacientes e os assaltos a mão armada;
- ii) formação/informação aos jovens sobre os malefícios do consumo das drogas.

EIXO 6 – UM BAIRRO PARA TODOS

MEDIDA 6.1 - Promoção de habitação publico/privado

ACÇÕES:

- i) Construção de habitação para população com um nível de rendimento mais elevados em outros sub-bairros como por exemplo em Bsaque;
- ii) Abertura de uma linha de crédito para compra de habitação.

EIXO 7 – UM BAIRRO SAUDÁVEL

MEDIDA 7.1 – Criação de um projecto de sensibilização sobre as boas práticas de higiene

ACÇÕES:

- i) Criação de um sistema de limpeza das ruas e de recolha do lixo envolvendo organizações comunitárias de base;
- ii) Campanhas de limpeza do bairro
- iii) Criação de cursos de educação cívica sobre a prevenção de doenças infecto-contagiosas (cólera, HIV/SIDA).

EIXO 8 – UM BAIRRO VERDE

MEDIDA 8.1 – Requalificação das bolanhas, manutenção das hortas e plantação de árvores

ACÇÕES:

- i) Requalificação das bolanhas;
- ii) Valorização da paisagem das bolanhas através do seu enquadramento num parque verde, o que pode constituir um potencial de lazer e recreio, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes não só do bairro como também dos bairros vizinhos;
- iii) Criação de percursos pedonais de atravessamento das bolanhas, permitindo a ligação do bairro aos outros bairros vizinhos;
- iv) Apoio à manutenção das hortas urbanas;
- v) Apoio à plantação de árvores.

4.3 Fichas de acções para a qualificação do Bairro Militar (2010)

EIXO1 – UM BAIRRO INFRAESTRUTURADO

MEDIDA 1.1: Construção e melhoramento de infra-estruturas de base:

1 RESUMO	Esta medida visa a melhoria das infra-estruturas básicas assim como da iluminação pública.
2. OBJECTIVOS	Melhorar as infra-estruturas básicas: abastecimento de água, abastecimento de electricidade, saneamento, construção de rede de esgotos e a instalação da iluminação pública nas principais vias de acesso interno.
3 ACÇÕES	i) Construção de furos e fontanários públicos; ii) Apoio à construção/melhoria de latrinas; iii) Construção de uma rede pública de esgotos; iv) Instalação da rede de electricidade; v) Instalação de postes de iluminação pública.
4 DESTINATÁRIOS	População residente no Bairro Militar.
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhor acesso às infra-estruturas básicas e serviços básicos assim como a melhoria da saúde pública.
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	Câmara Municipal de Bissau, EAGB, ONGs, Associações locais.
7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	Organizações bi e multilaterais, Câmara Municipal de Bissau.

EIXO 2 – UM BAIRRO EQUIPADO

MEDIDA 2.1: Acesso a equipamentos básicos e outros serviços

1 RESUMO	Com esta medida pretende-se a melhoria e construção dos equipamentos, assim como a promoção de actividades desportivos.
2. OBJECTIVOS	Melhorar os equipamentos escolares existentes e construir novos equipamentos: escolares, de saúde, sociais, desportivos e de cultura/lazer. Pretende-se também promover actividades ligadas a cultura e desporto e criar uma nova centralidade evitando assim o “isolamento” que o sub bairro Bsaque tem vindo a sofrer.
3 ACÇÕES	<ul style="list-style-type: none">i) Construção de um Centro Comunitário;ii) Construção de mais escolas: pelo menos uma escola básica em cada sub-bairro e um liceu no sub-bairro São Paulo, centros de formação profissional (nas áreas de comércio, carpintaria, cabeleireiro, etc.);iii) Construção de espaços jovens, para actividades culturais e recreativas (bibliotecas e polidesportivos);iv) Construção de um orfanato;v) Construção de mais um centro de saúde;vi) Construção de um novo mercado, no sub-bairro Bsaque, com o objectivo de criar uma nova centralidade evitando assim o “isolamento” que Bsaque tem vindo a sofrer;vii) Ampliação/melhoramento do actual mercado do Bairro Militar;viii) Construção de um quartel de bombeiros.
4 DESTINATÁRIOS	População Residente no Bairro.
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhoria do acesso a equipamentos sociais, melhoria da escolaridade e das condições de saúde, melhoria da imagem do bairro, criação de uma nova centralidade.
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	Governo (Ministério da saúde, Ministério do Comércio e Indústria, Ministério da Juventude e Desportos), Câmara Municipal de Bissau, Caritas, ONGs, Associações locais.

7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	Organizações bi e multilaterais, Câmara Municipal de Bissau, Governo (Ministério da saúde, Ministério do Comércio e Indústria, Ministério da Juventude e Desportos), Caritas.
---------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

MEDIDA 2.2: Acesso a outros serviços

1 RESUMO	Pretende-se com esta medida permitir o acesso a outros serviços.
2. OBJECTIVOS	Melhorar o acesso a outros serviços a todos os moradores assim como a imagem do bairro através da comunicação social.
3 ACÇÕES	i) Criação de uma Rádio comunitária; ii) Apoio à instalação de serviços públicos (ex. repartição das Finanças, correios, etc.).
4 DESTINATÁRIOS	População Residente no Bairro e na cidade de Bissau.
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	Redução dos níveis de estigmatização ligados ao bairro e aos seus moradores. Difusão da cultura local e informação sobre o bairro e para o bairro. Melhor acesso dos moradores a serviços públicos. Maior abertura do bairro.
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	ONG, Privados, Governo (Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado), associações locais.
7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	Organizações bi e multilaterais, Privados, Governo (Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado).

EIXO3 – UM BAIRRO QUALIFICADO

MEDIDA 3.1 Requalificar o Bairro

1 RESUMO	Com esta medida pretende-se requalificar/melhorar o bairro urbanisticamente ou seja garantir as condições mínimas de habitação aos moradores.
2. OBJECTIVOS	Melhorar o bairro em termos urbanísticos através de obras de melhoramento e qualificação do espaço público existente assim como a criação de novos espaços.
3 ACÇÕES	i) Projecto de reestruturação urbana e de melhoramento (exemplo sub bairro Militar); ii) Concessão de crédito para a construção/melhoria habitacional; iii) Qualificação de espaços públicos existentes e criação de novos (praças e jardins).
4 DESTINATÁRIOS	População residente no Bairro Militar.
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhoria da qualidade de vida, da habitação, criação de espaços públicos de qualidade, desenvolvimento sustentável do bairro.
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações, CMB, ONGs, associações locais.
7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	Organizações bi e multilaterais, Banco Mundial por exemplo, CMB Ministério das Infra-estruturas, bancos privados.

MEDIDA 3.2: Melhoria das Mobilidades

1 RESUMO	Esta medida visa melhorar o sistema viário para facilitar a circulação automóvel e pedonal dentro do bairro, assim como a ligação aos bairros vizinhos e ao centro.
2. OBJECTIVOS	Contribuir para a integração do bairro na malha urbana da cidade através do arranjo/melhoramento das vias de acesso, ultrapassando assim a imagem negativa do bairro, derivada em parte da sua situação periférica.
3 ACÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> i) Reestruturação da rede viária; ii) Melhoria e alcatroamento das vias secundárias existentes em particular das vias de ligação entre os subbairros; iii) Abertura de novas vias; iv) Melhoria da rede de caminhos pedonais.
4 DESTINATÁRIOS	População residente no bairro e exterior ao bairro.
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	Facilidade de ligação entre os sub-bairros e maior ligação do bairro com o exterior.
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	CMB, Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações, Ministério das Obras públicas, ONG, Associações locais.
7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	Organizações bi e multilaterais, CMB, Ministério das Infra-estruturas.

EIXO 4 UM BAIRRO DINÂMICO

MEDIDA 4.1: Dinamização das actividades económicas e criação de emprego

1 RESUMO	Com esta medida pretende-se apoiar/qualificar as actividades económicas com maior expressão no bairro sobretudo no que respeita a formação profissional (carpintarias, oficinas mecânicas, cabeleireiros e ainda actividades ligadas ao comércio).
2. Objectivos	<p>Apoiar a criação e manutenção das actividades económicas ligadas ao comércio;</p> <p>Apoiar os jovens residentes no que respeita a formação profissional e assim como a sua inserção no mercado do trabalho.</p>
3 ACÇÕES	<p>i) Desenvolvimento de acções de apoio aos comerciantes;</p> <p>ii) Implementação de acções de formação profissional;</p> <p>iii) Valorização do capital humano sobretudo jovem promovendo assim a sua empregabilidade dentro e fora do bairro;</p> <p>iv) Criação no bairro de uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA).</p>
4 DESTINATÁRIOS	População residente no bairro e exterior ao bairro.
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhoria da imagem do bairro e qualificação profissional dos moradores.
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	Ministério do Comércio e Indústria, Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado, ONGs, Associações locais.
7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	Organizações bi e multilaterais, Ministério do Comércio e Indústria, Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado.

MEDIDA 4.2: Apoio ao associativismo local.

1 RESUMO	Com esta medida pretende-se promover e qualificar as actividades sócio-culturais e associativas no bairro.
2. OBJECTIVOS	Fomentar o associativismo no bairro (pois o bairro é considerado um dos mais organizados em termos de associativismo) promovendo, diversificando e difundindo as actividades organizadas pelas associações locais.
3 ACÇÕES	<p>i) Promoção das actividades sócio-culturais e desportivos: Carnaval, campeonatos desportivos, concursos escolares etc.</p> <p>ii) Construção e ou melhoramento das sedes das associações locais.</p>
4 DESTINATÁRIOS	População residente no bairro e exterior ao bairro
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	Contribuição para a criação da imagem positiva do bairro, divulgação das actividades culturais como por exemplo o Carnaval.
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	Ministério da Juventude e Desportos, Ministério da Educação Nacional, Cultura e da Ciência, CMB, ONGs, Associações locais.
7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	Organizações bi e multilaterais, CMB, Ministério da Juventude e Desportos, Ministério da Educação Nacional, Cultura e da Ciência.

EIXO 5 – UM BAIRRO SEGURO

MEDIDA 5.1: Melhoria da segurança pública

1 RESUMO	Com esta medida pretende-se adoptar as medidas de redução da criminalidade que tem aumentado no bairro sobretudo depois do conflito militar de 1998. Pretende-se prevenir e combater o tráfico e consumo de estupefacientes e assaltos a mão armada. Pretende-se também melhorar a imagem (negativa) que o bairro apresenta.
2. OBJECTIVOS	Melhoria da segurança através de combate ao tráfico e consumo de estupefacientes e redução dos assaltos.
3 ACÇÕES	i) Instalação de mais esquadras de policia; ii) Formação/informação aos jovens sobre os malefícios do consumo das drogas.
4 DESTINATÁRIOS	População do bairro e exterior ao bairro.
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhoria da imagem do bairro, maior segurança.
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	Ministério do interior, Ministério da Saúde pública, ONGs, associações locais.
7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	Organizações bi e multilaterais Ministério do interior, Ministério da Saúde pública.

EIXO 6 – UM BAIRRO PARA TODOS OS ESTRATOS SOCIAIS

MEDIDA :6.1: Promoção de habitação publico/privado

1 RESUMO	Com esta medida pretende-se levar para o bairro população de estratos sociais mais elevado evitando assim a que o bairro seja habitado apenas pela população de menores recursos.
2. OBJECTIVOS	Diminuindo dos níveis de segregação social.
3 ACÇÕES	i) Construção de habitação para população com um nível de rendimento mais elevado no sub-bairro de Bsaque por exemplo; ii) Abertura de uma linha de crédito para compra de habitação.
4 DESTINATÁRIOS	População exterior ao bairro.
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhoria da imagem do bairro.
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	CMB, Empresas de Construção Civil.
7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	Bancos Privados (emissão de créditos), Empresas de Construção Civil.

EIXO 7 – UM BAIRRO SAUDÁVEL

MEDIDAS 7.1: Criação de um projecto de sensibilização sobre as boas práticas de higiene.

1 RESUMO	Esta medida visa sensibilizar a população para boas práticas de higiene não só no interior das habitações, como também nos espaços públicos, prevenindo-a para os prejuízos para saúde pública, inclui também acções de sensibilização e educação cívica sobre a prevenção das doenças contagiosas.
2. OBJECTIVOS	Prevenção com vista a redução dos riscos da transmissão de doenças infecto-contagiosas.
3 ACÇÕES	<ul style="list-style-type: none">i) Criação de um sistema de limpeza das ruas e de recolha de lixo envolvendo organizações comunitárias de base;ii) Campanhas de limpeza do bairro;iii) Criação de cursos de educação cívica sobre a prevenção de doenças infecto-contagiosas (cólera, HIV/SIDA).
4 DESTINATÁRIOS	População residente.
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhoria da saúde pública; melhoria da imagem do Bairro.
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	CMB, ONG, Associações locais.
7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	CMB, Ministério da Saúde Pública.

EIXO 8 – UM BAIRRO VERDE

MEDIDAS 8.1: Requalificação das bolanhas, manutenção das hortas e plantação de árvores

1 RESUMO	<p>Com esta medida pretende-se a requalificação das bolanhas: Valorização da paisagem das bolanhas através do seu enquadramento num parque verde que pode constituir um potencial de lazer e recreio.</p> <p>Pretende-se ainda apoiar actividades hortícolas nos quintais.</p>
2. OBJECTIVOS	<p>Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes não só do bairro como também dos bairros vizinhos.</p> <p>Pretende-se também apoiar os moradores no que respeita a manutenção e melhoria das actividades hortícolas e incentivar a plantação de árvores de fruta e de sombra, nos quintais e no espaço público.</p>
3 ACÇÕES	<p>i) Requalificação das bolanhas;</p> <p>ii) Valorização da paisagem das bolanhas;</p> <p>iii) Criação de percursos pedonais de atravessamento das bolanhas;</p> <p>iv) Apoio a manutenção das hortas;</p> <p>v) Apoio à plantação de árvores.</p>
4 DESTINATÁRIOS	<p>População residente no bairro, população exterior ao bairro, turistas.</p>
5 VANTAGENS PARA O BAIRRO	<p>Manutenção da zona verde do bairro, melhoria da qualidade ambiental do bairro, exploração comercial das hortas e das bolanhas pelos horticultores.</p>
6 PARCEIROS POSSÍVEIS	<p>Ministério da agricultura, CMB, ONGs, Associações locais.</p>
7 FONTES DE FINANCIAMENTOS POSSÍVEIS	<p>Organizações bi e multilaterais, Ministério da agricultura, CMB.</p>

Considerações Finais

O crescimento urbano acelerado das periferias das cidades africanas, provocado em grande parte pelo êxodo rural, não tem sido acompanhado de políticas de implementação de infra-estruturas básicas, nem de provisão de habitação adequada, levando a proliferação de bairros ditos informais, com habitações precárias, provocando graves problemas sociais, não só ao nível do bairro mas da cidade em geral. Devido à proporção destes problemas, tem surgido nos últimos anos em várias cidades africanas alguns projectos que visam a melhoria da qualidade de vida dos habitantes desses bairros. Estas cidades, sobretudo as capitais, enfrentam muitas dificuldades para conseguir um nível desejado de desenvolvimento sustentável.

No caso de Bissau, a ausência de políticas públicas por parte dos sucessivos governos independentes, nomeadamente no que diz respeito ao controle da ocupação dita espontânea, ao melhoramento e urbanização das periferias e à habitação social, levou a população a ocupar o terreno e a construir de forma “informal” ou “ilegal” a sua própria habitação sem respeitar os instrumentos de planeamento nem as regras mínimas de construção. A falta de intervenção da Câmara Municipal de Bissau, expressa-se na sua falta de autoridade e de fiscalização e na sua incapacidade de implementar o Plano Geral Urbanístico em vigor.

O Bairro Militar não constituiu excepção. Tratando-se de um dos bairros periféricos mais populosos da cidade aqui caracterizado como um bairro crítico em termos sócio-urbanístico, dados os graves problemas sociais e de estruturação urbana, sofreu transformações significativas num curto espaço de tempo com o acentuado êxodo rural sobretudo na década de 1980 e seguintes. Embora o seu núcleo original tenha sido planeado, este bairro cresceu, desde então, de forma acelerada e sem plano. Os grupos sociais de menores recursos vindos da zona rural ou de outros bairros mais centrais da cidade encontraram nos espaços livres do Bairro Militar a oportunidade de conseguir a sua própria habitação, adquirindo os terrenos directamente junto dos vendedores tradicionais. A intervenção municipal, muito reduzida, tem-se restringido à oficialização da compra e venda de terrenos assim como à resolução de conflitos entre os proprietários tradicionais de terrenos, compradores e vendedores.

Este trabalho mostra que, contrariamente à nossa hipótese de partida, o crescimento acelerado em vez de constituir uma mais valia para o bairro constitui um factor de deterioração devido à ausência de planeamento e à falta de infra-estruturas básicas e

sociais. Este crescimento não planeado do bairro dificulta a sua ligação ao centro da cidade, apesar da sua boa localização geográfica.

Todavia o bairro apresenta diversos aspectos positivos, como é o caso da sua dinâmica associativa e do desenvolvimento da acção das ONGs, das congregações religiosas e das associações locais. Estes organismos constituem os novos actores de desenvolvimento urbano que têm contribuído sobretudo para o apoio à sobrevivência das famílias e para algum apoio pontual ao bairro, embora as suas acções sejam insuficientes para a dimensão do problema e estão dependentes da ajuda financeira e técnica exterior

A partir de um enquadramento global da cidade de Bissau, esta dissertação apresenta um diagnóstico abrangente e participado sobre a situação actual do bairro, sobre os seus pontos fortes (localização geográfica, dinâmica associativa, elevado número de jovens, bom funcionamento dos centros de saúde, espaços verdes produtivos, etc.) e fracos (insuficiência de infra-estruturas básicas, insuficiência de equipamentos, bairro desorganizado em termos urbanístico, precariedade e degradação de algumas habitações, analfabetismo, desemprego e baixo salário, insegurança), explicitando os motivos que levaram à sua degradação física e social. As reuniões realizadas com grupos focais de associações e residentes resultaram em amplo debate que permitiu a identificação participada dos pontos fortes e fracos do bairro e o esboço de algumas propostas para o melhoramento do bairro. Com base neste diagnóstico, e nas opiniões da população residente e dos actores de desenvolvimento com intervenção no bairro, recolhidas no trabalho de campo, pretendemos contribuir para a elaboração de propostas que visem o melhoramento das condições físicas e sócio-económicas do Bairro Militar, tendo em vista o seu desenvolvimento mais sustentável. A proposta de requalificação para o bairro aqui apresentada assentou em oito eixos estratégicos, cuja implementação requer todavia um maior dinamismo dos diferentes actores identificados: ONG AIFA PALOP, Caritas, Associações locais, privados e a Câmara Municipal de Bissau.

Há que salientar a dificuldade de formação de uma base de dados geo-referenciada pois a cartografia existente sobre a cidade de Bissau encontra-se desactualizada. A entidade responsável pela cartografia é a Direcção de Urbanismo e Cadastro pertencente ao Ministério das Infra-estruturas, mas, segundo o director desta instituição, a pouca informação cartográfica existente perdeu-se no conflito militar de 7 de Junho de 1998. Também houve dificuldade na obtenção dos dados censitários. Muitas das informações solicitadas ao INEC de Bissau relativamente aos censos de 1979, 1991 e 2008: população total de Bissau (por sectores e por distritos), população de Bissau por sexo (sectores e por distritos), habitação (tipo, material utilizado na pavimentação e nas paredes exteriores, tipo de cobertura, forma

de abastecimento de água, tipo de instalações sanitárias), população activa por sectores de actividade, situação perante o trabalho, nível de escolaridade, local de residência anterior e mapa do recenseamento não nos foram facultadas.

Esta dissertação sobre modelos de intervenção em bairros africanos periféricos caracterizados por um crescimento urbano acelerado, pretendeu também contribuir para preencher lacunas nos estudos sobre a qualificação dos bairros da periferia de Bissau.

A requalificação urbana dos bairros periféricos de Bissau requer novos estudos de caso e outras pesquisas mais gerais sobre esta problemática.

Bibliografia

- ACIOLY, Cláudio; BARAI, Rui (1990) – *A Problemática dos Bairros Populares de Bissau: Tendências e Perspectivas. Resoluções Finais do Seminário*, Bissau, PMBB (dactilografado).
- ACIOLY, Cláudio (1993) – *Planeamento urbano, habitação e autoconstruções: experiência com urbanização de bairros na Guiné-Bissau*, Delft, Universidade de Tecnologia de DELFT - Editora Publicatieburo.
- AIFA PALOP (2001) – *Observatório do bem-estar. Bairro Militar: Sub-bairros Kasma, Bissaque, Militar*. Bissau (dactilografado).
- AIFA PALOP (2009) – *Relatório de estudo aprofundado sobre os sub-bairros de Bissaque e Kasma, do Bairro Militar e Kundock do Bairro de Missira*. Bissau (dactilografado)
- ALMEIDA, Pedro Miguel (2008) – *Requalificar e Revitalizar as Cidades. O Programa Polis: Cacerem, Covilhã e Marinha Grande*. Dissertação de Mestrado, Lisboa. Universidade Nova (dactilografado).
- AMARAL, Ilídio (1983) – “Luanda e seus muceques. Problemas de Geografia Urbana”. *Finisterra* 18, Lisboa, pp. 293-325.
- AMARO, Rogério Roque (2003) – “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, Janeiro / Julho, pp. 37-70.
- AUGEL (2007) – *Desafio do escombros. Nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro, Garamond,
- BAÍÁ, Alexandre Hilário Monteiro (2009) – *Os Conteúdos da urbanização em Moçambique. Considerações a partir da Expansão da cidade de Nampula*. Tese de Doutoramento em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (dactilografado).
- BAILLY, A.S.; HURRIOT, J.M (1999) – *Villes et croissance. Théories, recherche, perspectives*, Paris, Anthropos.
- BAIROCH, Paul (1985) – *De Jéricho à Mexico- Villes et économie dans l'histoire*, Paris, Saint Armand, Editons Gallimard.

BANCO MUNDIAL (2008) – Prestação de serviços sociais básicos num contexto de fragilidade estatal e de transição social. Documento Nº. 444427 – Guiné-Bissau (dactilografado).

BICARI, Lino (2004) – Reorganização das comunidades rurais. Base e ponto de partida para o desenvolvimento moderno da Guiné – Bissau. *In Soronda*, 8, Bissau, INEP.

BLAZEJEWICZ, Dorota; LUND, Rolf; SCHONNING, Klas; STEINCKE, Silke (1983) – *Arquitectura Tradicional da Guiné-Bissau*, SIDA, Estocolmo.

BORGES, Luísa dos Reis (1993) – A Mulher e o melhoramento da habitação. *in Boletim de Informação Sócio-económica*, 2-3, Bissau, INEP.

CARDOSO, Carlos, (2008) – “Sociedade Civil: Espaço Público e gestão de Conflitos: O Caso da Guiné-Bissau”, *in 12ª Assembleia-Geral: Governar o Espaço Público Africano*, 07 a 11 de Dezembro de 2008, Yaoundé, Camarões, Dakar. CODESRIA

CARDOSO, Carlos, (2007) – Revisitando o Conceito de Desenvolvimento no Pensamento de Amílcar Cabral. Visto em: http://www.codesria.org/IMG/pdf/Carlos_Cardoso-2.pdf

CARDOSO, Carlos (2004) – Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e rupturas (1910-1999). *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, CES

CARDOSO, Carlos (1996) A transição política na Guiné-Bissau: um parto difícil. *In Transição política na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau, INEP.

CARDOSO, Carlos (1992) – “A ideologia e a pratica de colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura Social”, *in Soronda*, 14, Bissau, INEP.

CARNEIRO, Cleusa M. W (2009) – *Organizações Não Governamentais Ambientalistas: A mobilização da sociedade civil em prol do meio ambiente em Curitiba e região metropolitana*. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Paraná (dactilografado).

CARNEIRO, Luís (1990) – *Urbanização e habitação urbana no terceiro mundo. O caso de Cabo Verde*, Trabalho de síntese apresentado ao instituto de Investigação Científica e Tropical. Lisboa, IICT (dactilografado).

CASTELLS, Manuel (1973) – *La Question Urbaine*, Paris, Ed. François Maspero.

- CHABAL, Patrick (1992) – O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa. *In Soronda* 13, Bissau, INEP.
- CHOAY, Françoise (1965) – *L'urbanisme, Utopies et réalités - une anthologie*, Paris, Editions du Seuil.
- D'AVILA, Júlio (1991) – “Planeamento urbano e territorial na Guiné-Bissau”: *in Soronda* 12, Bissau, INEP.
- DAVIS, Mike (2004). Planet of Slums. Londres: New Left Review, n. 26, pp. 5-34.
- DEL RIO, Vicente (1994) – O Modelo da Revitalização Urbana e o Caso de Baltimore. *In: Caderno do Património Cultural*, 4/5. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- DIAS, Eduardo Costa (2000) – "A Balantização da Guiné-Bissau", *Público*, 16.12.00.
- DGOTDU (2005) – *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*. Lisboa : DGOTDU.
- DIAS, Eduardo Costa (2000) – "A Balantização da Guiné-Bissau", *Público*, 16.12.00.
- DUBRESSON, A (1999) – “Les grandes villes africaines : trois questions sur le futur urbain du continent”. *L'information Géographique* 2, Paris.
- ELA, Jean Marc (1983) – *La ville en Afrique noire*. Paris, Editions Karthala.
- FERREIRA, Catarina (2000) – *Corrupção e desenvolvimento em África: uma análise do estado da arte*, Lisboa: CEsa,
- FERREIRA, Maria Júlia (2008) – “O Desenvolvimento Sustentável nas Cidades Lusófonas Africanas. Que Desafios?”. *5º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia*. Maputo 2-4 Setembro.
- FERNANDES, José L. (2008) – *Requalificação da periferia urbana. Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia de Coimbra*. Tese de mestrado, Lisboa: ISCTE (dactilografado).
- FRIAS, Sónia (2006) – *Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira?* Lisboa, ISCSP – UTL.
- FRIEDMANN, John (1992) – *Empowerment: The Politics of Alternative Development*, Tradução: PEREIRA, Carlos Silva (1996) Oeiras, Celta Editora.
- FURTADO, Celso (1971) – *Teoria e Política de Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- GUERRA, Isabel, SEIXAS, João e FREITAS, Maria João (2005) – Políticas públicas de revitalização urbana. Reflexão para a formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN. Lisboa: CET/ISCTE, com DGDR/Observatório do QCA
- GOHN, M. G. (1997) – *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo, Cortez.
- HANDEM, Jorge Camilo (2004) – *A Dinâmica Associativa das Mulheres dos Bairros Populares de Bissau e sua Contribuição para a Afirmação Social e Económica das suas Unidades Familiares, Caso do Bairro de Quelelé*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE (dactilografado).
- HARRIS, J. R. and M. P. TODARO (1970) - Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis, *American Economic Review*, 60: 126-142.
- HARVEY, David (2005) – *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: editora Annablume.
- HENRIQUES, Cristina (2008) – *Maputo cinco décadas de mudança territorial. O uso do solo observado por tecnologias de informação geográfica*. Lisboa, IPAD.
- INEC (2002) – *Inquérito Ligeiro de Avaliação da Pobreza na Guiné-Bissau*. Bissau, INEC.
- JENKINS, P.; SMITH, H.; WANG, Y.P (2007). *Planning and housing in the rapidly urbanizing world*, Routledge, London.
- KOUDAWO, Fafali, (2001) – *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Colecção Katchu Martel, Série Ciências Sociais nº14, Bissau. INEP
- KOUDAWO, Fafali, (1993) – “O que é a Sociedade Civil?” in *BISE – Boletim de Informação Socio-Económica*, ano 9, nº4, Dezembro de 1993, pp.19-25 Bissau. INEP.
- LAMAS, José (1993) – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- LAMBONY, Philippe Gervais ; JAGLIN, Sylvie; MABIN, Alan (1999) – *La question Urbaine en Afrique austral. Perspective de recherche*, Paris, IFAS-Karthala.
- LEROND, Frédéric (2001) – *L'autre Abidjan - étude de l'habitat d'un quartier précaire et propositions d'interventions*, Paris, L'Harmattan.
- LOPES, Carlos (1982) – *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*, Edições 70, Lisboa.
- LOPES, Carlos (1986) – A Guiné-Bissau à procura de um modelo social. in *Soronda 1*, Bissau, INEP.

- LOPES, Catarina (2007) – *Participação das populações locais no desenvolvimento da Educação – Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá. Guiné-Bissau 2004 - 2006*, Dissertação de Mestrado, Lisboa. ISCTE (dactilografado).
- MARTINS, Marcelino (2006) – *Point sur la situation des reformes foncières en Guinée-Bissau*, Bissau, Direcção Geral de Agricultura. (dactilografado).
- MEDEIROS, Isabel (2006) – “Tendências recentes da urbanização na África ao Sul do Sahara: notas de leitura”, *Finisterra*, XLI, 81, Lisboa, CEG.
- MELO, Vanessa (2008) – *Planeamento e construção Sustentáveis na Periferia de Maputo. O bairro Mumemo 4 de Outubro no Contexto da Área Peri-urbana da Capital*. Dissertação de Mestrado, Lisboa. Universidade Lusíadas (dactilografado).
- MENDY, François (2005) – *La ville de Bissau : Aménagement et Gestion Urbaine*. Thèse de doctorat de 3è cycle, Dakar. Université Cheikh Anta Diop (dactilografado).
- MERLIN, Pierre e CHOAY, Françoise (1988) - *Dictionnaire de L'Urbanisme et de L'Aménagement*, Paris. Presses Universitaires de France.
- MILANDO, João (2003) – *O Desenvolvimento Participativo em contextos institucionais “adversos”: aspectos africanos*. Tese de Doutoramento Lisboa, ISCTE (dactilografado).
- MOPCU (2005) – *Revisão do Plano Geral Urbanístico de Bissau*. Direcção Geral de Habitação e Urbanismo, República da Guiné-Bissau.
- MOPCU (1993) – *Plano Geral Urbanístico de Bissau*. Direcção Geral de Habitação e Urbanismo, República da Guiné-Bissau.
- NORA, Madalena, CARVALHO, ANA (2007) – Guiné-Bissau, Colectânea de Legislação Administrativa. Lisboa, AAFDL
- OPENHEIMER, Jochen, RAPOSO, Isabel (2007) – *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri. Col. Tempos e Espaços Africanos
- OPENHEIMER, Jochen, RAPOSO, Isabel (2002) – *A Pobreza em Maputo*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade – Departamento de Cooperação. Col. Cooperação, vol2.
- PEREIRA, Maria da Luz Valente (1987) – *Reabilitar o Urbano ou como restituir a cidade à estima pública*, Lisboa, Ed. LNEC.
- PERROUX, François (1987) – *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

PINA, Rita Maria Mendes (2008) – *Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Percursos de Revitalização Rural na ilha de Santiago*. Dissertação de Mestrado, Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade Lisboa. (dactilografado).

PINHO, Ana (2005) – *O Papel da reabilitação no planeamento e nas políticas urbanas – A visão do Conselho da Europa*. Lisboa Ed. LNEC.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (2003) – *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PNUD, *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, In <http://www.pnud.org.br/odm/index.php> (consulta Março 2009).

PNUD (2006) – *Rapport national sur le développement humain en Guinée-Bissau 2006 : reformer les politiques pour atteindre les objectifs du millénaire pour le développement en Guinée-Bissau*. Bissau, PNUD (dactilografado).

RAMOS, Adolfo (2005). “Guiné-Bissau: Congestionamentos Políticos no Desenvolvimento Urbano”. *Cadernos de Arquitectura*, 5, Faculdade de Arquitectura, Lisboa, UTL.

RAPOSO, Isabel (2010) “Explosão Urbana em África” in JANUS 2010, Meio Século de independências africanas, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal Público, pp. 190-191.

RAPOSO, Isabel. SALVADOR, Cristina (2007) – “Há diferença: Ali é cidade, aqui é subúrbio: urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo”. in Oppenheimer, Jochen e Raposo, Isabel (coords.) *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa Ed. Colibri, pp. 105-138

RAPOSO, Isabel. (2007) – “Instrumentos e práticas de planeamento e gestão dos bairro periurbanos de Luanda e Maputo” in Oppenheimer, Jochen e Raposo, Isabel (coords.) *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa Ed. Colibri, pp. 219-246

RAPOSO, Isabel, RIBEIRO, Mário (2007) – “ONG, um novo actor de desenvolvimento urbano”. in Oppenheimer, Jochen. e Raposo, Isabel (coords.) *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa Ed. Colibri, pp. 175-218

RAPOSO, Isabel; MORAIS, João (2005) – “Da cidade colonial as novas urbes: Notas exploratória.” *Cadernos de Arquitectura*, 5, Faculdade de Arquitectura, Lisboa, UTL.

RAPOSO, Isabel (1999) – *Urbaniser villages et maisons. Projets politiques et réalités sociales. Manica et Alte*. Dissertação de Doutoramento, Paris, Université de Paris XII – Val de Marne (dactilografado).

SALGUEIRO, Teresa. B (1992) – *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Lisboa, Edições Afrontamento.

SANCHES A.P.R., CITTADINO A. e ARTUSO M. (2003) – "Conversão de terras em solos urbanos, Bissau (Guiné-Bissau), 1989-1997. Análise pela salvaguarda de agricultura urbana e periurbana e pela segurança alimentar". Turino, Politécnico de Torino. *in* <http://www2.polito.it/ricerca/cctm/wp/WP1.pdf>- (consulta em Maio 2009).

SANGREMAN, Carlos, SOUSA, Fernando, ZEVERINO, Guilherme, BARROS, Miguel (2006) – *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*, Documento de Trabalho nº70, Lisboa. CESA-ISEG.

SANGREMAN, Carlos (2004) – *As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, no período de 1986-2001*. Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE.

SANTOS, Boaventura Sousa (1995) – *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.

SANTOS, Milton (2008) – *Manual de Geografia Urbana* 3ª edição São Paulo editora.

SANTOS, Milton, SOUZA, Adélia (1986) – *A Construção do Espaço*, São Paulo, Coleção Espaços.

SANTOS, Milton (1965) – *A cidade nos países subdesenvolvidos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SARES, Anita F.C.1997) – *Desenvolvimento Participativo na Guiné-Bissau: Análise de dois Projectos de Desenvolvimento Local em Quinhamel e em Bissau*, Dissertação de Mestrado, Lisboa. SCTE (dactilografado).

SEERS, Dudley (1979) – Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir? *in Análise Social*, Lisboa, vol.XV (60) – 4º, pp.949-968.

SEIBERT, Gerhard (2007) – "Auto-organização e entreajuda das populações nos Bairros Peri-urbanos de Maputo e Luanda". *In* Oppenheimer, Jochen e Raposo, Isabel (eds) *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa Ed. Colibri.

SILVA, Vanda (2005) –Intervenção Inovadora em Manica. Projeto piloto de ordenamento participativo sustentável de assentamentos informais em Moçambique. *Cadernos de Arquitectura*, 5, Faculdade de Arquitectura, Lisboa, UTL.

SILVEIRA J. F. (1989) – “La Spatialisation d'un rapport colonial : Bissau (1900-1960). *In Bourgs et villes en Afrique Lusophone* , Paris, L'Harmattan

TORRES, Adelino (1988) – *Tradição e mutação na África Contemporânea: O Desenvolvimento Económico em Causa*. Coleção “Documentos de Trabalho” Nº 11, Centro de Estudos Sobre África, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa (dactilografado).

UNESCO (2007) – Historic district for all: brochure designed for local authorities. Paris.
Disponível em: «<http://www.unesco.org/shs/urban>». (Consulta: Abril 2009)

UNITED NATIONS POPULATION DIVISION (2001). World Urbanization Prospects: The 1999 Revision. Key Findings. United Nations Population Division.

<http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/urbanization/urbanization.pdf>

VENNETIER, Pierre (1991) – *Les villes d'África Tropical*. Paris, Masson Géographie.

WCED (1987) *World Commission on Environment and Development. Our Common Future*. Oxford and New York: Oxford University Press.

Sites consultados :

http://claudioacioly.com/downloads/keynotes/Acioly_Guinea%20Bissau%20Institutionalisation.pdf – (consulta: Janeiro 2009)

www.dgotdu.pt – (consulta: Janeiro 2009)

[http:// www.didinho.org/Lei%20Terra.htm](http://www.didinho.org/Lei%20Terra.htm)

<http://www.inde.pt/spip.php?article180> (consulta Abril 2009)

<http://www.inep-bissau.org> – (consulta Abril 2009)

mestrado-reabilitacao.faa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/APINHOREabilitacao%20FA-UTL_Jan_2007.pdf - (consulta: Janeiro 2009)

<http://www.stat-guineebissau.com> – (consulta: Dezembro 2008)

http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/magalhaes_01.pdf – (consulta: Janeiro 2009)

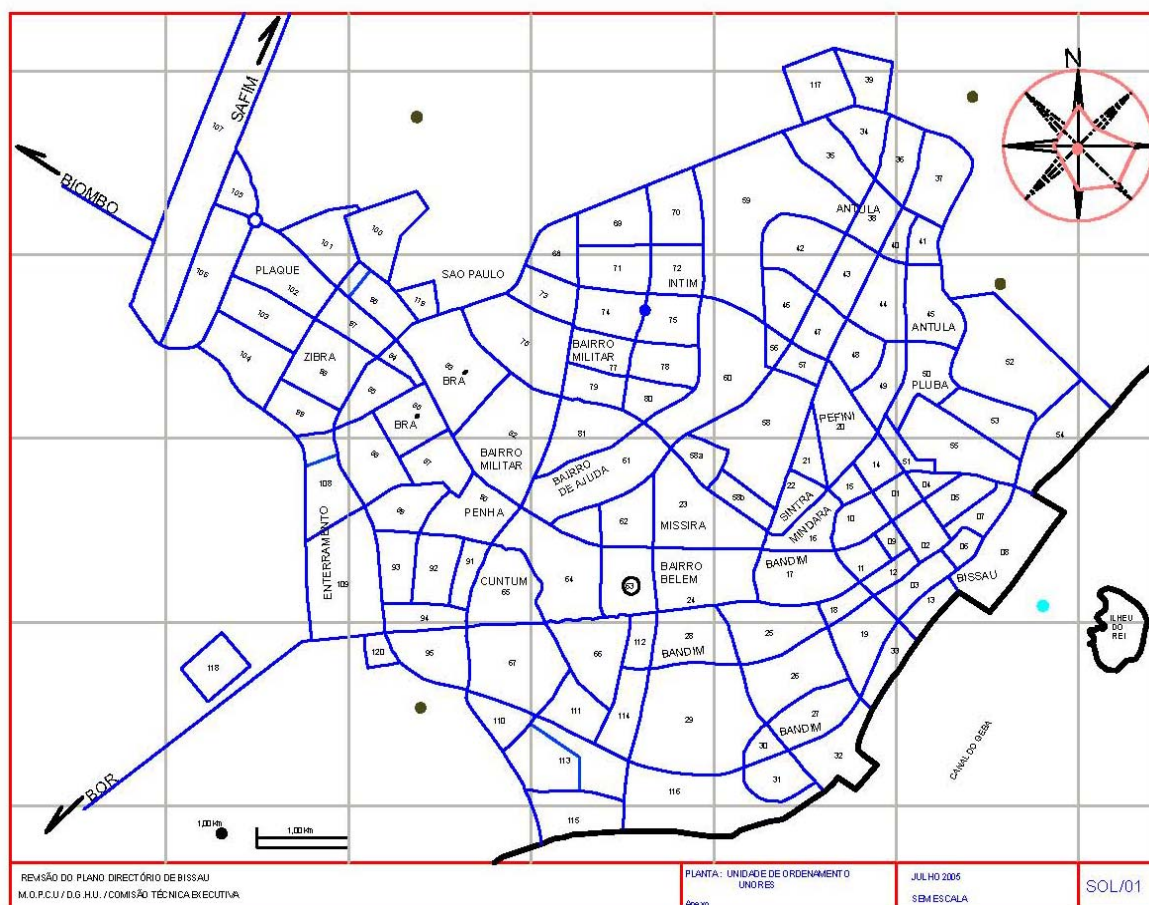
<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm> – (consulta: Dezembro 2008)

<http://hdr.undp.org/reports>(consulta: Janeiro 2011)

<http://www.unhabitat.org/content.asp?typeid=19&catid=555&cid=5373> (consulta: Maio 2009)

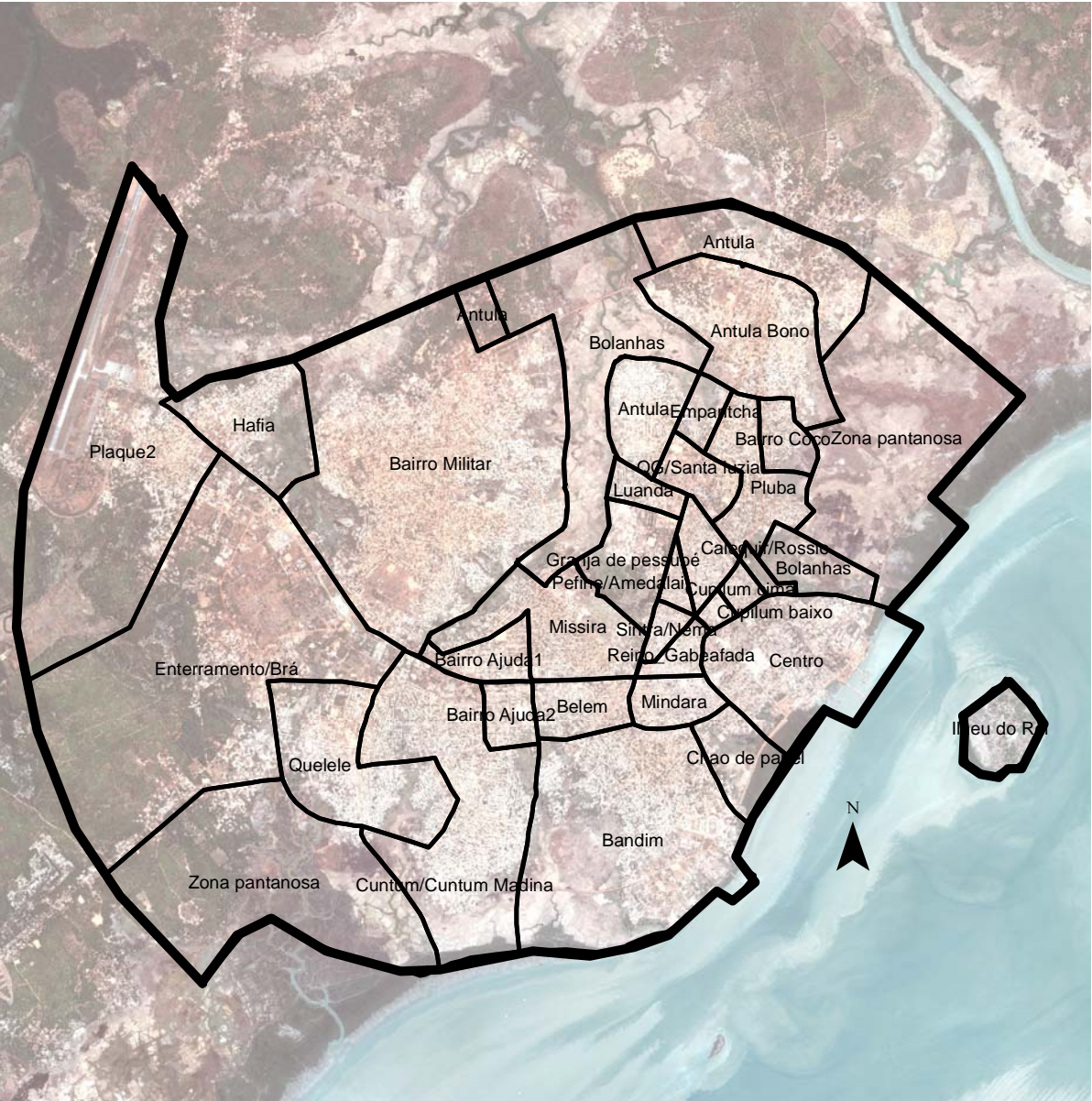
ANEXOS

Anexo 1 Limite cidade de Bissau segundo o PGUB



Fonte: MOPCU, 2005

Anexo 2 Limite cidade de Bissau segundo PGUB (Adaptação da Autora)



Fonte: Autora

**Anexo 3 População de bairros de Bissau e unidades de alojamento
segundo delimitação do INEC**

Bairros	População 1979	População 1991	População 2008	Unidades de alojamento 1991
Bairro de Tchada	1 802	2 367	3 093	396
Bairro de Setembro	3 658	2 704	5 974	484
Bairro de Chão de Papel Setembro	-	-	1 131	-
Bairro de Chão de Papel	4 456	5 390	5 680	869
Bairro de Chão de Papel Varela	-	-	1 200	-
Bairro de Varela	3 021	3 147	4 542	603
Bairro de Mindara	5 999	7 291	9 174	1 118
Bairro de Reino/Gã-Beafada	6 758	8 387	8 923	1 248
Bairro de Ilheu de Rei	744	511	344	91
Bairro de Sintra/Nema	4 992	5 488	7 791	789
Bairro de Amedalai	2 211	2 368	2 834	321
Bairro de Cupelom de Cima	4 492	3 967	6 290	416
Bairro de Cupelom de Baixo	5 265	7 510	6 078	1 059
Bairro de Cupelom de Baixo/Rossiu	-	-	987	-
Pefine	1 648	2 100	2 068	328
Bairro de Pefine/Calequir	-	-	1 058	-
Bairro de Calequir/Rossiu	5 539	2 003	1 180	352
Bairro de Calequir	-	5 383	5 089	826
Bairro de Belém	7 971	10 596	12 284	1 821
Bairro de Belém/Bandim 1	-	-	1 072	-
Bairro de Bandim 2	6 504	9 055	10 424	-
Bairro de Bandim 1 e 2	-	-	1 089	-
Bairro de Bandim 1	6 328	12 683	21 892	2 360
Bairro de Antula/Tete/Lero/N'Dame	-	-	1 092	-
Bairro de Antula Bono	-	-	10 076	-
Bairro de Antula	2 883	3 912	16 914	463
Bairro de Empantcha	735	2 683	10 041	406
Bairro de Lala Quema	-	-	7 155	-
Bairro de Coco	-	1 475	1 008	203
Bairro de São Vicente Paulo	-	-	1 857	-
Bairro de Pluba de Cima	2 172	5 966	5 044	907
Bairro de Pluba de Baixo	6 105	6 928	5 221	1 052
Bairro de Pluba de Baixo/Flefe	-	-	935	-
Bairro de Flefe	-	-	3 116	-
Bairro de Santa Luzia	2 837	3 471	5 005	550
Bairro de Luanda	2 231	5 668	10 352	900
Bairro de Madina	3 556	7 583	7 684	1 057

Bairro de Internacional	-	273	1 066	39
Bairro de Ajuda 1F. /Internacional	-	-	1 194	-
Bairro de Ajuda 1 Fase	2 045	2 371	3 472	324
Bairro de Ajuda 2 Fase	455	974	1 156	131
Bairro de Ajuda 1 Fase Missira	-	-	1 125	-
Bairro de Missira	8 174	13 578	19 237	2 000
Bairro de Quelele	-	-	19 849	-
Bairro de Cuntum	2 459	17 583	20 283	2 467
Bairro de Cuntum/Quelele	-	-	1 121	-
Bairro de Cuntum/Cuntum Madina	-	-	1 990	-
Bairro de Cuntum Madina	-	-	31 781	-
Bairro de Djolo	250	495	1 028	48
Bairro de São Paulo	-	-	4 228	-
Bairro de Plak 1	324	40	23 701	4
Bairro de Bissaque	103	4 875	24 248	756
Bairro Militar	521	10 769	32 244	1 559
Bairro Militar/Plak 1	-	-	1 025	-
Bairro de Plak 2	1 161	2 611	13 026	369
Bairro de Plak 2 /Aeroporto	-	-	1 037	-
Bairro de Hafia	-	2 816	8 657	328
Bairro de Penha	217	8 645	1 095	1 113
Bairro de Brá	1 598	1 379	8 283	211
SAB	109 214	195 389	426 543	29 581

Anexo 4 Bairros de Bissau segundo delimitação do INEC (adaptação da Autora)

Bairros
Centro
Bairros de Chão de Papel e Varela
Bairro de Mindara
Bairros de Reno/Gã-Beafada
Bairro de Ilheu de Rei
Bairros de Sintra/Nema e Amedalai
Bairro de Cupelom de Cima
Bairro de Cupelom de Baixo
Bairro de Belém
Bairro de Bandim
Bairro de Antula Bono
Bairro de Antula
Bairros de Empantcha/Lala Quema
Bairros de Pluba/Flefe/S. Vicente Paulo
Bairros de Santa Luzia/Q.G
Bairro de Luanda
Bairros de Cuntum/Cuntum Madina
Bairro de Internacional
Bairro de Ajuda 1 e 2
Bairro de Missira
Bairro de Quelele
Bairro Militar
Bairro de Hafia
Bairro de Plak 2 /Aeroporto
Brá/Enterramento

Anexo 5 Levantamento fotográfico

a) Tipologias



Novas construções



Tipologia predominante no sub-bairro de Penha



Habitações melhoradas



Habitação construída nos anos 1980 e melhorada posteriormente



Habitação do núcleo inicial



Habitação do núcleo inicial

b) Reuniões no Bairro Militar



Reunião com os antigos combatentes e familiares



Reunião com os jovens estudantes do Bairro Militar



Reunião com o comité do Bairro Militar



Reunião com o presidente da AIFA PALOP



Reunião com representante das associações locais e moradores do Bairro Militar



Reunião com representante das associações locais e moradores do Bairro Militar

c) Infra-estruturas e serviços no Bairro Militar



Centro de saúde do sub-bairro Militar



Centro de saúde do sub-bairro São Paulo



Farmácia do sub-bairro Militar



Escola básica do sub-bairro Militar



Escola básica do sub-bairro Plak1



Escola básica do sub-bairro São Paulo

d) Espaço público/vias de acesso no Bairro Militar



Entrada do bairro – via principal



Mercado do bairro – via principal



Uma das ruas do bairro



Curva da SOMEK



Uma das ruas do bairro



Uma das ruas do bairro

Anexo 6 Listagem de pessoas entrevistadas

1: Entidades e instituições Públicas

Câmara Municipal de Bissau

Engenheiro Armando Napoco (presidente da CMB)

Dr. Alfredo Silva (Director Geral de Urbanismo)

Ministério das Infra – estruturas

Arqº Adolfo Ramos (Director Geral do Ordenamento do Território)

Arqª Ana Paula Sanches

Arqº Abú Camará: Director Geral da habitação e Urbanismo

Arq Ildo: Responsável pelo Projecto Antula Bono

Dr. Braima Biai: Director Geral de Cartografia e Cadastro

Ministério da Agricultura:

Eng.º. Rui Djata

Instituto da Biodiversidade e áreas protegidas:

Dr. Alfredo Simão da Silva (Director geral)

2: Organizações da Sociedade Civil:

Projecto de Melhoramento dos Bairros de Bissau financiado pela ONG SNV:

Arqº. Augusto Regala (Responsável)

ONG AIFA PALOP:

Dr. Iancuba Injai (presidente)

Dr. Braima Dabó (membro fundador)

Caritas:

Marcos (2º responsável na paróquia de Brá)

Frei Galiano (Padre na paróquia de Brá)

3 População do Bairro (Informantes privilegiados) e reuniões de grupo

Augusto sigá (professor)

Aladje conhadje (Presidente do Comité do Bairro)

Aladje Malam Cissé (Membro da Associação moradores do Bairro Militar)

Alunos da escola Tchico Té (moradores do Bairro Militar)

Antigos Combatentes

Associação Juvenil AJUPRODEBBI (Associação juvenil para o desenvolvimento do sub-bairro de Bissaque)

Associação de mulheres comerciantes